

8º CONFUP

Congresso Nacional da Federação Única dos Petroleiros

“Um Novo Brasil é Urgente”

04, 05, 06 e 07/ Julho/ 2002

Salvador – BA

Comissão Organizadora

FUP

Armando Ramos Tripodi

Aldemir Caetanom

Clarckson Messias Araújo Nascimento

Fernando Carvalho

Maurício Ruben França

Sindicato do Ramo Químico/Petroleiro -BA

Gildásio Souza

Moisés Rocha dos Santos

8º CONFUP

ÍNDICE

| | |
|---|-----------|
| 1. Apresentação | 03 |
| 2. Regimento Interno | 04 |
| 3. Análises de Conjunturas Nacional e Internacional | 09 |
| • Tese 1 - CSC – Corrente Sindical Classista | 09 |
| • Tese 2 - ASS – Alternativa Sindical Socialista | 13 |
| • Tese 3 - ARTSIND – Articulação Sindical | 21 |
| • Tese 4 - MTS – Movimento por uma Tendência Socialista..... | 30 |
| • Tese 5 – CSD – CUT Socialista e Democrática | 36 |
| 4. Propostas de Alterações Estatutárias | 41 |
| 5. Resoluções | 41 |
| • Sindicalismo | 41 |
| • Setor Petróleo | 41 |
| • Empresas Privadas e Terceirização | 53 |
| • Previdência Complementar | 57 |
| • Eleições Gerais | 69 |
| • Resoluções da 2º Plenária da CNQ | 71 |
| 6. Oficinas | 76 |
| • Relatório do Encontro Nacional dos Trabalhadores de Empreiteiras | 76 |
| • Relatório do Coletivo Nacional de Saúde, Tecnologia e Meio Ambiente | 77 |
| 7 Calendário da Lutas | 86 |
| 7. Resultado das Eleições para a Nova Diretoria da FUP e do Conselho Fiscal | 87 |
| 8. Pauta de Reivindicações Petrobrás, Petroquisa, Gaspetro, Braspetro e Transpetro | 88 |

Apresentação

UM NOVO BRASIL É URGENTE

Um novo Brasil é urgente.

Um Brasil sem fome e sem miséria.

Um Brasil com distribuição de renda e igualdade social.

Um Brasil sem latifúndios, sem violência, sem exploração.

Um Brasil verdadeiramente democrático,

onde todos tenham acesso à terra, ao emprego, à cidadania.

Os petroleiros sempre acreditaram nesta transformação e por ela lutaram e continuarão lutando, seja na defesa incondicional da soberania do nosso país, seja no engajamento político contra o neoliberalismo e a exclusão social. É por isso que a categoria aprovou em 2001 o apoio à candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República e volta a referendar neste 8º CONFUP o empenho dos petroleiros em lutar pela eleição de um presidente operário, que de fato represente a classe trabalhadora.

Os delegados presentes ao 8º Congresso Nacional da Federação Única dos Petroleiros clamam por um novo Brasil urgente ao aprovarem o engajamento da categoria na disputa pelas eleições presidenciais deste ano, referendando a *Carta ao Povo Brasileiro*, lançada recentemente por Lula, e onde estão expostos os principais eixos de sua campanha. A derrota do modelo neoliberal é o que está em jogo nestas eleições.

Comissão Organizadora do 8º CONFUP

8º CONFUP

Congresso Nacional da Federação Única dos Petroleiros

“Um Novo Brasil é Urgente”

04, 05, 06 e 07/ Julho/ 2002

Salvador – BA

Regimento Interno

CAPÍTULO I - DA CONVOCAÇÃO E REALIZAÇÃO

(*)**Art. 1º** - Conforme convocação através do DNS 028/2002, a Federação Única dos Petroleiros realiza o 8º CONGRESSO NACIONAL DA FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS - 8º CONFUP, na cidade de Salvador - BA no dias 04, 05, 06 e 07 de julho de 2002.

CAPÍTULO II - DOS OBJETIVOS

Art. 2º - O 8º CONFUP tem como objetivo:

- a) discutir e deliberar sobre as teses e propostas ao temário referido no artigo 3º;
- b) interação entre os delegados no campo político, ideológico e cultural, pautando-se o relacionamento na fraternidade e na ética da classe trabalhadora;
- c) a solidariedade ao movimento operário nacional e internacional.
- d) eleger nova Direção Colegiada, Conselho Fiscal e os Representantes Nacionais dos Aposentados.

CAPÍTULO III - DO TEMÁRIO

Art. 3º - O 8º CONFUP, para cumprir os seus objetivos, debaterá e deliberará sobre o seguinte temário através da discussão em Plenário e Grupos de Trabalho.

Plenária - Análise de Conjuntura Nacional e Internacional

As posições políticas sobre este tema serão apresentadas pelas forças políticas. Não haverá votação e cada visão política apresentará uma síntese que será incorporadas as resoluções do 8º CONFUP.

Plenária – Apreciação das Deliberações da Plenária Estatuinte

Grupo 1 – Sindicalismo

Grupo 2 – Previdência e Fundo de Pensão - PETROS

Grupo 3 - Saúde, Segurança, Meio-Ambiente, Novas Tecnologias

Grupo 4 – Campanhas Reivindicatórias e Contra as Privatizações e Pautas de Reivindicações

Plenária Final

Plenária Eleitoral para escolha nova Direção Colegiada, Conselho Fiscal e Representantes Nacional Aposentados

8º CONFUP

CAPÍTULO IV - DA ORGANIZAÇÃO

Art. 4º - A organização do congresso será desenvolvida pela Comissão Organizadora, composta pela FUP (Armando, Caetano, Clarckson, Fernando e Maurício) e pelos diretores Gildásio e Moisés do Sindicato do Ramo Químico e Petroleiro do Estado da Bahia.

Art. 5º - A mesa diretora do Congresso será composta por cinco membros eleitos entre os delegados(as) sendo um(a) presidente(a), dois(uas) secretários(as) e dois(uas) relatores(as), cabendo:

- a) ao(a) presidente(a), dirigir os trabalhos;
- b) aos(as) secretários(as), fazer as inscrições e controlar o tempo;
- c) aos(as) relatores(as), a elaboração do relatório final do 8º CONFUP.

CAPÍTULO V – DOS(AS) DELEGADOS(AS)

Art. 6º - Os(as) delegados(as) ao congresso serão eleitos(as) em Assembléias Gerais e/ou Congressos Regionais, especificadamente convocados pelos Sindicatos filiados à FUP, segundo o critério do artigo 8º do estatuto da Federação.

Parágrafo Único - Os membros da Diretoria Executiva da FUP serão delegados natos ao 8º CONFUP, conforme parágrafo 7º do artigo 14 do Estatuto da Federação.

(***Art. 7º** - O número de delegados(as) será definido pelo seguinte critério, de acordo com a base de representação sindicalizada, de cada sindicato participante, conforme artigo do Estatuto da Federação:

| Critério: N.º Sindicalizados | Delegados Eleitos |
|-------------------------------------|----------------------------------|
| Até 1.000 | 12 |
| De 1.001 a 2.000 | 16 |
| acima de 2.000 | 16 + 1 a cada 360 sindicalizados |

Parágrafo 1º - Os(as) delegados(as) titulares e suplentes eleitos para o 8º CONFUP deverão estar inscritos junto a Comissão Organizadora, até o dia 18/06/2002, via documento ou *fac-símile*.

Parágrafo 2º - Serão inscritos(as) delegados(as) suplentes para substituição à ausentes da chapa em que se elegeram.

Parágrafo 3º - Os(as) delegados(as) suplentes poderão ser credenciados(as), em substituição aos delegados(as) efetivos(as), até uma (1) hora após o encerramento das inscrições. Os(as) mesmos(as) deverão ser inscritos(as) e credenciados(as) obedecendo a ordem decrescente enviada pelos sindicatos.

Parágrafo 4º - Delegados(as) suplentes poderão se inscrever no horário normal de inscrição, caso haja desistência mediante documento assinado dos delegados(as) efetivos(as).

CAPÍTULO VI - DAS TESES E MOÇÕES

Art. 8º - As teses nacionais das concepções políticas e/ou de delegados(as), poderão abordar todo o temário previsto no artigo 3º e deverão ser inscritas junto à Comissão Organizadora, na FUP, até o dia 24/05/2002, devendo ser subscritas por no mínimo 5% (cinco por cento) do total de delegados(as) do 8º CONFUP, conforme definido no artigo 7º. Após este prazo a reprodução e divulgação das teses serão de inteira responsabilidade de seus autores.

Parágrafo 1º - A Comissão Organizadora deverá remeter aos Sindicatos, todas as teses inscritas dentro do prazo, até o dia 28/05/2002, para subsidiar os debates dos Congressos e Assembléias Regionais.

8º CONFUP

Parágrafo 2º - As Emendas às teses nacionais das concepções políticas e/ou de delegados(as) e moções aprovadas nos Congressos e Assembléias Regionais deverão ser encaminhadas à Comissão Organizadora, na FUP, até o dia 20/06/2002.

Parágrafo 3º - As teses, emendas e moções, tratadas acima, deverão ser gravadas no sistema “word”, fonte “times new roman”, tamanho “12” e enviadas em disquete, no prazo estabelecido, para compor o caderno de teses. A comissão Organizadora e a FUP não se responsabilizam pelo não cumprimento dos prazos.

Parágrafo 4º - As moções para que possam ser submetidas a Plenária, deverão ser apresentadas nos Grupos de Trabalho, com subscrição de no mínimo 5% (cinco por cento) dos(as) delegados(as) do grupo, devendo obter 1/3 (um terço) dos votos dos(as) delegados(as) presentes no momento da votação.

CAPÍTULO VII – DO FUNCIONAMENTO, CREDENCIAMENTO E INSTALAÇÃO

Art. 9º - O funcionamento do 8º CONFUP obedecerá a seguinte programação:

Dia 04.07.2002 (quinta-feira)

- Credenciamento – 14:00 às 20:00 horas
- Abertura Solene - 20:00 horas
- Confraternização - 22:00 horas

Dia 05.07.2002 (sexta-feira)

- Credenciamento – 9:00 às 14:00 horas
- Suplentes – 14:00 às 15:00 horas
- Aprovação do Regimento Interno – 09:00 horas (Os Congressos Regionais deverão discutir previamente essa proposta de Regimento Interno, apresentando emendas que será sistematizada pela Coordenação)
- Eleição da Mesa Diretora do 8º CONFUP – 09:45 horas
- Apresentação das Teses sobre Conjuntura e Eleição da Tese Guia – 10:00 horas
- Almoço – 12:00 horas
- Apreciação das Deliberações da Plenária Estatuinte – 14:00 horas
- Encerramento dos Trabalhos – 18:00 horas

Dia 06.07.2002 (sábado)

- Trabalhos em Grupos - 09:00 horas
- Almoço – 12:00 horas
- Trabalhos em Grupos – 14:00 horas
- Encerramento dos Trabalhos – 18:00 horas

Dia 07.07.2002 (domingo)

- Plenária Final – 09:00 horas
- Encerramento inscrição de Chapas para Direção Colegiada, Conselho Fiscal e Representantes Nacional dos Aposentados
- Apresentação das Chapas e Eleição da Direção – 13:00 horas
- Encerramento – 15:00 horas

8º CONFUP

- Almoço – 15:30 horas

CAPÍTULO VIII - DAS DISCUSSÕES E VOTAÇÕES

Art. 10 - Cada delegado(a), devidamente credenciado(a), terá direito a um voto.

Art. 11 - As votações nos grupos e nas sessões plenárias serão feitas levantando-se os crachás de votação.

Parágrafo 1º - A conferência dos resultados das votações nos grupos serão feitas por contagem que, em caso de dúvida, a critério da mesa, serão conferidas individualmente por credencial.

Parágrafo 2º - Não serão permitidos votos por procuração.

Parágrafo 3º - Serão convidados pela mesa diretora, quando necessário, 4(quatro) delegados(as) para contarem os votos dos participantes da plenária.

Art. 12 - Nas sessões Plenárias e Grupos de Trabalho somente será permitida a discussão de matéria constante da pauta e com intervenções de, no máximo, 3(três) minutos.

Art. 13 – Todo(a) delegado(a) que desejar intervir nos Grupos de Trabalho, deverá se inscrever previamente junto a mesa com a entrega do crachá, e o fará seguindo a ordem de inscrição.

Parágrafo Único - As inscrições se encerrarão ao final da palavra do terceiro orador(a) ou à critério dos Grupos de Trabalho.

Art. 14 – As propostas de emendas (aditivas, supressivas e modificativas) à tese guia aprovada na Plenária serão destacadas e encaminhadas pôr escrito a mesa diretora dos grupos de trabalho.

Art. 15 - O sistema de votação nas sessões plenárias, será o de maioria simples e nos Grupos de Trabalho as propostas vencidas que obtiverem 1/3 (um terço) dos votos dos delegados(as) presentes na hora da votação, serão encaminhadas a Plenária para votação juntamente com a proposta vencedora.

Art. 16 – Na sessão Plenária, durante a leitura dos relatórios dos Grupos de Trabalho, a mesa anotará as propostas conflitantes. Em seguida colocará em discussão proposta por proposta, abrindo-se 01 (uma) intervenção para cada proposta e, se necessário, abrir-se-á mais 01 (uma) intervenção a cada uma, antes da votação do relatório final do grupo, no tempo máximo de 5 (cinco) minutos.

Parágrafo 1º - Qualquer delegado(a) poderá solicitar a mesa "Questão de Ordem", "Questão de Esclarecimento" ou "Questão de Encaminhamento", limitado a 01(um) minuto.

Parágrafo 2º - Qualquer delegado(a) poderá solicitar à mesa "Declaração de Voto" após ter se absterido na votação e será limitado a 01(um) minuto e até 03(três) delegados(as) por votação.

CAPÍTULO IX - DA PLENÁRIA

Art. 17 - A mesa diretora da plenária será a mesma prevista no art. 4º parágrafo único.

Art. 18 - A plenária é órgão máximo e soberano do 8º CONFUP e será composta pelos delegados(as) devidamente credenciados e visivelmente identificados(as) pelos crachás.

Art. 19 - A plenária só poderá modificar, aprovar ou rejeitar, em parte ou totalmente este Regimento, quando da sua apreciação.

CAPÍTULO X - DOS OBSERVADORES

Art. 20 - A Comissão Organizadora poderá credenciar observadores(as) com direito a voz, até 3 por sindicato, e sem direito a voto, previamente apresentados(as) pelos sindicatos ou pela FUP.

Parágrafo Único - Também poderão ser credenciados(as), a critério da Comissão Organizadora, todos(as) os(as) assessores(as), com direito somente a voz, quando solicitados pela mesa de trabalho, ligados as entidades do movimento sindical e sindicatos dos petroleiros tais como: DIEESE, DIESAT, etc., previamente apresentados(as) pelos sindicatos ou pela FUP.

8º CONFUP

CAPÍTULO XI - DAS DESPESAS

Art. 21 - As despesas do 8º CONFUP serão de responsabilidade dos sindicatos e rateadas proporcionalmente entre os sindicatos, tendo como base o número de delegados(as) eleitos(as) nas assembleias, independente do número de delegados(as) efetivamente credenciados(as). As despesas rateadas são as que envolvem transporte e despesas da infraestrutura do 8º CONFUP, tais como, alimentação, papel, transporte e hospedagem.

Parágrafo Único - Não estão contempladas no rateio as despesas efetuadas pelos sindicatos sem autorização da Comissão Organizadora.

Art. 22 - Todas as delegações participantes do 8º CONFUP deverão estar em dia com suas obrigações financeiras junto a FUP.

Parágrafo 1º - Até 14/06/2002 deverá ser pago o pré-rateio correspondente a 50% (cinquenta por cento) da estimativa do custo do Congresso.

Parágrafo 2º - Até 29/06/2002 deverá ser feito o pagamento restante do rateio (50% - cinquenta por cento) através de ordem de pagamento, cheque ou em dia com o pagamento de suas dívidas negociadas; à partir desse prazo o pagamento só será aceito em espécie.

Parágrafo 3º - Não serão aceitos pagamentos individuais por delegados(as).

CAPÍTULO XII - DA DIVULGAÇÃO

Art. 23 - A FUP, num prazo máximo de 40 dias, deverá divulgar as resoluções do congresso, quando encerrar-se-ão os trabalhos da Comissão Organizadora.

CAPÍTULO XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24 - Os horários e prazos definidos neste Regimento Interno serão rigorosamente observados pela Comissão Organizadora.

Art. 25 - Caberá à Comissão Organizadora, a centralização do recebimento das informações dos sindicatos e manter os respectivos controles documentais e financeiros.

Art. 26 - Os casos omissos serão apreciados pela Comissão Organizadora do Congresso.

COMISSÃO ORGANIZADORA

8º CONFUP

Congresso Nacional da Federação Única dos Petroleiros

“Um Novo Brasil é Urgente”

04, 05, 06 e 07/ Julho/ 2002

Salvador – BA

Análises de Conjuntura Nacional e Internacional

Tese 1

CSC - Corrente Sindical Classista

CSC no movimento sindical petroleiro

"NOVO RUMO PARA O BRASIL"

I – INTRODUÇÃO

1. O século XXI segue marcado pelo aprofundamento da crise sistêmica do capitalismo, opondo de um lado as grandes potências em disputa pela hegemonia do planeta e de outro os países que compõem a periferia do sistema, configurando uma tendência de conflitos e de grandes instabilidades.
2. A busca por alternativas se amplia e ganha nova dimensão como tem demonstrado a luta antineoliberal e principalmente a segunda edição do Fórum Social Mundial. A contradição entre socialismo e capitalismo se coloca como referência fundamental no debate dos que buscam uma alternativa para os povos, baseada na autodeterminação das nações em ambiente de paz e equilíbrio.
3. No Brasil, a política de acumulação com endividamento externo atingiu o nível extremo nos governos de Fernando Henrique Cardoso. O desequilíbrio estrutural resultante se expressa em crise crônica e permanente, expondo o país ao risco de colapso como vive a Argentina.
4. As eleições quase gerais no país neste ano, possibilitam alargar o debate político e se constitui em oportunidade concreta de mudar o rumo e a vida da nossa gente. O momento exige o rompimento com a tendência liberal-desnacionalizante e a construção de um movimento cívico nacional em defesa do desenvolvimento independente e dos direitos e liberdade democrática.
5. O 8º CONFUP precisa se posicionar apontando a necessidade da unidade das forças de oposição e do povo em torno da candidatura de maior potencialidade, a de Luiz Inácio Lula da Silva, em torno da qual deve se consolidar um projeto de desenvolvimento nacional autônomo, apoiado nas forças democráticas e populares.
6. Os petroleiros em seus Congressos Nacional e Estaduais, entendem que a luta contra a privatização da Petrobrás e a defesa de seus interesses integra a luta mais geral do povo brasileiro. A vitória e o avanço das lutas específicas pressupõe a conquista de um novo pacto político, construído a partir do momento eleitoral de 2002.

8º CONFUP

II - CAPITALISMO EM CRISE: GUERRA E RECESSÃO

7. O mundo vive uma época marcada pela crise sistêmica do capitalismo e pelo crescente acirramento das contradições e da luta de classes entre capital e trabalho, entre o imperialismo e as nações do chamado Terceiro Mundo, bem como entre as próprias potências capitalistas, configurando uma tendência de guerra e instabilidade. Os acontecimentos de 11 de setembro em Nova Iorque, desencadearam a fúria e a agressividade dos Estados Unidos, que sob o pretexto de combate ao terrorismo desenvolvem uma onda de guerras contra países dependentes, espalhando terror e insegurança por todos os continentes. Nenhuma causa justifica o terrorismo como ação política. Como fato trágico, o mesmo deve ser tratado por organismos multilaterais, à luz do Direito Internacional e das liberdades civis. Por isso, é condenável o terrorismo de estado praticado pelo império norte americano contra os povos, na sua política expansionista e de guerra.

A DESTRUIÇÃO DO AFEGANISTÃO

8. Os Estados Unidos compraram a cumplicidade de vários países para legitimar a destruição do Afeganistão. O bombardeio sobre a população de um dos países mais pobres do mundo, desarmado e sob a mira da maior potência militar não pode ser denominado de guerra, senão de genocídio.
9. A sanha belicista norte-americana não se resume ao massacre dos afegãos. O governo Bush, alimenta vários conflitos já existentes ampliando a guerra e alimentando a indústria bélica de seu país. Na mesma trilha, ele ameaça o Iraque, interfere no acordo de paz da Colômbia, arma e financia o exército de Israel e investe contra países latino-americanos.
10. O massacre do povo palestino. O conflito entre árabes e judeus na faixa de gaza foi criado pelo mundo ocidental, quando a ONU criou o Estado de Israel sem considerar as diferenças culturais, étnicas e religiosas dos dois povos, utilizando o drama do povo judeu para penetrar no Oriente.
11. No ambiente de guerra contra o "terrorismo", promovido pelo governo Bush no Oriente Médio, o governo israelense de Ariel Sharon desafiou o povo da Palestina ao visitar a Esplanada das Mesquitas, e fez detonar a segunda Intifada. O ataque à liderança da Autoridade Palestina e ao seu dirigente máximo, Iasser Arafat, correspondeu a uma declaração de guerra, contra uma nação, onde um povo desarmado resiste ao maior e mais poderoso exército da região, sendo vítima de um verdadeiro genocídio.
12. O governo israelense se constitui hoje em impecilho à paz. Seu ataque ao Quartel General de Iasser Arafat teve início logo após o encerramento da Cúpula da Liga Árabe, que ofereceu um plano de paz para a região, reconhecendo o Estado de Israel, desde que o mesmo se retirasse das áreas ocupadas e reconhecesse a criação de um Estado Palestino.
13. A arrogância do Estado israelense não seria possível sem o apoio belicista e político do governo Bush. A diplomacia de Washington tem usado e potencializado o conflito sem que se registre nenhuma atitude relevante no sentido de promover a paz na região. A revolução bolivariana Hugo Chávez reassumiu a Presidência da Venezuela, três dias depois que uma quartelada entreguista a serviço do Imperialismo o destituiu do poder. O governo golpista de Pedro Carmona, líder da maior entidade empresarial do país, ruiu frente a uma rebelião de tropas legalistas e intensos protestos de ruas, patrocinados principalmente pelas camadas mais pobres.
14. Hugo Chávez, 47 anos, foi eleito presidente em 1998, com 56,2% dos votos, numa coalizão de partidos de esquerda, derrotando os tradicionais partidos políticos venezuelanos. Seu governo está pautado na tentativa de construir um novo país, voltado aos interesses do povo, colocando-se com soberania no cenário internacional. Tal intento, contrariou os

8º CONFUP

interesses do empresariado, da imprensa, da igreja, do judiciário e principalmente dos Estados Unidos. O golpe foi repudiado por todo o mundo, menos pelos Estados Unidos. Todos os países da América Latina condenaram a ruptura da ordem constitucional no país. Enquanto o FMI, uma instituição sem status de Estado, se apressou em reconhecer o novo governo.

TENDÊNCIA RECESSIVA

15. Ao lado do cenário de guerra predomina no mundo a estagnação econômica, envolvendo as economias norte-americana, européia e japonesa, com concentração de riqueza, contenção extrema do trabalho vivo, combinado com uma estratégia especulativa de crescimento mínimo.
16. As inúmeras intervenções financeiras e operações de salvamento mantêm a economia em situação instável, que oscila entre o colapso e o equilíbrio. O resultado tem sido a eclosão periódica de graves crises e de permanente instabilidade.
17. A crise acentuada pela guerra caracteriza-se pela recessão, aproximando-se da depressão. O próprio FMI e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) fazem previsão de um crescimento de apenas 1% nos 29 países mais desenvolvidos. A tendência recessiva repercute em escala planetária, uma vez que a globalização neoliberal aprofundou a dependência e interligou as economias a tal nível, que uma oscilação na bolsa de Nova Iorque pode significar o colapso em boa parte das economias periféricas. O que aconteceu com a Argentina poderá se estender sobre outros países como Uruguai e Brasil.

OFENSIVA IMPERIALISTA NA AMÉRICA LATINA

18. A ofensiva norte-americana avança também sobre a América Latina numa ação que combina intervenção militar e neocolonialismo. A receita única é composta pela dolarização, privatização, desindustrialização, controle financeiro e dos mercados, com destaque para o Plano Colômbia e a imposição da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas).
19. No primeiro caso, o intervencionismo americano buscava e busca o controle da Amazônia, atuando na fronteira do Brasil, Argentina e Paraguai, sob o pretexto de combater o narcotráfico. No caso da ALCA, o projeto de integração econômica propõe reunir sob as regras da maior economia mundial, países de economias periféricas numa verdadeira anexação de mercados, que aprofundará a dependência e a fragilidade dessas economias.

A LUTA ANTINEOLIBERAL

20. No mesmo sentido em que avança a ofensiva neoliberal também se estrutura a reação dos povos. Na última década surgiu o movimento antiglobalização, envolvendo vários sujeitos sociais. As grandes manifestações
21. de massa, e a realização do Fórum Social Mundial, em sua segunda edição, reunindo mais de 60 mil pessoas em Porto Alegre, denotam sua dimensão.
22. Cresce também a luta pela paz, fortalecendo e alimentando a luta de resistência, em defesa da soberania e da justiça social. O conjunto dessas lutas tem caráter estratégico e deve ser compreendido e desenvolvido como acúmulo de força.

OUTRO MUNDO, SOCIALISTA, É POSSÍVEL

8º CONFUP

23. A superação do capitalismo passa a ser uma necessidade imperiosa para a humanidade. A crise crônica que vive o sistema se aprofunda e na mesma proporção cresce a agressividade e a violência, numa clara ameaça à humanidade.
24. A referência socialista se contrapõe de forma natural ao sistema atual. A alternativa que todos buscam de construção de uma sociedade justa, capaz de assegurar o bem estar e o progresso material e espiritual não pode se basear na exploração e sim na cooperação.
25. Socialismo, representa assim, a possibilidade de emancipação e de nova aurora para os povos. Lutar desde já pelo Socialismo significa lutar para inverter a onda regressiva que se instalou na sociedade a partir da implantação do neoliberalismo.
26. Por isso mesmo, a luta cotidiana em defesa dos anseios e reivindicações das massas, e por um projeto alternativo para o país, é tarefa dos que lutam pelo Socialismo. A construção de uma alternativa unitária das forças populares eleva o nível de consciência das massas e pode criar as condições de abordar a luta de ruptura com o capitalismo e construção do Socialismo.

III- BRASIL: DEPENDÊNCIA E VULNERABILIDADE

27. Nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso, o Estado brasileiro reduziu sua função, objetivos e compromisso nacional, o que aprofundou a dependência e a instabilidade econômica. O ajuste neoliberal no país e o longo período de estagnação econômica aprofundaram a dinâmica de acumulação baseada no endividamento externo, levando ao esgotamento de um ciclo, cuja expressão política e social é uma crise crônica e permanente.
28. O Brasil passa por um processo de desindustrialização com redução do nível de produtos de maior valor agregado e enfraquecimento das empresas nacionais nos setores manufatureiros complexos. A maior parte das grandes e médias empresas está subordinada à estrutura globalizada, o que limita a taxa de crescimento e a sustentabilidade do país.
29. O setor agrícola tem desempenho aquém da capacidade produtiva, nos tornando um dos maiores importadores de produtos agrícolas e agro-industriais, incapaz de garantir preço acessível dos alimentos básicos para a população.
30. Os investimentos diretos estrangeiros não são direcionados ao setor produtivo, se concentrando em empresas não geradoras de divisas. Esse fator aprofunda a desnacionalização e eleva a remessa de lucros. O volume dessas remessas saltou de US\$ 300 milhões em 1990 para US\$ 7 bilhões no final no ano de 2001.
31. O crescimento do país na década de 90 caiu dos já tímidos 2,2%, verificados na década de 80, para 1,6%, aumentando o fosso da desigualdade social. Soma-se ainda a transferência de capital imposta por compromissos internacionais, que em 2001 foi da ordem de US\$ 56 bilhões a título de déficit e amortizações.
32. A população está completamente desassistida, pois, em que pese a carga tributária atual representar 8% do PIB nacional, os investimentos e recursos destinados ao setor público decresceram. Nos últimos seis anos o valor referente destinado à saúde diminuiu de 2,1% para 1,96%, e na educação o índice se reduziu de 1,4% para 1,2% do PIB.
33. A reforma do Estado brasileiro significou uma adequação do aparato estatal para garantir o livre trânsito dos monopólios transnacionais e reprimir a resistência popular e de setores descontentes. De Estado voltado à economia de emprego e renda passamos à condição de Estado da riqueza financeira, sendo esta transferida aos rentistas internacionais.
34. O governo e seus seguidores seguem no processo de adaptação do Estado nacional aos interesses externos. O ataque presente se dirige aos direitos trabalhistas com a proposta de alteração do artigo 618 da CLT; ao poder judiciário com a súmula vinculante; e ao setor democrático com um projeto de reforma política, que se aplicada impedirá a representação política dos partidos vinculados aos movimentos sociais.

8º CONFUP

35. O quadro social em agravamento é alarmante. O perfil da sociedade brasileira destaca uma pequena camada incorporada ao padrão de desenvolvimento vigente; uma camada maior intermediária em deslocamento e a grande maioria da população, mais de 60%, composta pelos que ganham até 3 salários mínimos, os subempregados, desempregados e excluídos totalmente.
36. O Brasil precisa de um novo rumo, de um projeto capaz de promover a reconstrução nacional e a transformação social. Para tanto é preciso construir um novo pacto político das forças patrióticas democráticas e populares, baseado num programa de desenvolvimento nacional, apoiado nos recursos materiais e espirituais da nação.

ELEIÇÕES 2002 NO Brasil

37. Diante da crise e do descrédito do governo, a oposição reúne condições concretas de vitória. No entanto, não pode subestimar os vastos recursos e interesses que sustentam o governo e seus aliados nem a sua capacidade de composição com setores da sociedade.
38. O país e o povo não suportam continuar a situação de estagnação rumo à neocolonização que vivemos. A responsabilidade do conjunto das forças sociais e de oposição está em ser capaz de unir os setores de oposição e descontentes já no primeiro turno. A eleição na França que levou para o segundo turno a direita e extrema direita, deve servir de lição para nós brasileiros.
39. Os trabalhadores e demais segmentos sociais devem aprovar em seus fóruns apoio à candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva a presidente e às candidaturas do campo democrático e popular para compor os governos estaduais, o poder legislativo estadual e federal, como forma de construir um novo pacto político apoiado nos setores democráticos e populares.

Tese 2

ASS - Alternativa Sindical Socialista

I - Conjuntura Internacional e Nacional

“Ou o sistema capitalista é destruído ou é incontrolável. Isto é muito importante porque, sobretudo na Europa (aqui também, mas sobretudo lá), vemos que volta a fase de regular o capital. Talvez possa continuar regulado por algumas décadas, mas, ao final destas décadas, o capital desregula o seu regulador. O desafio dos movimentos sociais-urbanos e rurais, dos movimentos sindicais, partidos de esquerda, hoje, não é regular o capital, e sim quebrar o sistema de domínio do capital. O que é mais fácil dizer que fazer, reconheço. Mas nós estamos em uma época em que poucos dizem isso.”

(Prof. Ricardo Antunes)

CONJUNTURA INTERNACIONAL

Contra a Globalização Neoliberal

1. quadro mais geral de incerteza e instabilidade do capitalismo, neste período em que a especulação comanda e condiciona o processo de acumulação, com seus nefastos efeitos sobre a população mundial, persiste agravado. O questionamento aos dogmas do neoliberalismo toma a forma de contestação ampla, nas manifestações de rua, nos fóruns e

8º CONFUP

encontros internacionais, nas lutas dos povos sufocados pelo capital financeiro, no voto contrário aos políticos e partidos que promovem essas políticas etc..

2. As rebeliões populares no Equador, as manifestações de Seattle contra a OMC, as batalhas de Washington, Praga, de Davos, Gênova, os vigorosos protestos contra a ALCA, em Buenos Aires ou em Quebec, e a realização do I e II Fórum Social Mundial em Porto Alegre, postulando, não sem ambigüidade, a possibilidade da construção de um outro mundo são bem o retrato desse novo processo.
3. Vivemos um momento novo na cena política internacional: a ação das classes e segmentos explorados e oprimidos avança em relação à simples luta reativa e ao voto de descontentamento em partidos travestidos de oposição. À lógica do chamado "pensamento único" emergem ou adquirem visibilidade novos agentes políticos (anarquistas, ONGs, grupos étnicos etc.) e testemunha-se a emergência de um efetivo movimento de massas internacional, pois essas diversas manifestações são formuladas e viabilizadas com a intervenção de atores de diversos países.
4. É neste quadro de retomada dos movimentos sociais, de crise da economia norte-americana e de desgaste do presidente Bush que ocorreram os atentados ao autodenominado "Centro Comercial Mundial". Esta foi uma ação terrorista que, além de vitimar milhares de trabalhadores precários e civis inocentes, da aberrante instrumentalização de aviões comerciais com passageiros (o que exigiu a necessária condenação das forças progressistas do mundo), deu pretexto a uma extraordinária avalanche conservadora internacional, colaborando para instalar um clima de perplexidade e desorientação política nos movimentos sociais.
5. Ao lado disso, os atentados deram, sobretudo ao governo dos EUA, – então deslegitimado internamente e desgastado internacionalmente – um pretexto para afiar suas garras e comandar um processo de agressão imperialista de larga escala contra diversos povos do mundo, em nome do suposto combate ao terrorismo. O alvo dessa ação – que já vitimou especialmente os povos do Afeganistão e tem como subproduto o agravamento do holocausto sobre os palestinos, perpetrado pelo fascista Ariel Sharon – é estender o controle do imperialismo sobre fontes de petróleo e de minerais estratégicos da Ásia Central.
6. Nessa escalada imperialista, Bush incentiva e promove o terror de Estado, patrocina o assassinato de inocentes em todo o mundo, mantém o Iraque sob permanente ameaça e agressão, opera para tentar intimidar o Irã, a Líbia e a Coreia do Norte, enquadrando-os publicitariamente no chamado “eixo do mal”. Na América Latina, a superpotência renova a força de seus tentáculos, reatualizando as pressões e agressões em torno do Plano Colômbia (em que busca desencadear a guerra total naquele país) e promovendo uma estratégia de desestabilização política, econômica e militar contra o governo Hugo Chávez na Venezuela, como demonstram os acontecimentos de 10, 11, 12 e 13 de abril – um golpe militar-oligárquico que merece o mais enérgico repúdio; uma trama do imperialismo em conluio com os magnatas do petróleo e das comunicações, vergonhosamente apoiada pela Central de Trabalhadores da Venezuela, filiada à ORIT e à CIOSL.
7. Os dirigentes estadunidenses não admitem um governo sul americano como o de Hugo Chávez, que se opõe ao Plano Colômbia, que faz crítica à guerra dos EUA ao Afeganistão e à ofensiva imperial em nível mundial, que mantém boas relações com o Iraque, Irã, Cuba, que busca fortalecer uma linha independente da OPEP e recusa a colonização do espaço aéreo venezuelano. As forças e organizações democrático-populares devem apoiar as ações do governo Hugo Chávez em prol dos interesses populares, da soberania nacional e da democracia, e prestar a mais ampla solidariedade ao heróico povo venezuelano, que soube enfrentar a oligarquia e reconduzir o presidente deposto pelo golpe.
8. Do ponto de vista econômico/comercial, para evitar que os efeitos da estagnação devastem a economia norte-americana e arrastem consigo todo o mundo capitalista, o governo Bush investe contra as economias nacionais e regionais, defendendo as áreas de livre comércio, como a ALCA, e adotando um protecionismo explícito que contradiz os dogmas que ele

8º CONFUP

próprio preconiza. Defende aberta e diretamente, sem qualquer mediação, os interesses dos conglomerados financeiros, aprofundando o receituário neoliberal.

9. Mas o centro da política imperialista norte-americana é o investimento no complexo industrial-militar - a saída utilizada para alavancar e rearticular a economia, ampliando as áreas de influência, domínio e controle direto dos EUA. A economia americana e a sua idoneidade vêm sendo cada vez mais desmoralizadas a partir do conhecimento de sua própria situação. O caso da Enron de uma só vez desmoralizou a política de privatização de serviços públicos pela manipulação de preços, regulamentação e práticas contábeis (e muitos outros casos estão vindo à tona). Também desmoralizou o mercado acionário, os preços das ações, a ilusão do trabalhador acionista via fundo de pensão (além de perderem o emprego, perderam suas poupanças) e a pseudo-neutralidade do Estado moderno em relação aos interesses dos grandes grupos privados. A Enron foi uma das grandes financiadoras da campanha de Bush e indicadora de quadros para seu governo. Esteve também envolvida na política interna e negócios de Estado em outros países, como o Governo Blair e o próprio FHC. Assim, esse caso coloca em cheque muitos dos instrumentos capitalistas, pois envolve também a empresa de auditoria Arthur Andersen, que sonegou informações ao senado americano, envolvendo as principais autoridades do governo Bush e o próprio.
10. Por outro lado, a globalização vem aumentando a miséria nos países centrais e periféricos. A falência Argentina significou a expressão da falência dos países submissos ao modelo FMI e da própria globalização como pseudo-solução para o desenvolvimento. E aumenta em todos os países porque, se a hora de um trabalhador na indústria dos EUA custa cerca de U\$24,00, no México custa cerca de U\$ 2,35 e, no Vietnã, U\$ 0,21 (Revista exame 15/05/02), é óbvio que os grandes grupos econômicos passam a transferir atividades para onde o custo é menor. Exploram a miséria aí e geram desemprego nos próprios países centrais. Ganham eles. Perdem os trabalhadores do mundo. Além do mais, há sempre governantes servis de plantão em países periféricos, dispostos a garantir subsídios aos exploradores, fechando os olhos para o cumprimento das leis ambientais e trabalhistas, quando existem.
11. São os grandes grupos econômicos que se aproveitam das facilidades de cada país. E isso se expressa na constatação de que a maior parte do comércio internacional é intra-grupos econômicos (matriz/subsidiárias/subsidiárias) ou entre os grandes grupos econômicos. Se expressa também no crescimento do faturamento de grupos econômicos globalizados, confrontado com o PIB de vários países, que possuem encargos sociais a cumprir, ou seja, expressa também o enfraquecimento relativo das nações soberanas diante do poder econômico no mundo globalizado.
12. A hegemonia desta ideologia, portanto, materializa uma gravíssima ameaça ao planeta e à própria humanidade, com: - acumulação ultra-predatória dos recursos naturais e da biodiversidade; - coisificação da vida humana e glorificação dos "valores da livre iniciativa"; "estímulo à atividade empresarial no desenvolvimento e no controle da pesquisa científica e da competitividade - mais de 26 milhões de pessoas na África Subsaariana infectadas pelo vírus HIV, em nome da garantia ao direito de patente das corporações dos EUA e dos países ricos, padecem sem assistência farmacêutica, dizimadas pela AIDS. O neoliberalismo vem agravando também um outro problema social mundial.

AS MIGRAÇÕES

13. Elas existem em função dos conflitos armados e da miséria. Milhares de pessoas tentam entrar constantemente na Europa fugindo de regiões com conflitos armados ou simplesmente da miséria e do desemprego. O mesmo ocorre nos EUA. As conseqüências nos países que os recebem acaba sendo trabalho clandestino, violência e desemprego. E a resposta a esse problema em muitos países tem sido o crescimento eleitoral da extrema-direita. Este fenômeno ocorre sobretudo na Europa, em especial na França e na Holanda, nas últimas eleições.

8º CONFUP

14. Não podemos desconsiderar, todavia, que, apesar de suas características fundamentalistas, o neoliberalismo tem revelado importante capacidade de ser flexível - "tem sabido mudar a embalagem que acomoda o mesmo produto". É desta forma que surgiu a chamada "terceira via", as "frentes de centro-esquerda"; em que, com um discurso simpático ao eleitorado, palatável aos meios de comunicação, partidos ditos "críticos" prometem "fazer a omelete sem quebrar os ovos", assumem o governo e via de regra continuam a implementação das políticas postuladas pelas forças do capital financeiro, com um pouco mais de "marketing" e de políticas compensatórias. Ressurge também o "keynesianismo" com a intervenção do Estado na economia e impulsão aos gastos estatais, sobretudo no sistema industrial-militar da superpotência, como apregoa o governo Bush, retomando a trilha do governo Ronald Reagan, acentuando as tendências e conflitos no mundo. A ponta de lança desta política é o programa de construção do "escudo antimísseis". Mas a intervenção estatal na economia americana, contrariando seus dogmas, tem se refletido também em outros setores como o agrícola e da própria aviação civil.
15. Apesar do quadro conjuntural de enormes dificuldades, não podemos esquecer que o dado central desta década, do ponto de vista dos interesses populares, é o desenvolvimento dos movimentos sociais. A intensificação das lutas dos trabalhadores e dos povos por toda parte: Equador (onde o povo derrubou um governo, criando uma situação de dualidade de poderes); México (onde o EZLN articulou uma impressionante contra-ofensiva política de massas, ocupando o centro da conjuntura e pautando a defesa dos direitos dos povos indígenas, das maiorias oprimidas e excluídas por avanços democráticos substantivos); Palestina (nova e heróica onda da Intifada confronta-se com os "falcões do sionismo", que contam com o sempre presente reforço dos EUA); Ásia, especialmente na Coreia do Sul (marcantes greves dos trabalhadores em reação às tentativas de implementação das políticas do FMI e Banco Mundial); Argentina (o povo reage e exhibe disposição de luta contra o neoliberalismo); Bolívia (onde o modelo neoliberal faz água e perpetua na miséria as maiorias do país); Colômbia (onde a luta de classes há muito assumiu a forma mais radical e as forças populares têm agora que se confrontar com a intervenção direta do imperialismo no conflito político-militar através do famigerado Plano Colômbia); Turquia (onde o povo se mobiliza contra mais uma das reedições das políticas do capital financeiro). As mobilizações atingem também países centrais e desenvolvidos, como a Itália.
16. Essas mobilizações/lutas decorrem de uma situação em que as contra-reformas neoliberais perdem "poder de encantamento" e de neutralização dos movimentos sociais - o declínio histórico do ideário neoliberal - e caracterizam-se por não estarem articuladas a um projeto global antagônico ao status quo. Mas são a matéria prima que poderá dar base ao delineamento desse caminho, dependendo da capacidade de os socialistas, por exemplo, legitimarem-se como protagonistas desse processo.
17. Tal declínio é conseqüência da frustração das promessas neoliberais de bonança geral e da incapacidade dos agentes dessa ideologia de postularem um futuro de esperança para a humanidade. Um futuro que não implique em mais confisco de direitos, aumento da exploração, maior precarização do trabalho, exacerbação da competição e mais insegurança para a maioria. Isto é, um futuro que não implique em aprofundamento da barbárie.
18. O discurso neoliberal apregoa que "as forças do mercado" deixadas a si mesmas propiciariam à economia mundial (ao capitalismo) um generalizado processo de expansão, mas o que o mundo vem conhecendo é um pipocar constante de crises por toda parte: México/95, Ásia/97, Rússia/98, Brasil/99, Turquia e Argentina/01. E a própria política protecionista das grandes potências desmascara esse discurso (vejam o caso da taxaço do aço, dos subsídios agrícolas etc)
19. Mas há respostas perigosas ao neoliberalismo. A falência dos Estados Nacionais e suas dificuldades em atender às necessidades básicas da população contraditoriamente vêm levando ao fortalecimento de setores de direita que tentam responder a essa demanda da pior forma possível. Colocando-se contra os imigrantes, entre outras bandeiras de caráter fascista. É isto o que temos visto em vários países na Europa.

8º CONFUP

20. Mas a esquerda precisa pensar propostas para a humanidade, não apenas para seus países, como faz a direita em muitos deles. Assim, a taxa Tobin, badalada no Fórum Social Mundial, é uma proposta que merece apoio como forma de restringir a especulação financeira mundial e criar um fundo para combate à pobreza em termos mundiais. A pobreza não se combaterá com distribuição de alimentos, por mais que isso se torne necessário em várias situações desesperadoras (até para se evitar as milhões de mortes). É preciso mudar o modelo receitado pelos organismos internacionais subordinados ao Capital. Isto passa pela valorização dos recursos naturais e do meio ambiente, pela defesa de direitos trabalhistas.
21. Mais que isso, a conjuntura mundial coloca para os militantes de esquerda a atualidade da luta pelo socialismo. É necessário que o mesmo e os caminhos da luta para sua conquista sejam aprofundados e atualizados.
22. Mas a luta pelo socialismo só tem sentido combinada com lutas que respondam a demandas imediatas da classe trabalhadora, principalmente em suas condições de vida. Por isso, bandeiras como reforma agrária e redução de jornada de trabalho merecem sempre apoio de todos os lutadores.
23. Esta é uma conjuntura que coloca na ordem do dia, para a América Latina, a necessidade de um intenso debate e ação contundente de esclarecimento, denúncia, mobilizações, com o objetivo de barrar a ofensiva imperialista e seus planos de dominação econômica, política e militar. Ao movimento em geral impõe-se articular ações de caráter político ofensivo e desenvolver a mais ampla solidariedade ativa aos povos em luta, especialmente no nosso continente. No centro dessa mobilização, para quem se coloca contra a globalização sob a égide do capital, deve estar o apoio a todas as iniciativas contra a Alca, como é o plebiscito em preparação para setembro próximo. É fundamental apoiar essa iniciativa como fator de discussão do modelo e impulsionador da construção de organismos populares capazes de resistir ao imperialismo e discutir propostas para outro mundo.

NACIONAL : DERROTAR FHC, O FMI E MUDAR O Brasil

24. Nem mesmo as nuvens sombrias que a conjuntura mundial projeta são suficientes para fazer com que as classes dominantes e o governo brasileiro cogitem interromper o curso destrutivo em que lançaram o Brasil nos últimos anos: crise, instabilidade e incerteza, com o aprofundamento da dependência e do desmonte nacional, são os traços visíveis desta conjuntura.
25. A outrora festejada 8ª economia do mundo capitalista caiu para a 12ª, após uma década com Collor, FHC, tucanos, pefelistas, peemedebistas e outros tais. A pretexto da atração de novos investimentos produtivos, da elevação da produtividade, da "competitividade de nossa economia" e da modernização estratégica do aparelho produtivo nacional, torraram a quase totalidade do patrimônio público, construído com o sacrifício de gerações de brasileiros/brasileiras em mais de 50 anos.
26. “Elevaram as tarifas de energia, combustíveis, telecomunicações e saneamento, entre outros, a patamares siderais; confiscaram direitos trabalhistas e sociais das maiorias; elegeram o funcionalismo público como o bode expiatório do déficit público, reduzindo-lhes os salários e impondo-lhes congelamento salarial de mais de 7 anos; desmontaram a previdência social pública; sucatearam os serviços públicos básicos; desnacionalizaram a economia; privatizaram empresas estatais estratégicas e impuseram a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal, limitando ainda mais o investimento em políticas sociais; fragilizaram a Federação, reconcentraram o poder político e tributário da União no Executivo Federal. Em particular, fizeram do legislativo e do judiciário apêndices do executivo; usaram e abusaram das medidas provisórias — instrumento equivalente ao decreto-lei sob a ditadura militar; reduziram unilateralmente as tarifas aduaneiras; permitiram que os capitais especulativos fizessem a festa. O governo FHC colocou o país num grau de submissão jamais visto; assinou diversos acordos com o FMI. O governo e as

8º CONFUP

elites desdenharam da soberania nacional e rasgaram a Constituição, destruindo o “estado de direito”

27. A dependência é de tal ordem que nem mesmo para crescer economicamente o país está livre! O presidente do Banco central avisou: o crescimento da economia não podia passar dos 4 ou 5% ao ano, pois, se ultrapassasse, seriam estouradas as "metas inflacionárias" estabelecidas pelo FMI, a balança de pagamentos seria pressionada excessivamente etc.
28. Com o Plano Real a inflação foi substituída por dívida pública. O déficit em conta corrente do balanço de pagamentos já supera 4,5% do PIB, o que gera a necessidade de ingresso anual de capital estrangeiro de cerca de US\$ 30 bilhões, os quais se convertem em mais dívida interna, fazendo com que o endividamento público se mantenha numa rota explosiva: a dívida pública líquida total beira os 55% do PIB, a despeito da entrega de parte substancial das estatais em nome da redução deste endividamento. As conseqüências dessas dificuldades reais da economia brasileira levam o governo a manter no país taxas de juros estratosféricas Oficialmente cerca de 18,5 % .Na prática, no comércio, cerca de 150% a (o 4º juro oficial real mais caro do planeta, maior que o da Argentina quebrada). E, a despeito de todas as potencialidades reais para a economia crescer (potencial tecnológico, recursos naturais etc.), o país vive um clima de recessão, com desemprego, inadimplência, cheques sem fundos etc..
29. Com este impasse interno do modelo, somado ao cenário de desaceleração da economia mundial, mesmo as estimativas de crescimento admitidas pelo FMI e pela equipe econômica do governo requerem uma revisão para baixo, aumentando o preço que, em nome do mito da estabilidade, a nação vem pagando com desemprego, piora das condições de vida do povo, regressão democrática, alienação da soberania, tudo isto agravado pela corrupção escancarada e pela tão propalada crise energética, que impôs, até recentemente, um corte de 20% no suprimento de eletricidade e o recém-aprovado "seguro-apagão" - uma desavergonhada forma de arrancar dinheiro dos consumidores para beneficiar o grande empresariado do setor elétrico.
30. No plano político aumentam as contradições no interior da coligação governista, com a ampliação da crise PSDB/PFL, graças à ação conjunta da Procuradoria da República e da PF, que detonou a candidatura de Roseana, com o beneplácito do Ministério da Justiça. Reduz-se a capacidade de gerência do presidente FHC. Os conflitos e escândalos no Congresso e nas hostes governistas configuram mais que uma crise da aliança governista. Atuam no sentido de paralisar os interesses situacionistas no Congresso e reduzir a mobilidade do Executivo.
31. Mas a burguesia tem consciência de classe e desenvolve a luta de classes com todos os meios de que dispõe. Basta ver o resultado da ação da tropa de choque do candidato presidente, José Serra: decisão do TSE de verticalizar as coligações eleitorais; o contrato milionário, e acima dos preços de mercado, de uma empresa de um coronel ex-SNI para prestar serviço de "contra-espionagem" no Ministério da Saúde; a feitura de dossiês contra todos os seus adversários; o financiamento da Globo Cabo ("cabo eleitoral") pelo BNDES, no valor de 284 milhões de reais; o afastamento do delegado federal que investigava as ilegalidades na privatização das telefônicas (que envolvia gravações de FHC).
32. Mantém-se, portanto, como de inegável atualidade a conduta político-ideológica que se pautou por uma oposição global e irreconciliável à política que promove o curso destrutivo que testemunhamos no Brasil, mantendo plena atualidade a agitação da consigna "Fora FHC e FMI".

ELEIÇÕES 2002 : UM NOVO PERÍODO DE ASCENSO POPULAR

33. As eleições presidenciais podem ou não contribuir para estas definições. Não tanto em relação à discussão dos novos caminhos de desenvolvimento. Afinal, há urna tradição no país de que estas coisas são tratadas em “petit comitee” (pequenos grupos), e que são coisa dos técnicos e dos políticos, das “pessoas de responsabilidade”. Desta forma, os modelos

8º CONFUP

passam ao largo da campanha, sendo os candidatos pautados apenas pelo que mostra aguda repercussão social. As principais candidaturas existentes, desde a democrática à neoliberal, preferem tratar as opções de relação do Brasil com o mundo sem a intervenção popular.

34. Para os candidatos que disputam a presidência dentro da ordem política não se trataria de romper com os ditames da ordem internacional, mas "mudá-los por dentro". Tudo se orientaria pela ciência da esperteza. Enquanto um propõe enrolar os norte-americanos promovendo sucessivos adiamentos para a implementação da ALCA — com esta atitude sinalizando os investimentos de médio e longo prazo dos capitalistas — enquanto negocia com a União Européia, outros jogam todas as suas esperanças no estabelecimento de novas alianças comerciais com a Rússia, a China, a África do Sul etc, que, se são importantes, estão longe de resolver os problemas do nosso mercado interno e do nosso desenvolvimento.
35. Do ponto de vista dos projetos de desenvolvimento, tudo parece ser resolvido com a questão de em que medida se aumenta a renda da população para sustentar essas propostas. Se através de "medidas compensatórias" ou de incorporação de maiores contingentes ao consumo. Quanto aos métodos políticos, parecem semelhantes: cada qual procura juntar ao seu lado o maior número de legendas possíveis "sem preconceitos de nenhuma espécie, todos se pronunciam orientados pelos institutos de pesquisa sem o mínimo respeito à opinião dos seus eleitores tradicionais. O quadro político-institucional, desta forma, cada vez mais parece estar dificultando e questionando a ação dos atores revolucionários".
36. A conjuntura nos coloca um cenário que põe em questão o próprio destino do Brasil enquanto Nação, e dos/das brasileiros/brasileiras enquanto povo. Um quadro que propõe aos setores democráticos e populares o desafio de postular mais do que uma nova maioria político-parlamentar e um novo governo - ela está a exigir a formulação de um novo projeto de Brasil, que materialize uma ruptura efetiva com o modelo atual.
37. Para os trabalhadores, mais uma vez se coloca a possibilidade de elegermos o operário Lula presidente. Mas, desta vez, dada a ampla política de alianças em discussão, corre-se o risco de eleger Lula com um programa que pouco diga aos nossos anseios históricos. Portanto, cabe ao movimento sindical interferir na campanha visando a garantir o caráter classista do programa e do eventual futuro governo.
38. O maior desafio das forças democráticas e populares neste processo eleitoral é trabalhar para transformar a indignação popular frente à crise, à corrupção e aos desmandos em mobilização social contra o governo. Mobilizações que não podem se limitar ao eixo de defesa da "ética na política", mas devem associar, com toda força, "crise energética e assalto ao Estado pela especulação, através do FMI", "corrupção e neoliberalismo"; "corrupção e privatização"; "corrupção e enfraquecimento das políticas públicas" etc.
39. No momento, trata-se de discutir um projeto de desenvolvimento para o país, e definir qual o papel das classes trabalhadoras na sua consecução. No mínimo integrado pelas bandeiras de:
 - a) rompimento dos acordos com o FMI;
 - b) uma nova Constituição para o país, superando todos os remendos já feitos na de 1988;
 - c) suspensão da dívida externa;
 - d) a reestatização das empresas estratégicas para o país, como a CSN e a CVRD;
 - e) reforma tributária baseada no critério da progressividade;
 - f) Não à ALCA;
 - g) desenvolvimento do sistema estatal de comunicação, pesquisa, educação, saúde e setor farmacêutico;
 - h) a criação de organizações por local de trabalho;

8º CONFUP

- i) a reposição das perdas salariais, pagamento dos débitos trabalhistas e elevação geral dos salários;
- j) a conquista da plena liberdade e autonomia sindical sem a intervenção do Estado e de seu aparelho repressor;
- l) a defesa de plebiscitos como ampla forma democrática de consulta para temas centrais à população brasileira;
- m) um projeto de desenvolvimento de caráter democrático-popular e soberano, que respeite o meio-ambiente, a qualidade de vida e a diversidade regional, cultural e social do nosso povo, criando canais para a participação dos trabalhadores nas decisões;
- n) redução da jornada de trabalho;
- o) reforma agrária radical;
- p) o controle operário nas empresas;
- q) criação de milhões de empregos;
- r) no combate à globalização capitalista;
- s) na defesa da Amazônia;
- t) pela democratização dos processos de construção do MERCOSUL;
- u) na defesa de um Estado Palestino soberano;
- v) saída imediata dos norte-americanos da Colômbia;
- x) a unificação das lutas dos trabalhadores a nível internacional, entre outros.

40. Um programa que livre o Brasil da sangria da dívida externa, defenda a soberania nacional, rompa os acordos com o FMI, desenvolva uma ação sistemática contra o pagamento da dívida externa, suspenda seu pagamento e realize uma auditoria independente, recuse a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei de Patentes, CPMF etc., combata os planos tratados e acordos que submetem o país às diretrizes e interesses do imperialismo, como o que viabiliza o controle dos EUA sobre a base de Alcântara; lute contra a implantação da ALCA e contra o Plano Colômbia; que destaque a importância da solidariedade internacional e posicione-se contra o bloqueio dos EUA a Cuba; contra o massacre israelense ao povo palestino; que defenda os direitos trabalhistas e sociais, combata as privatizações, a pobreza e a concentração de renda, promova a elevação dos salários e a recuperação dos serviços públicos, defenda a reforma agrária – um programa que sirva à luta pela transformação socialista de nossa sociedade.
41. Portanto, o campo democrático e popular deve disputar o governo como meio para a luta pela conquista do poder na perspectiva da construção de uma sociedade socialista e não como objetivo final da luta dos/das trabalhadores/trabalhadoras.
42. E mais: é necessário ficar claro para os movimentos sociais de que lhes é imperativo fazer campanha para Lula como alternativa viável para se mudar a política do país. Mas a eleição de Lula por si não resolverá os problemas sociais do país. É necessário que as organizações populares e sindicais, uma vez Lula eleito, mantenham sua atuação independente do governo. E os quadros do movimento popular/sindical que vierem a assumir cargos no Governo devem estar preparados para os conflitos que continuarão a ocorrer, como tem ocorrido em tantos governos petistas, como é o Caso de Benedita com os professores.
-

Tese 3

Articulação Sindical

I - CONJUNTURA INTERNACIONAL

1. O projeto neoliberal fracassou enquanto alternativa de desenvolvimento e o melhor exemplo hoje de tal fracasso é a Argentina. O Ministro da Fazenda durante a ditadura militar argentina, Martinez de Hoz, um adepto do "monetarismo" defendido por economistas da Universidade de Chicago, adotou uma série de medidas econômicas, em particular a liberalização do comércio e investimentos, que quase destroçou o parque industrial argentino, o terceiro da América Latina. Além de ampliar o endividamento externo, adotou uma política de fiscal ortodoxa visando gerar superávites nas finanças públicas, principalmente por intermédio da contenção dos salários e cortes no custeio da rede de proteção social que deu início a atual degradação dos direitos sociais.
2. Esta política chegou a ser momentaneamente interrompida durante o governo Alfonsín, mas foi retomada radicalmente com Menem, que para estabilizar o Peso Argentino, adotou as recomendações do "Consenso de Washington" e definiu sua paridade com o Dólar Americano. Porém, diferentemente de outros países que fizeram o mesmo, como o Brasil, por exemplo, ele introduziu esta decisão na Constituição Federal e para garantir este câmbio, estabeleceu uma política de atração de Investimentos Externos Diretos por intermédio de um amplo programa de privatizações, além de adotar severas restrições orçamentárias sobre os gastos sociais.
3. Hoje não há mais o que privatizar e os cortes nas despesas públicas estão sufocando os orçamentos das províncias, além de acarretarem grandes perdas de direitos sociais e redução salarial dos servidores públicos, bem como das aposentadorias e pensões. O país está entrando no seu terceiro ano de recessão. O desemprego e o trabalho informal vem crescendo assustadoramente. A estabilidade econômica atualmente depende de injeções de recursos das Instituições Financeiras Internacionais que os condiciona a políticas de maior austeridade, impossíveis de cumprir. Desde a renúncia de De la Rúa, a situação econômica só tem se agravado, porém a mobilização popular tem adquirido contornos interessantes.
4. Os argentinos vivem a mais de um quarto de século sob esta política desastrosa, onde todo o receituário neoliberal foi cumprido à risca e não foram alcançados os resultados prometidos de crescimento econômico e de bem estar social. Se a receita não funcionou na Argentina, porque funcionaria em outro lugar?
5. Adeptos do liberalismo econômico começam a reconhecer que há problemas, como o presidente do Banco Mundial, James Wolfensohn, que afirmou que "o modelo não está funcionando no nível das pessoas". E não se trata apenas dos problemas que envolvem os países de economia dependente, mas também de prejuízos sérios para as sociedades dos países desenvolvidos. A queda no valor real dos salários, extinção ou degradação de direitos sociais e concentração brutal da renda, são fatos reais mundialmente.
6. Há vários indicadores que o mundo está em recessão, particularmente após os acontecimentos de 11 de setembro de 2001. A indústria automobilística vendeu apenas 80% da sua produção mundial no último ano. Da mesma forma, a demanda na indústria de informática está sendo menor que a produção. As recentes fusões de grandes empresas, particularmente na indústria petrolífera e nas companhias de aviação, não são apenas iniciativas para o seu fortalecimento, mas também para sua própria proteção ao racionalizarem custos e diminuir a concorrência. Outros fatores a serem considerados são, a recessão que assola o Japão, já a alguns anos e sem perspectivas de superação no curto prazo, a crise argentina, a desaceleração econômica e a crise energética no Brasil e

8º CONFUP

principalmente o baixo crescimento médio da economia norte americana nos últimos trimestres, bem como, a desaceleração do crescimento de vários países europeus. Nos EUA perderam-se alguns milhares de postos de trabalho no último ano.

7. Nos momentos de retração econômica, os países industrializados tendem a fortalecer os mecanismos de proteção das suas economias e dos interesses de suas corporações multinacionais. Isto é notório desde a "Crise Asiática" e sua expressão máxima foi o fracasso da III Conferência da OMC em Seattle em lançar uma nova rodada de negociações comerciais, onde os desacordos principais se apresentaram entre os EUA, UE e Japão. Por outro lado a resposta genérica dos promotores do modelo neoliberal diante da crise, é defender seu aprofundamento, o que na prática significa liberalizar ainda mais as economias dos países não desenvolvidos.
8. A própria Conferência da OMC em Doha, somente conseguiu salvar a "cara" da instituição ao lançar uma nova rodada de negociações comerciais cuja seriedade não se sustenta diante de uma análise mais detalhada. Estas dificuldades enfrentadas pela OMC se devem às suas próprias contradições e à postura de um grupo representativo de países do Terceiro Mundo, como Índia, Paquistão, Egito, Malásia, etc, que se opõem ao início de uma nova rodada, por avaliarem que ainda não se recuperaram dos efeitos da última (Rodada Uruguai) e que uma série de acordos que foram alcançados naquela ocasião, ainda não foram implementados.
9. Por isto a pressão dos EUA para impor a ALCA sobre os países latino americanos, sem qualquer alteração na sua legislação anti-dumping e de subsídios agrícolas. Na América Latina, a defesa dos interesses das Corporações Multinacionais por intermédio dos governos dos países desenvolvidos, se faz presente com várias tentativas de liberalização comercial, como as negociações da União Européia com várias sub regiões do continente e a tentativa de acelerar as negociações da ALCA. Esta não é nada mais que uma tentativa de estender o NAFTA a todo o continente. Por exemplo, a proposta apresentada pelo governo dos EUA sobre investimentos, é basicamente a mesma do Capítulo 11 do NAFTA, atribuindo às Multinacionais a possibilidade de investir sem riscos e colocar seus direitos acima das legislações nacionais. Além disto temos o Plano Colômbia, que visa proteger os interesses das multinacionais norte americanas na Colômbia e que acirrou o conflito naquele país, com o risco de estendê-lo aos países vizinhos e provocar danos irreparáveis ao meio ambiente da Região Amazônica.
10. Começa a ficar mais claro para a opinião pública mundial, que os países desenvolvidos somente se lançaram à globalização da economia quando estavam preparados e ainda assim, apesar de reduzirem significativamente suas tarifas externas, mantiveram uma série de barreiras comerciais não-tarifárias, assim como subsídios e mecanismos anti-dumping. Não bastasse isto, não existe o menor escrúpulo em adotar medidas unilaterais, como a recente decisão do governo norte americano em não mais assinar o Protocolo de Kyoto de controle de emissão de gases, negociado exaustivamente por quase uma década a partir da Conferência sobre Meio Ambiente da ONU, realizada em 1992 no Rio de Janeiro. Ou ainda retomar o projeto "Guerra nas Estrelas", apesar dos tratados anti-mísseis firmados entre EUA e a ex-URSS, ainda em vigor com os novos Estados independentes. O presidente George Bush não hesitou em colocar o multilateralismo em risco, para atender aos interesses da indústria norte americana de petróleo e armamentos.
11. A "Crise Asiática" é um marco importante na atual conjuntura internacional, apesar que havia previsões que o ocorrido no México em 1994/95 pudesse se repetir. A sua ocorrência, apesar da análise do FMI, publicada poucas semanas antes, que a economia asiática ia bem e a dimensão que atingiu, inclusive alcançando depois o Brasil e a Rússia, chamaram a atenção da opinião pública que algo estava errado, bem como a incapacidade das Instituições Financeiras Internacionais preverem e lidarem eficazmente com as crises.
12. A resposta dos promotores do modelo, foi a de atuar politicamente, tentando criar "factóides", como o lançamento da "Rodada do Milênio", as ostensivas reuniões anuais do G-8, falando de perdão da dívida externa dos países mais pobres e outras medidas de combate à pobreza que nunca se realizam e reuniões de dirigentes políticos mais intelectualizados, lançando propostas como a chamada Terceira Via.

8º CONFUP

13. No entanto, a resposta do movimento social tem sido contundente e crescente, conforme demonstram as manifestações que vem reunindo milhares de pessoas para protestar contra os efeitos da globalização, desde Seattle que contou com a presença de 50.000 pessoas, entre trabalhadores e representantes de diversas organizações sociais e de ONG's, colocando o processo em cheque pela primeira vez. No período seguinte, houve mobilizações com esta mesma composição, praticamente durante cada reunião de instituições relacionadas com a globalização neoliberal e o auge em 2001 foram as manifestações em Gênova, onde inclusive chegou a haver um militante morto pela polícia.
14. Apesar da tentativa de classificar as manifestações como sendo de caráter violento, os neoliberais tem se desgastado com elas, pois as pessoas questionam porque suas condições de vida pioraram apesar das inúmeras promessas do contrário, assistem aos protestos cada vez mais frequentes e expressivos e percebem que há desentendimentos entre os que defendem o modelo. Não é à toa que os governos mudarão sua tática evitando reuniões ostensivas das instituições mais visadas. A Conferência da OMC foi no meio do deserto da Arábia e a próxima reunião do G-8, no Canadá, será num lugar de difícil acesso nas Montanhas Rochosas.
15. Os ataques terroristas de 11 de setembro nos EUA e a reação da direita militarista em todo o mundo, num primeiro momento colocou o movimento anti globalização neoliberal na defensiva. O Afeganistão foi bombardeado e outros países ameaçados. Leis de proteção aos direitos civis foram alteradas nos EUA, Canadá, Inglaterra e Austrália. Na Austrália, Dinamarca e Nicarágua, partidos de direita venceram recentes eleições gerais com base no discurso da segurança e da xenofobia. Porém o II Fórum Social Mundial realizado novamente em Porto Alegre superou o sucesso do primeiro e deu novo fôlego às mobilizações sociais. Trezentas mil pessoas marcharam em março pelas ruas de Barcelona durante a reunião da Cúpula da EU, a resposta internacional à nova agressão israelense contra a Palestina tem sido contundente e os sindicatos italianos estão impedindo a aprovação de leis visando flexibilizar direitos trabalhistas com muita luta. No Brasil a campanha contra a Alca vem crescendo e envolvendo vários setores da sociedade.
16. Isto demonstra o nosso acerto em apostar na possibilidade de alianças com outros atores sociais e na adoção da estratégia de nos organizar e capacitar para convocar iniciativas massivas, sem que seja unicamente para protestar "in loco" frente às reuniões internacionais. Neste sentido o Fórum Social Mundial é uma proposta que deve ser fortalecida e se faz necessário também começar a construir uma plataforma que dê mais consistência ao movimento, não apenas em rejeição ao neoliberalismo, o que já ocorre, mas que consiga somar todas as causas mais específicas, como os direitos dos trabalhadores, questões de gênero, meio ambiente, direitos humanos, Taxa Tobin, anulação da dívida externa, moratória dos acordos de livre comércio, entre vários outros. Devemos apostar na possibilidade de formar uma frente social anti-neoliberal que seja a mais ampla possível e que constitua um acordo político, contemplando tanto os interesses do movimento social do norte , quanto do sul.
17. Para nós da CUT, o quadro apresenta boas perspectivas para o aprofundamento da nossa política sindical internacional, bem como da nossa inserção nas mobilizações mundiais enquanto um ator político relevante. Temos nossa campanhas mais específicas, como a contra a ALCA, onde além de expressar nossa opinião, reivindicamos um plebiscito para que a população decida se está a favor ou não de um acordo como este e a campanha pela paz na Colômbia, de solidariedade ao povo palestino e pelos direitos dos trabalhadores em todos os sentidos.

II - CONJUNTURA NACIONAL

18. Os indicadores econômicos e sociais evidenciam que os ônus da política econômica de FHC vem recaindo sobre os trabalhadores, sejam os incluídos sejam os excluídos dos mercados de trabalho e de consumo. Nestes oito anos, agravaram-se problemas antigos e surgiram novos.

8º CONFUP

19. O principal problema é o da desigualdade, da qual fazem parte a exclusão social e a pobreza. Na classificação do Índice de Desenvolvimento Humano (que combina renda *per capita* com dados de educação e saúde) da ONU, o Brasil ocupa a 69ª posição entre 162 países. Mais grave: detém a quarta pior distribuição de renda do mundo, com os 10% mais pobres da população se apropriando de somente 1% da renda nacional, enquanto os 10% mais ricos ficam com 46,7% da renda. Atrás do Brasil, mas não muito longe, só estão Suazilândia, Nicarágua e África do Sul.
20. Já o IPEA, órgão oficial, afirma termos a pior distribuição de renda do mundo: os 10% mais ricos auferem, na média, 28 vezes mais do que a média do que auferem os 40% mais pobres. Enquanto os 10% mais ricos ficam com 50% (47,8% em 1980) da renda nacional, os 50% mais pobres ficam com 10% (14,2% em 1980) desse montante.
21. O IBGE acrescenta que o 1% mais rico da população detém 13% do total da renda nacional. E que entre 1992 e 1999 os 50% mais pobres continuaram se apropriando de pouco mais de 10% da renda e o 1% mais rico, de 13% da renda. No mesmo período, subiu cerca de 30% a diferença entre a média do que ganham os 10% mais ricos e a média do que ganham os 40% mais pobres.
22. Os dados relativos à pobreza são, por decorrência, alarmantes. Segundo a ONU, a porcentagem de pobres cresceu de 17,4% para 22% da população entre 1998 e 1999, chegando a 37 milhões de pessoas, sendo 15,1 milhões (9% do total) delas indigentes (os que ganham menos de US\$ 1 por dia), contra 8,5 milhões de pessoas (5,1% do total) em 1998. A FGV calcula como pobres 50 milhões de brasileiros (29,3% da população), tomando os que vivem com menos de meio salário mínimo por mês. O governo também assume esse critério e estima em 53 milhões os pobres (31,9%), sendo 20 milhões os indigentes (os que ganham menos de um terço do salário mínimo por mês).
23. O percentual de pessoas abaixo da linha de pobreza se mantém aproximadamente o mesmo desde 1995, segundo o IPEA (31,9%), depois de, por efeito da queda brusca da inflação, ter diminuído quase dez pontos percentuais em relação a 1994 — o que comprova que, exceto pela estabilidade monetária, nada foi feito por FHC nessa área.
24. 24- A fragilização do mercado de trabalho, por sua vez, promove desemprego, informalização e precariedade. Segundo o IBGE, no período 1992-93, 56,1% da massa real de rendimentos pertencia a trabalhadores com carteira assinada; 16,9% pertencia a trabalhadores sem carteira; e 15,3%, a trabalhadores por conta própria. Em 1998 esses percentuais eram de, respectivamente, 45,4%; 20,1% e 19,6%. Tal processo acompanha o declínio relativo da indústria (que perde empregos e salários reais) e de ascensão relativa do setor de serviços (que ganha empregos e salários reais, mas em condições e níveis precários, muito inferiores aos do setor industrial formal).
25. 25- O IBGE captou, nas seis capitais em que realiza sua pesquisa, queda de 8% na renda média real dos trabalhadores nos anos noventa. Pelo DIEESE, entre 1998 e abril de 2001, o rendimento médio real mensal medido por trimestres decaiu 15% na Grande São Paulo. Também o DIEESE verificou que, entre 1989 e 1999, o rendimento dos 10% dos trabalhadores mais bem pagos decaiu 19,8% e que o dos 10% mais mal pagos decaiu 29,9%.
26. Há ainda a concentração de propriedades, com milhões de sem-teto e de habitantes em moradias sub-humanas nas cidades e a expulsão de milhões de trabalhadores do campo. A situação fundiária pode ser ilustrada pelo fato de, segundo o INCRA, em 1998 os 262 imóveis com mais de 50 mil hectares representarem apenas 0,007% do total de imóveis e ocuparem 9,6% da área total; enquanto os 1.145 imóveis com menos de 10 hectares representarem 32% do total de imóveis e ocuparem apenas 1,3% da área total.
27. Este quadro é resultado direto das escolhas feitas por FHC. Alçado ao poder por ampla aliança que engloba as várias faces de nossas elites, das mais tradicionais às mais "modernas", cumpriu à risca o ajuste modernizante neoliberal nestes quase oito anos de mandato. É o período em que esse receituário predomina em quase todo o mundo e que produziu, segundo o próprio Banco Mundial (um dos autores do receituário), entre 1987 e

8º CONFUP

1998, a elevação de 1,2 bilhão para 1,5 bilhão de pessoas em estado de indigência no planeta (vivem com menos de US\$ 1 por dia).

28. Somente os setores vinculados aos capitais financeiros transnacionalizados saem ganhando. Não é coincidência que o ano 2001, no qual se registrou crescimento medíocre do PIB nacional (1,5%), tenha sido excepcional para os bancos: só no primeiro semestre do ano passado (o melhor semestre do Real para os bancos, exceto o de 1999, quando a desvalorização ampliou ainda mais seus ganhos), o retorno médio foi de 22,8%, contra a média histórica de 15%. No total do ano, o lucro líquido dos 20 maiores bancos foi de R\$ 6,8 bilhões, o triplo do lucro líquido do ano anterior.
29. Tantos anos de geração de superávites para o financiamento das dívidas e o pagamento dos juros tiraram os recursos dos investimentos básicos e estratégicos. O resultado é a quase estagnação interna, com impactos ainda mais negativos no desemprego (19,1% na Grande São Paulo em fevereiro, o mais alto nesse mês desde 1985, início da série) e nos rendimentos (queda de 10% em janeiro em relação a janeiro de 2001).
30. Aproveitando-se dessa situação, FHC e os empresários tentam atacar ainda mais o mercado de trabalho por meio do desmanche das garantias trabalhistas existentes na CLT. Querem retirar direitos sociais e condições de trabalho que, ainda precários no Brasil de hoje, são, porém, conquistas árduas obtidas ao longo da história. A necessária reformulação da CLT, defendida pela CUT, não é essa que as elites e os dirigentes sindicais farsantes querem aprovar. O que eles querem é aumentar a exclusão, aviltar ainda mais a mão-de-obra e garantir mais lucros para os empregadores.

III - FRAGILIDADE ECONÔMICA

31. O governo FHC tem sido um servo dedicado e eficaz das exigências do capital internacional, cujo predomínio no mundo tem destruído as fronteiras nacionais e o poder dos Estados nos países periféricos. A lógica é de ampliar e acelerar os ganhos financeiros em escala mundial. Os programas de abertura comercial e financeira, congelamento de câmbio, elevação de juros, privatizações e cortes de gastos têm sido adotados de forma quase idêntica em vários países - com os mesmos resultados desastrosos para a economia e a sociedade. Veja-se a ruína argentina. Mas outros países também já passaram por isso e outros ainda passarão. O Brasil esteve muito próximo de situação parecida e ainda não está totalmente livre de tal risco.
32. Fala-se de estabilidade, mas a inflação fechou 2001 na casa de 8% a 10%. O custo de mantê-la nesse patamar tem sido alto. Gastam-se mais de R\$ 100 bilhões (9% do PIB) ao ano com juros da dívida pública (interna e externa), que no entanto chega a 55% do PIB (era de 26% em 1994). Parte desses recursos é obtida com os cortes nos gastos sociais, nos salários e nos investimentos produtivos — o que amplia as carências sociais e produz crises como a da energia —, gerando superávites primários de mais de 3% do PIB. Como, mesmo exorbitantes, eles são insuficientes para pagar os juros, o restante é obtido com a emissão de mais dívida.
33. Esses superávites consumidos vorazmente pelos juros na verdade são apropriados pelos grandes capitais internacionais. Eles são seduzidos pela alta rentabilidade financeira, propiciada pelos maiores juros do mundo, e financiam os déficits externos (comércio, juros, lucros, etc.) de quase 5% do PIB — rombo resultante exatamente da valorização cambial, da abertura externa e da entrada de capitais especulativos, que são fonte da desestruturação da nossa economia e marcas do governo FHC.
34. A fragilidade dessa situação pode ser vista pelos sustos constantes que qualquer alteração no humor dos especuladores internacionais traz ao governo brasileiro. Sobem dólar, juros e inflação, cortam-se mais gastos, privatizam-se mais estatais, pagam-se mais juros e realimenta-se a fragilidade. As idas ao FMI para obter aportes de recursos que saciem fugazmente os credores têm ficado freqüentes: na mais recente delas, em setembro de 2001,

8º CONFUP

contraiu-se empréstimo de US\$ 15 bilhões. Vão para o cofre dos especuladores, mas a dívida é pública.

35. De todo modo, o Brasil conseguiu atravessar o difícil ano de 2001 e entrar em 2002 com perspectivas mais positivas. O agravamento da crise argentina, em março de 2001, trouxe nervosismo e elevou o dólar, a inflação e os juros, reduzindo as expectativas de crescimento. Em seguida veio o racionamento de energia, que sacrificou de vez a atividade econômica, e o choque externo dos atentados de 11 de setembro nos EUA. A falência argentina em dezembro, no entanto, acabou separando, aos olhos dos investidores, o Brasil do país vizinho: preservaram-se os afluxos financeiros, o dólar recuou e o quadro hoje é relativamente mais otimista.
36. No curto prazo a economia tem perspectivas razoavelmente otimistas, se comparadas com os resultados de 2001. Com o fim do racionamento e a melhora na percepção externa, a atividade econômica pode se recuperar um pouco mais. A inflação não dá mostras de aumentar e com isso o Banco Central inicia uma política ainda tímida de redução dos juros. A desvalorização do real no ano passado e o próprio desaquecimento interno ajudam um pouco as exportações, que devem gerar bom saldo externo este ano, embora os protecionismo europeu e norte-americano dificultem nossas vendas.
37. Essa melhora, casada com o calendário eleitoral, deve incentivar o governo a relaxar parcialmente sua rigidez fiscal. Gastos públicos devem ser usados em estímulos a determinados setores, de forma a impulsionar o ambiente favorável ao governo e a seu candidato. Medidas de impacto popular, renegociações, descontingenciamentos orçamentários e outras providências devem ser acionadas, cuidando para que as metas gerais não sejam comprometidas.
38. No plano estrutural, contudo, prevalece a instabilidade do modelo econômico, além de ainda existirem fatores conjunturais que podem piorar o cenário. A economia global desaquecida, a interminável crise na Argentina e as turbulências de um ano eleitoral podem trazer novos sobressaltos, limitando o corte dos juros e fazendo com que a cotação do dólar volte a subir. Tais ameaças se ligam à nossa grande vulnerabilidade, acumulada ao longo dos anos FHC: os enormes estoques de dívida interna e externa. Não só sua dimensão, mas sobretudo seu perfil, caro e de curto prazo, fragilizam a economia e impedem soluções sustentadas no campo do crescimento econômico.

IV - ELEIÇÕES: CONTINUIDADE OU MUDANÇA

39. A continuidade ou não desse modelo é o que está em jogo nas eleições deste ano. A candidatura Serra é o continuísmo, embora apregoe revisões. O que ocorre é que setores da burguesia mais vinculados à produção interna, que se aliaram subordinadamente aos capitais transnacionais na ascensão de FHC (para manter seus ganhos e também impedir a vitória da esquerda), têm visto seus domínios diminuir com a internacionalização da economia. Por isso querem mudar parcialmente aspectos do modelo e preservar seu campo de atuação. Serra, vinculado ao empresariado paulista, é o nome escalado para fazer as mudanças que mantenham tudo como está: aprofunda-se o receituário e adotam-se salvaguardas para as elites econômicas locais.
40. Serra quer encabeçar uma ampla aliança de centro-direita, à semelhança da que elegeu e sustentou FHC, para derrotar Lula. Tem o PMDB como parceiro preferencial, mas quer atrair PPB, PTB e também o PFL. Este partido, abrigo das elites regionais hoje sem projeto econômico próprio mas dotadas de poder eleitoral regional, queria lançar um nome tucano mais afinado com a ortodoxia internacionalizante, como Pedro Malan e Tasso Jereissati, e que ao mesmo tempo lhe garantisse o prestígio e as benesses de seu poder oligárquico na periferia do sistema. Não conseguiu e lançou Roseana Sarney para se valorizar na negociação com o PSDB.
41. Ela cresceu mais do que se imaginava e passou a comprometer a unidade do projeto. Além do mais, por sua inconsistência e por sua ligação com as elites mais atrasadas,

8º CONFUP

representaria, se vencesse, grave risco para o próprio projeto neoliberal. Setores do PFL e o PSDB trataram de abatê-la. Isso gerou rompimento entre os dois partidos, embora a reaproximação possa ocorrer em algum momento, exceto pelas alas ligadas a ACM e a José Sarney.

42. Esses setores tentam ainda viabilizar Roseana ou firmar uma aliança do PFL com Ciro Gomes. Nesse caso, ocupariam de novo a faixa de centro-direita com discurso de mudança e novidade antes pertencente a Roseana. Ciro, hoje sufocado por tentar disputar eleitores do mesmo perfil dos de Lula, Serra e Garotinho, vê nessa possível aliança direitista sua última chance de entrar novamente no jogo com chances reais de disputa.
43. A candidatura de Garotinho é um projeto pessoal do ex-governador. Seu partido não reúne bases nacionais nem de alianças para sustentá-lo. Mas ele vem apresentando bons índices na pesquisa, sobretudo pelo tom populista e religioso com que apresenta sua candidatura. No entanto, ele não parece ter potencial para crescer muito mais do que já cresceu e pode vir a sair do páreo em favor de outras composições, de preferência com o PT. Se ficar na disputa, será para se valorizar para o segundo turno e para as próximas eleições.
44. José Serra, hoje em segundo lugar nas pesquisas, tem a seu serviço o empresariado, a mídia e a máquina pública, quase toda empenhada em elegê-lo. Os setores dominantes jogam tudo para viabilizá-lo nas pesquisas e para destruir possíveis adversários. Seu sucesso nas pesquisas, porém, depende fundamentalmente de a economia se recuperar razoavelmente este ano, com reflexos positivos no emprego e na renda, e de FHC dispor de bons índices de popularidade, transferíveis ao seu candidato.
45. Mas, mesmo que isso ocorra, e é provável que sim, os problemas estruturais permanecerão os mesmos, alguns até agravados. A fragilidade macroeconômica permanece, a desigualdade e a pobreza aumentam, o mercado de trabalho se precariza, o desmantelamento da estrutura produtiva avança, a submissão aos capitais externos se amplia, etc. A exclusão da maioria dos brasileiros das condições mínimas de cidadania não se reverterá nesse cenário.
46. A via histórica da mudança é a que vem se construindo, crescendo e consolidando com os movimentos sociais do campo e da cidade, com o sindicalismo cutista e, no espectro partidário, com o PT e os demais partidos de esquerda comprometidos com os trabalhadores e os excluídos. A candidatura Lula, líder das pesquisas, é a que mais uma vez reúne condições de levar a maioria da sociedade brasileira a assumir diretamente o comando político do país através da vitória eleitoral em 2002. Não só para presidente, mas para todos os demais cargos que estarão em disputa.
47. O compromisso desse campo de forças é com o combate radical à desigualdade, à exclusão e à pobreza. Isso só se faz com a reversão do modelo em vigor. Crescimento sustentado, distribuição de renda, justiça social e controle democrático das instituições são os elementos-chaves de um novo modelo. Ele tem que se construir, e está sendo construído, tanto na resistência ao neoliberalismo quanto na formulação de proposições alternativas para o embate político e ideológico na sociedade brasileira.
48. Isso não se dá apenas no terreno institucional e partidário. Nas lutas sociais, sobretudo no campo sindical, a disputa é decisiva. Aqui se localizam os desafios da CUT no atual quadro brasileiro. Responder a ele de forma adequada e eficiente colocará a Central no protagonismo deste momento histórico.

V - OS SINDICATOS E A ELEIÇÃO PRESIDENCIAL

49. Aproximam-se as eleições presidenciais e Lula é candidato. Devemos assumir a discussão sobre o processo eleitoral com nossa base. Sabemos que a legislação não permite a participação direta dos sindicatos na campanha. Mas isso não pode justificar posturas que venham a restringir o apoio à candidatura que acreditamos estar comprometida com os interesses dos trabalhadores. Hoje, como em outros processos eleitorais, existe a compreensão de que o envolvimento dos sindicalistas nas campanhas eleitorais faz parte da democracia, é um dever político e uma responsabilidade fundamental na defesa dos interesses dos trabalhadores e da maioria da população.
50. Em 2002, durante em primeiro turno, não haverá a Frente Brasil Popular, que em eleições passadas uniu os partidos, cujas bases sindicais integram a CUT. Isso porém, não impede o

8º CONFUP

nosso apoio a candidatura Lula, considerando que historicamente esta candidatura se apresentou e se apresenta com um alto grau de viabilidade eleitoral, sempre incorporou os princípios cutistas que afirmam a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

51. O neoliberalismo de FHC trouxe como resultado a diminuição de renda dos trabalhadores, o desemprego, as privatizações com desnacionalização, o aumento da dívida e um crescimento medíocre. A concentração da renda aumentou e hoje disputamos a lanterna dos indicadores sociais. Mas há uma realização ligada à imagem de FHC, que já nos derrotou duas vezes: a estabilidade da moeda – que foi a principal realização da política econômica inspirada no receituário do FMI. A população gostou da queda da inflação e teme sua volta. Aconteceu o mesmo em toda a América Latina e outras regiões do mundo.
52. A propaganda oficial diz que foram 8 anos de realizações, estabelecendo a base para um ciclo virtuoso de desenvolvimento. Agora, na visão oficial, saem os monetaristas de Malan, que conseguiram acabar com a inflação, para dar lugar aos desenvolvimentistas de Serra, que saneariam o déficit social, a partir daquilo que o FMI chama de “fundamentos sólidos da economia”. Grande parte de nossas críticas será rebatida com o argumento de que haverá uma mudança de curso, para contemplar um desenvolvimento econômico voltado para o social.
53. O desenvolvimento que os trabalhadores defendem é diferente de uma simples aumento dos índices de crescimento da economia acompanhado de programas sociais compensatórios. O país precisa eliminar a exclusão, que é estrutural, distribuindo renda e produzindo os bens que a população precisa consumir. Isto sem abrir mão dos confortos da vida moderna e defendendo a integração soberana do país na economia global. Só Lula reúne as condições para garantir as transformações que o Brasil precisa.
54. O candidato de FHC, seja Serra ou quem for, não poderá enfrentar esse desafio. Os compromissos do atual governo tornam impossível qualquer autonomia com relação aos interesses financeiros que governam o país, em aliança com as oligarquias mais corruptas e retrógradas. A população excluída não faz parte das prioridades, podem contar, no máximo, com políticas compensatórias para amenizar os efeitos perversos da submissão aos centros financeiros internacionais. Esta foi a regra dos últimos 8 anos, que continuaria em vigor se FHC elege o sucessor. O mais provável é que a luta contra a exclusão entre apenas como elemento de propaganda eleitoral ou de marketing político. O problema está na possibilidade da população, mais uma vez, ser enganada pela propaganda, que vai ser pesada.
55. As outras candidaturas que se dizem de oposição a FHC, além de não estarem efetivamente comprometidas com a maioria, não dispõem de uma base de sustentação popular capaz de enfrentar as pressões conservadoras. Ao contrário, a idéia, tanto de Ciro Gomes como de Garotinho, é chegar ao governo por meio de um pacto com as elites conservadoras e buscando acesso direto aos eleitores, via meios de comunicação de massas, sem qualquer mediação da sociedade organizada, isto é, por meio do populismo (muito à semelhança com o que Collor fez em 1989). Para se colocarem como alternativa à esquerda, enquanto costuram um pacto pela direita, afirmam que a candidatura Lula é incapaz de superar os índices tradicionais de rejeição,
56. Nossa crença não é apenas na viabilidade e na vitória da candidatura Lula, mas também na necessidade que o país tem de eleger um governo capaz de resgatar a dignidade e a auto-estima da população. Por isto, temos que estar comprometidos com a construção dessa vitória. Vamos concentrar nossas forças na campanha, avaliando os erros e acertos do passado para organizar uma campanha inovadora e vitoriosa. Seria ingenuidade acreditar que vamos ganhar esta eleição repetindo exatamente o que fizemos nas anteriores. Para começar, os sindicalistas devem atentar para as diferenças entre Partido e Sindicato e, mais do que isto, distinguir um eventual governo Lula dos partidos que apóiam sua candidatura.
57. Sempre recusamos o rótulo de “braço sindical” do PT e definimos como “pelego” o sindicato que, ao invés de defender os interesses dos trabalhadores, encaminha as propostas do governo. Também verificamos que alguns sindicatos assumem posições mais combativas quando o governo é de esquerda. Foi o que aconteceu durante as primeiras administrações democráticas e populares, mas a experiência está amadurecendo nossa base. A autonomia significa estabelecer claramente os interesses daqueles que representamos, definindo um processo transparente de negociação. O acordo vem como resultado, trazendo conquistas ou direitos e as correspondentes obrigações ou deveres. Eleger um governo

8º CONFUP

democrático e popular não vai resolver todos os nossos problemas, mas vai servir para avançar as relações de trabalho no Brasil. Afinal, a “base”, digamos assim, de um governo é bem maior e mais complexa do que a de um sindicato. É fundamental considerar estas diferenças, entendendo bem o processo para discutir as possibilidades e as dificuldades da transformação social que o país precisa. Não podemos esperar de um governo Lula a solução imediata para tudo que não conseguimos durante os governos anteriores. Mas podemos garantir para a base que teremos uma negociação transparente e de boa fé, na qual os interesses dos trabalhadores serão devidamente considerados.

58. Estamos diante da possibilidade de construir novas relações na sociedade em um patamar superior de democracia. A visão deformada de democracia, sem participação ampla da cidadania, constitui a regra na América Latina e nos países subdesenvolvidos. Vivemos impregnados por um autoritarismo que data dos tempos coloniais. Os nossos sindicatos sentiram o peso desse autoritarismo na nossa greve de 1995 e na ausência de negociação coletiva no serviço público durante todo o governo FHC. A luta pela reforma agrária continua matando sindicalistas no campo e a moradia continua como caso de polícia. Para ficar em alguns exemplos.
59. O apoio a uma candidatura passa obrigatoriamente, pela discussão das alianças e do programa de governo, que estão, intimamente ligados. O programa de governo será resultado da aliança e vice-versa. Não há como separar um do outro, pois a aliança deve ser para eleger e governar, senão o programa será substituído a cada votação no congresso pela discussão de interesses localizados.
60. O governo Lula não será apenas um governo para os trabalhadores. Será um governo de combate à exclusão, com crescimento econômico, distribuição de renda, mais empregos, proteção social e resgate da cidadania, comprometido com a ampliação da democracia e da participação popular. Vai reforçar e será reforçado pela administração dos governadores e prefeitos do PT e dos partidos aliados que governam para a sociedade em aliança com setores democráticos e populares comprometidos com a transformação social.
61. Ainda no campo das alianças, convém considerar que as organizações de trabalhadores comprometidos em eleger Lula não estão restritas ao campo da CUT. Eleger Lula, interessa principalmente à base amplos setores do sindicalismo brasileiro. Ou seja, queremos Lula, mas o candidato não é só nosso. Mais do que isso, a tarefa é ampliar o apoio ao nosso candidato na área sindical. Para isso, o trabalho na campanha de Lula não pode se misturar com as disputas na área sindical. É um cuidado duplo. O nosso apoio a Lula ao lado de setores adversários não pode ser entendido como superação de diferenças que estão longe de serem resolvidas. Do mesmo modo que essas diferenças não podem servir para afastar os outros setores sindicais da candidatura Lula. Não é uma equação fácil de montar, mas é um desafio que devemos enfrentar.
62. Ao lado da discussão eleitoral, é preciso estabelecer uma pauta estratégica que contemple prioridades fundamentais para o futuro do movimento sindical. Ou seja, além de ajudar na construção do programa de governo, deveremos ter uma pauta específica da CUT, compatível com o programa que iremos defender, mas sem subordinação ao governo.
63. Nossa pauta prioritária deverá ser uma construção coletiva, consultando os sindicatos e passando pelos fóruns democráticos da CUT. Algumas questões já estão colocadas, como a liberdade sindical e a negociação coletiva, além de temas como emprego, distribuição de renda e proteção social. Tudo isso considerando que as dificuldades não se restringem aos sindicalistas de fora da CUT. Há muito por discutir entre nós, para que cheguemos a uma pauta unificada, apoiada amplamente pelo conjunto dos trabalhadores e conduzida com a competência e a combatividade que as carências sociais de nosso país exigem.

Tese 4

MTS - Movimento por uma Tendência Socialista

CONJUNTURA INTERNACIONAL

CONTRA A ALCA, A DÍVIDA EXTERNA E PELA RUPTURA COM O FMI. É PRECISO MOBILIZAÇÃO PARA DERROTÁ-LA PELA CONSTRUÇÃO DE UMA ALTERNATIVA DE DIREÇÃO

1. Esta tese que o Movimento por uma Tendência Socialista apresenta ao 8º CONFUP tem por finalidade aprofundar a análise da atual situação política que nos deparamos no mundo, em nosso país e em nosso estado, para a partir daí poder ordenar nossas tarefas para o próximo período.
2. Tarefas que em nosso entendimento estarão atravessadas por um profundo perfil antiimperialista, anti-regime, antigoverno e de afirmação de uma saída classista para os trabalhadores em defesa da ação direta e da independência de classe.
3. Com certeza nosso Congresso será plenamente vitorioso neste sentido.

POLARIZOU-SE A SITUAÇÃO INTERNACIONAL POS 11 DE SETEMBRO

4. Uma nova conjuntura se estabeleceu em nosso planeta após os atentados terroristas de World Trade Center nos Estados Unidos em 11 de Setembro de 2001.
5. Antes o maior país imperialista estava com seu governo, de George W Bush, bastante desgastado e inclusive com questionamentos sobre o processo eleitoral.
6. Os atentados serviram para que este governo ganhasse prestígio e apoio dentro de casa, colocando as bases para a superação, pelo menos parcialmente, da síndrome do Vietnam, quando os EEUU foram derrotados neste pequeno país asiático.
7. A maioria da população passou a apoiar as intervenções militares internacionais, com isso o governo imperialista de Bush sentiu-se com as mãos livres para intensificar uma contra-ofensiva sobre os povos do planeta.
8. Esta contra-ofensiva tem características políticas, militares e econômicas. Ela já existia antes de 11 de Setembro, mas hoje pegaram um salto na sua ferocidade.

AFEGANESTÃO, IRAQUE E PALESTINA.

9. Seu primeiro ataque foi contra o Afeganistão, onde o imperialismo conseguiu uma fácil vitória de início, mas mesmo aí não conseguiu estabilizar a situação, e se mantém uma guerrilha de resistência do Taleban, atentados terroristas no Paquistão e conflitos na fronteira deste país com a Índia. Nem mesmo a cabeça de Osama Bin Laden as tropas Aliadas conseguiram apresentar.
10. Ato seguido fazia parte da ofensiva do Império o ataque ao Iraque, pois por trás das bravatas contra-terroristas, está a geopolítica e o controle de toda produção petroleira mundial. Vale lembrar que Bush é dono de empresas petroleiras nos EEUU e foi financiado por elas, junto com empresas energéticas como a falida Eron.

8º CONFUP

11. Este ataque está temporariamente suspenso por causa dos conflitos no Oriente Médio, onde o governo de Israel, Arion Sharon, país aríete dos norte-americanos em território árabe, verdadeiro protetorado incrustado na região desencadeou um dos mais violentos e sanguinários ataques contra o povo palestino. Mas como os palestinos estão dispostos a lutar como não estavam os afegãos, os ataques sionistas não serviram para derrotá-los e a resistência continua.
12. Os ataques do Império ainda visam a Somália, a Líbia e Coréia que se encontram no suposto “Eixo do Mal”.

AMÉRICA LATINA

13. Mas a contra-ofensiva tem efeitos em nosso território e atinge vários países, criando instabilidade e polarização social na região.
14. De maneira geral ela se configura na política do governo Bush de antecipar a assinatura do ALCA.
15. Acordo que pretende ser o instrumento jurídico político que materializará e formalizará a situação de superexploração de nossos países em um processo de recolonização do subcontinente a exemplo do que fizeram no México.
16. E aí vale nos debruçarmos sobre as conseqüências de tal acordo e na situação deste país, pois situações similares ocorreram em nosso continente e no Brasil.

O NAFTA E SUAS CONSEQÜÊNCIAS NO MÉXICO

17. O Acordo do Livre Comércio da América do Norte, o NAFTA, tem como princípio a desregulamentação de direitos trabalhistas e sociais, privatizações e maior endividamento.
18. Por um lado poder-se-ia afirmar que no período de sua vigência o PIB mexicano cresceu de 420,8 bilhões de dólares para 574,5 bilhões de dólares e suas exportações cresceram em 3% para os Estados Unidos.
19. No entanto, hoje o México é o país mais endividado da América Latina e direciona 24% do PIB para o pagamento de sua Dívida Externa.
20. Mais de 1 milhão de mexicanos ganham agora menos que um salário mínimo e 8 milhões de famílias foram levadas a pobreza. Do total da população 75% vivem em situação de pobreza ao invés dos 49% na época de assinatura do acordo.
21. O crescimento da poluição e dos detritos químicos, ao longo da fronteira, entre EUA e México, tem aumentado dramaticamente provocando o aumento das taxas de hepatite e os defeitos de nascimentos.
22. As condições trabalhistas são degradantes, os salários caíram 20% nos últimos 5 anos. Nos EUA, o salário médio é de US\$ 19,20 a hora, no México US\$ 2,12¹. Nas “maquilas”(maquiadoras ou montadoras) a jornada de trabalho é de 12 horas diárias, não existe nenhum amparo legal, a atuação sindical é limitada, as condições de trabalho são insalubres e o trabalho infantil voltou em proporções não existentes no passado.
23. Exemplo simbólico deste processo é que a principal empresa do México, PEMEX (petroleira mexicana), é garantia de empréstimos tomados pelo governo mexicano do governo norte-americano e no Fundo Monetário Internacional e sua administração é

8º CONFUP

controlada diretamente em Nova York. Outra simbologia está no fato que o presidente do país é ex-gerente da Coca-Cola.

24. Portanto passa a ser nossa principal tarefa, a qual a Federação Única dos Petroleiros, assumir com toda força a Campanha Contra a ALCA e a participação e organização do plebiscito de Setembro.
25. Mas a contra-ofensiva tem também seu aspecto militar, na Colômbia o imperialismo apoiou a ruptura de todos os acordos entre o governo Pastrana e as FARC e desde aí se intensificaram os combates. Atrás do discurso contra o narcotráfico e o terrorismo o imperialismo se prepara para aumentar sua presença militar em toda região.
26. Hoje já existem bases em dentro da própria Colômbia, como em Tolima, mas também existem no Peru (Iquitos) e no Equador (Manta), além das que estão localizadas em Curazao e Venezuela.
27. O projeto do Império é estabelecer um controle militar na região para poder controlar seus investimentos na área de drogas (os bancos norte-americanos são os que mais lucram com o tráfico de cocaína) petróleo (novamente os interesses da dinastia Bush) e avança sobre a biodiversidade da Amazônia, onde os olhos e a ganância das indústrias multinacionais, particularmente farmacêuticas, estão postos.
28. A construção de uma rede de radares na região e o estabelecimento da base de Alcântara faz parte deste projeto, que conta com a aceitação total do governo pró-imperialista de FHC.
29. Sendo assim um dos eixos fundamentais da política da FUP a exigência de Fora as Tropas Imperialistas da Colômbia e de toda a América Latina.

VENEZUELA

30. Recentemente vimos na Venezuela outro aspecto da ofensiva norte-americana e as contrabalançada pela feroz resistência do movimento de massas.
31. O governo Chavez está bastante desgastado no último período, pois apesar de há quase três anos no governo a situação dos trabalhadores e o do povo pobre do país não mudou em nada. Os pobres estão cada vez mais pobres e os ricos ostentam suas riquezas nas ruas de Caracas.
32. Apesar de alguns discursos antiimperialistas e de uma postura solidária com o governo cubano de Fidel Castro, Saddam Hussein, e com a guerrilha colombiana, foram poucas as atitudes antiimperialistas. A Dívida Externa continua sendo paga pontualmente, continua exportando petróleo para os EUA disciplinadamente, as bases militares imperialistas continuam no país, como a de Maracaibo.
33. Mas como o Império não podem aceitar nenhum tipo de governante que sejam totalmente subordinado ao governo norte-americano, os chamados “Yes-man”, como o governo Fernando Henrique Cardoso.
34. Por isso resolveram, junto com setores importantes da burguesia venezuelana e setores das forças armadas desencadear um golpe de estado pró-imperialista.
35. Durou 28 horas. Apesar de Chavez não impor nenhuma resistência. Este foi o tempo suficiente para as massas entenderem o que estava ocorrendo e ocuparem as ruas. Os “cerros” desceram na capital como havia ocorrido em 1989 com o “caracazo” e a população pobre junto com um setor mais popular das Forças Armadas, como os pára-quedistas de Maracay e os marinheiros de Catia La Mar, derrubaram o governo de Carmona, e impuseram a volta de Chavez.

8º CONFUP

36. Hoje Chavez retorna com um discurso de conciliação nacional e de paz social e se recusa a combater e punir aos golpistas, lembrando a imagem de Allende que após uma tentativa de golpe militar em Tucna nomeou o General Pinochet como seu Ministro do Exército, esse lhe agradeceu dando um dos golpes de estado mais sangrentos de nosso continente.
37. Os golpistas devem ser punidos exemplarmente, os oficiais golpistas devem ser todos encarcerados, a Central dos Trabalhadores Venezuelanos (central pelega que apoiou o golpe) deve ser fechada e os trabalhadores devem realizar um Congresso para construir uma nova central sindical, todos os patrões que apoiaram o golpe devem ser expropriados a começar pelas redes de televisão dos Cisneros, burgueses ligados ao imperialismo que estiveram na linha de frente do golpe.
38. Nenhum perdão aos golpistas venezuelanos. A insurreição deve continuar.

ARGENTINA

39. A Argentina em nosso continente deve estar sentindo os efeitos mais nefastos e destruidores da contra-ofensiva econômica imperialista e assim como Venezuela, hoje é um dos pontos altos da demonstração de luta e resistência que as massas podem levar adiante.
40. Um país destruído pela política neoliberal aplicada por sucessivos governos, seja Menen, Afonsin e De la Rúa, política de privatizações, pagamento da dívida externa, abertura do mercado nacional etc. A mesma política aplicada por FHC no Brasil, sofrendo as conseqüências que nosso país irá sofrer a seguir o mesmo caminho.
41. Um povo que não agüenta mais esta situação, e que por isso desde 20 de Dezembro já derrubou Quatro governos e se prepara para derrubar mais um. Que tem como lema de sua revolução “Que se vayan todos, que no se quede ninguno”. Que significa que não existe mais nenhuma confiança em nenhum político burguês.
42. Um povo que exige a expropriação dos bancos para acabar com o “currelito” e poder reaver suas economias roubadas pelos banqueiros multinacionais. Exige a reestatização das indústrias privatizadas para que se possa reativar a economia.
43. Ao mesmo tempo os argentinos estão construindo os embriões de seus organismos populares e de classe. São as Assembléias Populares, moradores dos bairros e vizinhos, são os Blocos Piqueteiros, com desempregados e trançadores de avenidas.
44. Nós da FUP damos todo Apoio a Luta e a Revolução do Povo Argentino, nos somamos a que consigam derrubar mais este governo e coloque em seu lugar um governo das Assembléias Populares e do Bloco Piqueteiro.

EUROPA

45. Esta situação que vive nosso continente é parte de uma situação mundial, em que o imperialismo intensificou sua ofensiva para aumentar o controle do mundo avançar na recolonização e amenizar sua crise econômica, mas por outro lado os trabalhadores estão reagindo, lutando, resistindo, criando um clima de polarização social.
46. Esta situação não é exclusiva da América Latina, os trabalhadores europeus também vivem um processo de mobilização, seu ponto alto foram às manifestações na Itália que chegaram a reunir 2 milhões de trabalhadores e a Greve Geral que parou o país contra a reforma do Estatuto dos Trabalhadores que quer realizar Berlusconi a exemplo do neoliberal tupiniquim FHC, no contexto das grandes lutas contra a desregulamentação de direitos e contra o desemprego.
47. Tudo isso termina por compor esse quadro de polarização política e social, de radicalização e instabilidade.

8º CONFUP

48. A FUP não pode está alheia a este conflito, fazemos parte da classe operária mundial e em todos estes enfrentamentos temos que ter lado e uma participação atuante.

BRASIL: CONTRA-OFENSIVA IMPERIALISTA ANTECIPAÇÃO DO ALCA APROFUNDA-SE A CRISE ESTRUTURAL

49. A crise econômica brasileira estruturalmente se aprofunda. Há um esgotamento do modelo, ainda que a queda total venha sendo adiada e controlada com doses do mesmo remédio que só aumentam as contradições estruturais no compasso da desnacionalização da economia.

50. O governo tem mantido um equilíbrio precário ou um controle instável da economia, com um aumento cavalari da dívida pública que já se encontra em 56% do PIB. A vulnerabilidade externa e o endividamento público explosivo não permitem um crescimento da economia do país e investimento em nova capacidade instalada ou em infra-estrutura.

51. Há uma bomba de tempo armada aqui, independente da propaganda “otimista” que o governo e o “mercado” fazem de quando em quando.

52. A crise do regime, da institucionalidade vigente segue avançando, ainda que não seja o descontrole ou colapso da Argentina. Estamos antes disso, mas é um processo em curso. É um cardíaco, ainda que tenha evitado até agora um enfarto e possivelmente ou provavelmente possa evitá-lo até as eleições de outubro, não o faz de forma tranqüila sem crises.

53. Com o esgotamento do modelo, a divisão do bolo entre os sócios da rapina ficou mais complicada e junto com um processo de ingerência direta do imperialismo no que importa no Estado e nas instituições, há também um fracionamento interburguês que por vezes transforma as disputas quase em crises institucionais.

54. A saída do PFL do governo deixou o governo fragilizado no que resta de seu mandato, ameaçando a governabilidade.

55. O uso do ministério da Justiça e do TSE para o golpe da verticalização das coligações, o uso da Abin (e também da arapongagem em geral que ora trabalha pra um, ora pra outro, produzindo uma profusão de Dossiês), da PF, do Executivo e mais uma vez do Ministério da Justiça para abater Roseana demonstraram o grau de decadência do regime institucional.

56. A roubalheira é grande: grana da Sudam que vai direto para empresas de fachada em paraísos fiscais, não é privilégio dos oligarcas do Nordeste, os tucanos estão na casa do bilhão em corrupção e já reaparecem por aí os casos abafados, sobretudo os muito ligados a Serra vide agora os escândalos que envolvem o leilão da Vale do Rio Doce com o primeiro escalão do tucanato, Paulo Renato, Mendonça de Barros e José Serra.

57. Esses episódios ao final resultam no questionamento das instituições, e com isso cresce o desgaste do regime aos olhos das massas.

58. A crise do Estado burguês brasileiro transparece também na falência da prestação de serviços. O crescimento da violência e do verdadeiro apartheid social existente nas grandes e médias cidades brasileiras, o desemprego, a precarização do trabalho e o empobrecimento de quem trabalha combinados com os sucessivos espetáculos de corrupção, arbitrariedade e, inclusive, ostentação entre os de cima mina a confiança das massas nos políticos, no governo (os), na polícia, na justiça.

59. Essa crise mais geral que numa ponta tem as divisões interburguesas pelos nacos da rapina e na outra o desgaste perante as massas, tem sua expressão distorcida na divisão eleitoral governista e no racha ou divisão interna de todos partidos governistas.

8º CONFUP

60. Os trabalhadores e o povo pobre e, inclusive, a classe média (apesar de giros conjunturais ora pra um lado, ora pra outro – como é da sua natureza) estão descontentes e maioria na oposição.
61. Têm ocorrido também mais lutas, inclusive com a retomada de setores que foram severamente derrotados na década passada, como nós Petroleiros e Servidores Públicos Federais, por exemplo.
62. No ano de 2001 de conjunto, as greves saíram vitoriosas. Nós petroleiros e principalmente, o funcionalismo público que teve uma queda de braço duríssima com o governo e demonstrou muita força, seja pelo grau de adesão e extensão da greve, seja pela radicalização, seja pela politização. Derrotaram econômica e politicamente o governo na conjuntura, embora os ataques sobre o setor seguirão adiante. O setor privado (metalúrgicos à frente) apesar de contar novamente com a trava do desemprego e das demissões mostrou que tinha condições para lutar e disposição de luta, mas foi abertamente traído pela direção (acordo da Volks, ABC, foi emblemático). Também bancários (mais atrás na recomposição) tinha condições de luta e as traições foram inomináveis (acordo do Banespa, desmonte de uma possível greve do BB e um acordo rebaixado e inadmissível em privados). O freio das direções majoritárias segue operando e tem sido decisivo para impedir um ascenso generalizado e sustentado, embora sigam aumentando as lutas e setores que furam esse bloqueio.
63. Enfim podemos concluir que Brasil no que toca à luta de classes ainda segue mais atrás do que vários países da América Latina. Mas aqui também o governo FHC aumenta os ataques contra a classe trabalhadora, e seus direitos, seguindo as orientações do Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.
64. Por isso fundamental de nossa campanha nacional continue sendo o Fora FHC e o FMI.
65. O corte de direitos históricos e a flexibilização das leis trabalhistas já vem a algum tempo, mas o ponto alto deste ataque que o governo prepara é a mudança do artigo 618 da CLT, impondo o negociado sobre o legislado, acabando com o aspecto protecionista da justiça do trabalho.
66. Contra as mudanças na CLT, a CUT e o conjunto dos movimentos sindicais e populares devem preparar uma Greve Geral para o dia da nova votação do projeto.
67. A criminalização dos movimentos sociais e o outro aspecto deste ataque. Aumentaram as prisões dos trabalhadores sem terra, seja Burity e José Rainha, assim como está tramitando no congresso a Lei de Greve para o funcionalismo público, que praticamente acabará com este direito.
68. Neste sentido o 8º CONFUP deve se posicionar Contra a Criminalização dos Movimentos Sociais e pela Liberdade Imediata para José Rainha.
69. Em contraposição a isso aumenta o descontentamento popular e as lutas da nossa classe. O dia 21 de Março foi uma demonstração categórica da disposição de luta que tem nossa classe para ir a luta, apesar da direção da CUT não ter se colocado à frente desta convocatória, cumprindo aí um papel de vanguarda, a paralisação nacional superou todas as expectativas.
70. As greves de professores que este ano já ocorreram em 6 estados são outro exemplo. Elas se mantêm no estado do Para e Rio de Janeiro, valendo neste último caso destacar a lamentável atuação da Governadora Benedita da Silva, que se nega a cumprir as reivindicações dos trabalhadores, negando todas as expectativas.
71. Infelizmente a maioria da direção da central está mais envolvida em afirmar o projeto da Frente Popular, com um perfil explícito de centro esquerda, com alianças com setores da patronal do que investir na mobilização popular.

8º CONFUP

72. Positivamente fruto desta postura política, que se dá em situação de aguda crise social, desenvolve-se um processo de reorganização do movimento operário e popular e o surgimento de novas forças e novos agrupamentos.
64. Começa a se construir um pólo de resistência a esta política, um pólo que afirma a ação direta por parte dos trabalhadores, tem um perfil nitidamente antiimperialista e esta contra a conciliação de classes.

Tese 5

CSD -CUT SOCIALISTA E DEMOCRÁTICA

CONJUNTURA INTERNACIONAL E NACIONAL

Barrar a Alca, derrotar o neoliberalismo e abrir caminhos para a disputa de poder

1. Há no cenário internacional um claro desgaste do projeto neoliberal. Seus resultados são desastrosos para a economia mundial e têm empurrado as sociedades rumo à barbárie do desemprego, do trabalho precário, da miséria, da violência urbana.
2. Essa perda de credibilidade do projeto neoliberal dissemina-se pelo mundo e se traduz em uma crise de legitimidade dos organismos multilaterais (Fundo Monetário Internacional - FMI, Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio - OMC), encarregados de impor e monitorar sua implementação nos países dependentes.
3. Mas o desgaste do projeto neoliberal e a crise de legitimidade de seus protagonistas não significam que esteja sendo desmontada a arquitetura do poder mundial. Segue, mais consolidado que nunca, o poder do governo dos EUA, que exerce uma hegemonia político-militar unipolar. Permanece o poder da sua economia, alimentada pela hegemonia financeira do dólar sobre a economia mundial. O cenário internacional tem esses dois elementos dominantes, apesar de não se resumir a eles: as Forças Armadas dos EUA e o dólar.
4. Na América Latina, a ofensiva do grande capital passa pela tentativa de formação da Área de Livre Comércio das Américas, a ALCA e pela retomada da intervenção direta do imperialismo norte-americano, como é o caso do Plano Colômbia e o apoio ao golpe na Venezuela.
5. O mais recente episódio da crise desse modelo é a Argentina. Esse país foi precoce no neoliberalismo e esteve na primeira fileira neoliberal nos anos 90, década tomada pelo governo Menen, que aplicou todo o receituário prescrito. Depois dos capitais internacionais terem saqueado o patrimônio nacional argentino através das privatizações, de terem consumido volumosos recursos através da dívida externa e dos lucros das multinacionais ali instaladas, de terem imposto ao país a desestruturação de seu mercado de trabalho e de seu sistema de seguridade social, a exigência que hoje fazem, através das negociações com o FMI e o governo dos EUA, é muito simples: a Argentina deve cumprir seus compromissos com o capital internacional e a única forma do governo conseguir garantir esses recursos é reduzindo os salários de seus trabalhadores e das aposentadorias.

CRESCER A RESISTÊNCIA INTERNACIONAL À GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL

6. Mas a atual arquitetura do poder mundial vem sofrendo uma crescente resistência dos povos de diversas partes do mundo. O movimento pioneiro foi o levante zapatista no

8º CONFUP

México em 1994, ainda em uma conjuntura internacional adversa. Desde meados da década de 90 ocorrem manifestações de resistência política ao neoliberalismo, como foram as greves na França em dezembro de 1995 e a Marcha Européia contra o Desemprego no ano seguinte. Mas a resistência internacional ganha uma nova dimensão com a manifestação de mais de 30 mil pessoas em Seattle (EUA, nov. 1999) contra a OMC, a partir daí, ocorreram manifestações de massa por todo o mundo das quais a mais massiva foi a de Gênova, em julho passado, onde mais de 200 mil pessoas manifestaram-se contra o G8 (grupo dos 7 países imperialistas mais a Rússia).

7. Nas crescentes manifestações contra o neoliberalismo internacional, os atentados de 11 de setembro são fatos determinantes na postura imperialista norte-americana. George Bush redefiniu a política externa dos Estados Unidos seguindo a doutrina Monroe. Ela percebe o mundo como dividido entre os aliados subordinados aos interesses norte-americanos e os inimigos que representam uma ameaça direta e que devem ser destruídos ou neutralizados. Em sua guerra contra o terror, o primeiro alvo foi o Afeganistão e a caça à Osama Bin Laden.
8. Um elemento imprevisível nos planos militares foi, todavia, o escândalo político da falência da gigantesca empresa texana de energia Enron, a maior da história. Ficou comprovado que o esquema de corrupção envolvia o governo Bush. Enquanto milhares de empregados perderam seus postos de trabalho, suas economias e seus fundos de pensão, os dirigentes da Enron, prevenidos, venderam secretamente todas suas ações e tiveram até mesmo lucro. Este escândalo conduz à Casa Branca e mostra bem como o capitalismo funciona.
9. No embalo da guerra contra o terror e apoiado pelo governo Bush, Ariel Sharon parte para ofensiva contra o povo palestino e seu representante Yasser Arafat.
10. Na Argentina, as mobilizações quase diárias dos "piqueteiros", que reúnem desempregados, aposentados, funcionários públicos e, também, trabalhadores de vários setores, revelam a gravidade da crise e uma retomada da mobilização popular que pode impulsionar a luta política no país e na região.
11. Uma clara demonstração da luta popular foi o fracassado golpe na Venezuela. Apesar dos venezuelanos estarem descontentes com a falta de resultados rápidos de Chavez, o povo o reconduziu ao poder. Esta foi mais uma derrota da política implementada pelo imperialismo na América Latina.
12. Na Itália, em 17 de abril, milhões de trabalhadores aderiram à greve geral convocada pela CGIL e demais centrais sindicais italianas com o apoio de vários movimentos anti globalização. Esta foi a primeira greve geral em tempo integral na Itália em 20 anos. A principal motivação da greve foi expressar a rejeição ao projeto do governo fascista italiano que pretendia reformar a legislação trabalhista.
13. As duas primeiras edições do Fórum Social Mundial – FSM, realizadas em 2001 e 2002, em Porto Alegre constituíram-se em um momento chave para o debate e a articulação entre movimentos e organizações antiglobalização neoliberal do mundo todo. Em 2001, "Porto Alegre convoca as próximas mobilizações" foi a plataforma lançada por mais de 150 entidades e movimentos e articulada pela CUT e o MST. As organizações dos diversos países articuladas nessa plataforma realizaram uma nova reunião de coordenação em México (12-14 de agosto passado) para definir uma estratégia comum. Em 2002, a assembléia dos movimentos sociais ampliou-se e produziu uma nova plataforma – “Porto Alegre II – Convocatória dos movimentos sociais – Resistência contra o neoliberalismo, o militarismo e a guerra: pela paz e a justiça social”. Os FSM continentais e regionais, a constituição de uma secretaria permanente (a cargo da CUT e do MST) da plataforma dos movimentos sociais e as vinculações políticas criadas no acampamento intercontinental da juventude poderão dar uma importante contribuição para uma articulação mais intensa entre esses movimentos.

CRISE E RESISTÊNCIAS NO BRASIL

8º CONFUP

14. A conjuntura brasileira evidencia um aprofundamento da crise do modelo político-econômico implantado nos anos 90 e da legitimidade governo FHC. A corrupção é a parte mais visível deste desgaste, mas é preciso afirmar que não se trata de um problema moral. Ela faz parte do próprio método de exercício do poder pelas classes dominantes, de usurpação do Estado pelas elites.
15. A principal causa da crise econômica nacional é o modelo econômico implantado pelo governo FHC, que ao subordinar a economia nacional aos humores do capital financeiro internacional transformou o país em mero apêndice das decisões dos especuladores internacionais e do governo dos EUA. Essa perda de soberania expressa-se, também, no acordo com o governo dos EUA visando a instalação de uma base militar em Alcântara, no Maranhão, ou, ainda, do SIVAM, o projeto de vigilância área da Amazônia.
16. Quem tem ganhado mais são exatamente os setores econômicos que emprestam um maior apoio ao governo FHC, os grandes bancos e empresários que manipulam capital especulativo. Os dados já divulgados dos resultados dos balanços do segundo trimestre de 2001 dos grandes bancos revelam os enormes lucros obtidos, o enxugamento de suas carteiras de crédito e a especulação com títulos públicos, que mostram, claramente, que as instituições financeiras foram beneficiadas pela política de juros altos e pela desvalorização do real.
17. A crise energética revela o descaso do projeto neoliberal, com a produção de condições para uma retomada do desenvolvimento, e agrava o problema do desemprego e repercute para o aprofundamento da recessão. Nesse quadro de crise, os empresários demitem, pressionam pela "flexibilização" de direitos, por mais arrocho salarial e pelo rebaixamento das conquistas nas negociações coletivas.
18. A crise brasileira decorre, portanto, da combinação das medidas de política econômica tomadas pelo governo FHC, que submeteram o país à lógica do capital financeiro internacional, com um cenário econômico internacional e regional de grande instabilidade, no qual a preservação dos interesses do capital passa sempre por "ajustes estruturais" (redução de gastos públicos sociais para pagar a dívida pública, etc.) impostos aos países subdesenvolvidos através de acordos com o FMI.
19. O novo acordo acertado, em agosto de 2001, entre o Brasil e o FMI é uma clara reação do governo à franca deterioração das contas já em curso, num cenário recessivo, de elevação da inflação a patamares superiores ao das metas acertadas. O acordo prevê metas de superávit primário que rebaterão diretamente na redução dos gastos públicos. Prevê-se, ainda, a busca de novas fontes de receita como é o caso, já anunciado, da contribuição previdenciária dos aposentados do funcionalismo federal. Um outro compromisso com o FMI, que também deverá ser retomado, é a apresentação de medidas de flexibilização de direitos fundamentais inscritos na CLT e na Constituição Federal. Mais uma vez surge a ameaça de um projeto que estabeleça a supremacia do negociado sobre o legislado.
20. Na prática já está em curso uma reforma trabalhista e sindical de caráter neoliberal. De forma unilateral o governo federal promove, através de medidas administrativas, legislativas e judiciais, uma redefinição do papel do Estado nas relações de trabalho, a desregulamentação e a flexibilização de direitos, que vem acompanhadas de um verdadeiro cerco à organização sindical (demissões de militantes e dirigentes sindicais, multas exorbitantes aplicadas aos sindicatos e a criminalização do direito de greve).
21. Novos ataques foram feitos no período recente. O Tribunal Superior do Trabalho - TST, passando por cima dos estatutos das entidades sindicais, questiona o número de dirigentes sindicais e de sua estabilidade. Outra medida foi a Portaria nº 1, de 3 de maio de 2001, do Ministério do Trabalho e Emprego, que estabeleceu um novo modelo de certidão de registro sindical, válida por 2 anos, para as entidades sindicais organizadas depois de 5 de outubro de 1988. Dessa forma, o Ministério retoma a carta sindical, agora, com prazo determinado.

UNIFICAÇÃO DAS LUTAS E ALIANÇAS SOCIAIS

8º CONFUP

22. A CUT deve aprofundar sua reação a essas medidas, no bojo da importante mobilização construída no dia 21 de março de 2002, desencadeando uma campanha de denúncia e de condenação, em âmbito nacional e internacional do governo FHC, do empresariado e do TST pela suas práticas anti-sindicais. A retirada do regime de “urgência urgentíssima” no Senado não implica no fim dos ataques aos direitos dos trabalhadores.
23. O ataque aos direitos sociais vem também através da combinação perversa entre restrições dos investimentos federais nas políticas públicas e do sufoco provocado pela Lei de Responsabilidade Fiscal aos estados e municípios, cujo principal objetivo é garantir o pagamento do serviço da dívida. A retomada das privatizações já está em marcha (Correios, setor elétrico).
24. Mas, assim como no plano internacional, no âmbito nacional observa-se uma retomada e uma ampliação das resistências políticas à globalização neoliberal. O resultado das eleições municipais revelou a insatisfação popular com o projeto neoliberal e o governo FHC e revelam um cenário mais favorável para a polarização de projetos e para as disputas políticas encaminhadas nas várias frentes e de forma global na sociedade brasileira.
25. Na luta pela reforma agrária, a corajosa luta do Movimento dos Sem Terra contra o latifúndio e a política agrária e agrícola do governo FHC vem acompanhada da construção de experiências de auto-organização da produção que trazem elementos importantes para um debate estratégico. O Grito da Terra, coordenado pela CONTAG e com a participação de diferentes organizações e entidades, expressa a indignação e as propostas alternativas dos trabalhadores para o campo. Em 2002, a Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária, organizada pelo MST, se integra às manifestações do dia 17 de abril, Dia Internacional de Luta Camponesa.
26. O sucesso da Marcha Mundial de Mulheres e sua continuidade representam uma possibilidade de fortalecimento da ação feminista e anticapitalista na luta pela igualdade, justiça, distribuição de renda, recursos e poder. Os eixos de luta contra a pobreza e a violência sexista revelaram seu potencial para juntar o movimento autônomo de mulheres, o movimento popular e sindical, trabalhadoras rurais e urbanas. A "Carta das mulheres brasileiras" representa uma plataforma nacional a se for combinada com prioridades e bandeiras específicas podem ampliar a visibilidade das lutas das mulheres e suas conquistas.
27. As mobilizações dos servidores públicos federais, na luta contra o desmonte do Estado e pela recuperação de suas perdas salariais, ao se combinarem com as campanhas das demais categorias em luta no 2º semestre resultaram em um novo patamar para a luta dos trabalhadores contra o governo neoliberal de FHC. O movimento, com resultados diferenciados para as várias categorias, pode ser considerado uma importante vitória política.
28. Nesse contexto, fica claro que a disputa de rumos do país está escancarada. Uma das evidências é a crise no interior do próprio bloco governante que se expressa nas diferentes candidaturas presidenciais e na incapacidade, até o momento, de se recompor a aliança eleitoral que foi vitoriosa em 94 e 98. A Força Sindical, central sindical neoliberal criada para solapar o projeto democrático-popular, transita entre um governismo servil e o apoio a um dos candidatos alternativos do bloco dominante.
29. A CUT, como parte integrante de um campo político estratégico formado pelos partidos de esquerda, pelas organizações populares e progressistas, deve explorar a contradição crescente entre a estratégia do governo para enfrentar a crise e a perda cada vez maior de legitimidade do paradigma neoliberal no país e atuar decididamente na disputa de projetos colocados em 2002. (ver texto A CUT e as eleições 2002)
30. É tarefa fundamental da CUT a ampliação da capacidade de ação do Fórum Nacional de Lutas - FNL, no aprofundamento das relações e da identidade das entidades que o compõem. Dessa forma, o FNL poderá se transformar num instrumento organizativo, que contribua para a unidade de ação na base desses movimentos, superando sua condição atual

8º CONFUP

de instância coordenadora de direções nacionais e, em alguns estados, de direções regionais.

31. O papel a ser exercido pela CUT nessa conjuntura é, portanto, o de liderar a oposição ao projeto neoliberal articulando essas várias iniciativas, aprofundar a luta política e social, atuar na disputa de projetos expressa nas eleições presidenciais. A bandeira do Fora FHC e FMI sintetizam essa visão da conjuntura e a compreensão de que não há alternativa para os trabalhadores dentro do atual modelo e que a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras só tem a ganhar com o fim desse governo.

BARRAR A ALCA!

32. Barrar a implementação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) é um objetivo estratégico das organizações populares e partidos do campo democrático e popular no Brasil e em todo o continente americano. Nessa perspectiva, a realização do plebiscito popular sobre a ALCA de 1 a 7 de setembro terá um papel chave.
33. A ALCA é hoje uma das principais ferramentas do imperialismo americano para consolidar sua hegemonia no nosso continente. Sua negociação acontece numa fase em que a política internacional norte-americana mostra-se particularmente agressiva. Guerra contra o Afeganistão, apoio aos massacres que o governo de Israel está realizando na Palestina, ameaça de ataque militar ao Iraque, Irã e Coréia do Norte, participação ativa no golpe militar contra o governo Chavez na Venezuela, gigantescos gastos públicos na indústria militar e o “unilateralismo” (contra a perspectiva de decisões tomadas coletivamente nos fóruns internacionais), são algumas facetas da atual política externa de Bush.
34. Na base dessa política está a tentativa de reativar a economia norte-americana com os gastos de guerra (como fez o Reagan no início dos anos 80); a disputa pelo controle dos recursos naturais no mundo; a tentativa de reafirmar a hegemonia norte-americana (frente a pressão econômica dos capitais imperialistas europeus e japoneses) através da supremacia militar, único terreno onde aquela hegemonia é incontestável; a busca de legitimação para incrementar a presença de tropas militares norte-americanas em todas as regiões do planeta (com destaque para América Latina).
35. A ALCA é uma tentativa dos EUA de fazer com América Latina toda o mesmo que fizeram com o México através do NAFTA (Acordo de Livre Comércio na América do Norte). Trata de tudo que é estratégico para uma economia nacional, definindo regras comerciais, de investimento, para os serviços, para a pesquisa científica, para a agricultura, para a produção cultural, para o setor público etc. com regras que favorecem claramente o grande capital norte-americano e com mecanismos que permitem punir o país quando suas políticas afetam interesses desse capital.
36. Os governos participam das negociações sem dar a mínima satisfação à população sobre o que estão defendendo nelas e impedindo um debate amplo sobre o que está em negociação. Esse caráter anti-democrático dos procedimentos dos governos envolvidos já é uma antecipação do conteúdo do acordo. Uma vez que um país aceite a ALCA terá aberto mão de sua soberania sobre tudo que é estratégico para definir um projeto nacional. Junto com a soberania se perderá a possibilidade que através das instituições democráticas do país o povo possa optar entre diversos projetos político para a nação – restando apenas o projeto, consagrado na ALCA, de virar apêndice dos EUA.
37. Não se trata, então, apenas de rejeitar a negociação “da ALCA como está” (o que significaria tentar incidir sobre o processo negociador, “negociar melhor” etc.), mas de barrar o projeto de anexação dentro de uma estratégia geral de questionamento das políticas do imperialismo norte-americano. Trata-se de articular a resistência à ALCA com o combate às políticas que buscam implementar esse projeto antes da assinatura do acordo: lei de transgênicos, lei de patentes, independência do Banco Central, Base de Alcântara, acordos com o FMI, etc.

8º CONFUP

38. No final desse ano, o presidente do Brasil assumirá com Bush a “co-coordinação” do processo negociador da ALCA, já na reta final para a aprovação do acordo. Como o Brasil tem presença geopolítica e base econômica que lhe permitiria (com outro governo) liderar uma política alternativa na região, para os EUA é muito importante que nessa fase a política externa brasileira apareça comprometida com o projeto norte-americano.
39. O continuismo do Serra permitiria essa operação. Ao apresentar uma política econômica e externa alternativa para o país, a campanha de Lula deve incorporar a ruptura com o processo da ALCA. A realização do plebiscito concomitantemente à campanha eleitoral será uma poderosa alavanca para que o debate de conteúdo (mais além das maquiagens produzidas pelos marqueteiros) apareça no embate entre Lula e Serra.
40. A realização do plebiscito deve ser entendida como parte de uma campanha de educação e mobilização popular massivas. O plebiscito acontecerá na primeira semana de setembro, mas a campanha não se encerra aí nem se limita à votação. Será o primeiro grande ato de massas de repúdio ao acordo que FHC vem negociando. Mas do seu sucesso dependerá que a campanha tome impulso e ganhe legitimidade na sociedade.

RESOLUÇÕES

Alterações no Estatuto da FUP aprovadas no 8º CONFUP

Artigo 4º - A FUP desde sua fundação, sob o nome de Federação Única Cutista - Petroleiros, decidiu pela filiação à CUT – Central Única dos Trabalhadores, sendo que em 27/07/1993 foi admitida como entidade filiada a esta central, fazendo parte da estrutura vertical, estando ligada à Confederação Nacional do Ramo Químico (CNQ).

Artigo 5º - A FUP é uma entidade democrática, sem caráter religioso, nem político-partidário e independente em relação ao Estado e aos patrões, sem discriminação de etnia, credo, gênero e sexualidade, que tem por finalidade a defesa dos interesses dos trabalhadores no setor petróleo através de suas entidades representativas.

Artigo 6º - FUP tem como objetivos precípuos:

II - Lutar contra as formas de opressão e exploração existentes e prestar irris-trita solidariedade aos trabalhadores (ativos, aposentados, demitidos, afastados, etc) do mundo inteiro;

Artigo 7º - A FUP tem como objetivos específicos:

I - Expressar as reivindicações e lutas dos trabalhadores em empresas do setor petróleo e energia, através de suas entidades representativas, tanto do ponto de vista eco-nômico, quanto social, cultural ou político;

VI - Discutir, incentivar e fomentar nas entidades filiadas o debate, intensificando a integração com outros setores da sociedade, inclusive as instituições de controle social. Propor políticas públicas que usem garantir a auto-sustentação da biodiversidade e os recursos naturais integrando o ser humano à natureza, buscando a cidadania plena.

SINDICALISMO

1. CUT, que representou nos anos oitenta o questionamento do velho sindicalismo, consolidou-se como a principal organização dos trabalhadores brasileiros. Através de seus sindicatos filiados, dirigiu as lutas por melhores salários e condições de trabalho e influenciou nos fatos políticos que marcaram a história recente do Brasil.

8º CONFUP

2. Reconhecida pelas mais diferentes forças políticas como a maior e mais importante organização da sociedade civil, a CUT, em todos esses anos, pautou-se pela sua postura combativa, radical e intransigente na defesa dos direitos e dos interesses da classe trabalhadora.
3. E desde a sua fundação, a CUT está sob a direção majoritária de uma concepção e uma prática sindicais baseadas no entendimento de que as lutas por direitos e conquistas imediatas dos trabalhadores devem estar sempre articuladas com os objetivos históricos da classe trabalhadora.
4. Defendemos uma concepção baseada nos princípios históricos como independência de classe ação direta, democracia operaria, etc... E aberta para a compreensão das transformações que ocorrem no mundo do trabalho, pois são elas que exigem mudanças e adaptações na forma de compreender o papel dos sindicatos em cada época e realidade. É desta maneira que podemos buscar o avanço nas relações de trabalho, interferir nas decisões políticas do país e contribuir para a transformação da sociedade socialista.
5. As lutas dos trabalhadores lideradas pelas direções sindicais combativas no final dos anos setenta questionaram os limites de um modelo sindical corporativo estagnado no tempo, no qual a grande maioria dos dirigentes, encastelados nos aparelhos sindicais, se transformaram em verdadeiros serviçais das classes dominantes, contrários às mudanças exigidas pelos trabalhadores naquele período. Os pelegos, como ficaram conhecidos, representaram uma concepção sindical oficialista e durante anos cooperaram com o regime militar, neutralizando as demandas e as lutas dos trabalhadores.
6. Foram as lutas dos trabalhadores contrários a esse modelo sindical que deram origem à CUT. O compromisso histórico de lutar pela superação definitiva do modelo sindical oficial, corporativo e dependente do Estado e pela conquista da liberdade sindical exigiu e continua a exigir a busca permanente da superação dos limites estabelecidos pela legislação.
7. A prática sindical defendida pela tese guia objetiva a superação das lógicas corporativas de sindicatos de categorias restritas às bases municipais e regionais e aponta para formas de organização mais amplas. Portanto, as lutas reivindicatórias imediatas só podem se constituir em força política real e capaz de contribuir com o processo de transformação social quando conseguem, através da mobilização, dar saltos de qualidade na organização e na consciência política dos trabalhadores.
8. Com o avanço do novo sindicalismo, os trabalhadores organizados nas oposições sindicais passaram a conquistar as direções dos Sindicatos, expulsando os velhos pelegos que faziam de seus mandatos instrumentos de defesa de seus interesses e da burguesia. É neste contexto que as lideranças sindicais e os seguimentos populares mais comprometidos com as transformações da sociedade buscam efetivamente enganjar a classe trabalhadora na luta pelos espaços de poder. Este contexto propiciou por exemplo a criação do Partido dos Trabalhadores a fundação da Central Única dos Trabalhadores e a legalização do Partido Comunista do Brasil e do Partido Comunista Brasileiro.
9. A decomposição acelerada do peleguismo tradicional e os avanços do sindicalismo representado pela CUT levaram a classe dominante a buscar nos setores conservadores do sindicalismo as “lideranças confiáveis” e dispostas a participar do projeto sindical que hoje se denomina “Força Sindical”.
10. No sindicalismo defendido pela Força Sindical se diferencia em muito do velho e conhecido peleguismo, mas a concepção e a prática sindical que ela defende não é nova. Ao contrário, tem uma longa trajetória na história do sindicalismo internacional e brasileiro como o sindicalismo de negócios que, para defender o capitalismo como opção histórica, pratica um sindicalismo que nega a organização política dos trabalhadores e promove a conciliação de classes.
11. O avanço da Força Sindical junto aos setores atrasados da classe e na opinião pública tem lhe conferido o papel de “interlocutora” dos trabalhadores que FHC necessita para a implementação de suas reformas neoliberais. Enfrentar a Força Sindical e suas políticas populistas exige da CUT uma profunda avaliação sobre a eficiência de suas políticas e de suas ações sindicais.
12. O aprofundamento das políticas neoliberais e as transformações nas relações de trabalho e suas conseqüências para a classe trabalhadora, como a diminuição dos trabalhadores na

8º CONFUP

economia formal, a precarização das relações de trabalho, as alterações do perfil dos trabalhadores, além do fim do processo inflacionário, redesenharam a trajetória do futuro do movimento sindical e, se ainda podemos acreditar numa futura supremacia da CUT, devemos pelo menos reconhecer que estamos encontrando obstáculos bem mais difíceis para superá-los

13. Disputar a hegemonia do movimento sindical hoje com a Força Sindical, passa pelo restabelecimento e atualização do projeto sindical que garantiu a criação da CUT em 1983, atualizado com as realidades enfrentadas pelos trabalhadores das diferentes regiões do país e dos setores produtivos e comprometido ideologicamente de forma clara com os anseios imediatos e históricos da classe trabalhadora.
14. O restabelecimento do projeto sindical da CUT deve se dar na diversidade das posições políticas, na disputa de idéias e da confrontação das experiências de lutas levadas pelos sindicatos. A unidade da CUT deve ser fruto das práticas unitárias baseadas no respeito às posições minoritárias e no compromisso com as decisões majoritárias. Esses são os requisitos básicos que teremos que considerar se quisermos de fato enfrentar a Força Sindical.
15. Articular as lutas dos sindicatos com as ações e os objetivos da CUT somente será possível se formos capazes de construir estratégias sindicais orientadas por um projeto político unitário construído com a ampla participação das bases.
16. A tese guia defende que a ação da Central contra as políticas neoliberais do governo deve combinar com uma estratégia de luta pautada numa agenda claramente sindical, articulada com os ramos e baseada na solidariedade entre os sindicatos de base. Solidariedade no sentido de que a luta travada em um sindicato, por mais corporativa que seja, deve passar a ter a co-responsabilidade de todos pertencentes ao mesmo ramo.
17. Portanto, se quisermos derrotar o “sindicalismo de resultados” e neopelego representado pela Força Sindical, devemos implementar políticas mais agressivas e audaciosas no sentido de apresentar saídas concretas para os problemas enfrentados pelos trabalhadores.
18. É fundamental entender que uma estratégia sindical deve ser baseada na lógica da resistência, da luta ideológico e da luta pelas questões mais imediatas do anseio dos trabalhadores
19. É necessário armar a CUT de forma a atender os anseios das reivindicações dos trabalhadores, interagir com os movimentos sociais e contrapor, os avanços da Força Sindical.
21. Entendemos que não há lutas se não houver a mobilização dos trabalhadores e tampouco teremos forças suficientes para resistir aos ataques contra os direitos conquistados pela classe trabalhadora se não estivermos mobilizados pelas questões mais imediatas. Para conseguirmos a mobilização, devemos compreender os momentos de crise e atuar de forma a propor ações que atendam as necessidades da conjuntura.
22. É nas muitas pequenas lutas que os trabalhadores aprendem a importância da mobilização e da organização. Nelas, os sindicatos se fortalecem como referência da classe e com isso, na certa, poderão arriscar vãos mais altos e pleitear conquistas mais significativas, avançando na organização e impulsionando o projeto histórico da classe. Não há estratégia sindical de massa se não considerar a importância das lutas imediatas por questões de cunho social e econômico e político. E não haverá avanços históricos seguros se não formos capazes de envolver as amplas massas de trabalhadores.
23. Qualquer instituição sindical de massa comprometida com os objetivos históricos da classe trabalhadora tem a tarefa de organizar e representar os trabalhadores. Negociar com os patrões e o governo deve ser uma prática adotada pelas direções sindicais sem perder de vista a organização e mobilização dos trabalhadores.
24. Não podemos ficar no voluntarismo político. O desenvolvimento mais acelerado da consciência política e a organização mais duradoura estão na participação ampla dos trabalhadores na luta sindical.
25. Hoje, não são poucos os que defendem que o papel histórico do sindicato está cada vez mais comprometido em razão dos impactos produzidos pela globalização econômica e dos processos de inovações produtivas que interferem na capacidade de contestação dos

8º CONFUP

trabalhadores sobre o domínio dos patrões nos locais de trabalho e da conseqüente perda do poder dos sindicatos nas negociações coletivas.

26. A CUT vem implementando uma política baseada na idéia de que o maior desafio do movimento sindical não está associado às dificuldades em responder aos efeitos da globalização e da modernização produtiva. O grande desafio passa principalmente pela compreensão da necessidade dos sindicatos de redefinirem seu papel enquanto instrumento de organização social e de necessidade da imediata implantação de organização nos locais de trabalho.
27. Não é a primeira vez na história que o movimento sindical, pressionado pelas alterações das relações de trabalho, é levado a promover mudanças em suas concepções e práticas. Ao observarmos as manifestações em favor dos interesses da população, verificamos que muitas de suas aspirações estão ligadas aos interesses de diferentes categorias de trabalhadores. O desafio mais importante para o movimento sindical, portanto, é compreender a necessidade de combinar os interesses imediatos dos trabalhadores que representam com estes anseios da população. Para isso, os sindicatos terão que redimensionar seu campo de atuação, passando a se ocupar também de temas com os quais tradicionalmente não se envolviam.
28. É a partir dessa compreensão que desde alguns anos, a CUT vem implementando políticas com o objetivo de estabelecer nas pautas dos sindicatos temas como a defesa dos direitos das minorias, do meio ambiente, da luta contra a fome, contra a discriminação racial e de gênero, da eliminação das desigualdades sociais etc.
29. Portanto, o compromisso com os interesses mais gerais da população não pode ser assumido de forma oportunista, apenas pelo apoio circunstancial à luta sindical. A redefinição do papel do sindicalismo deve se traduzir em uma nova concepção da prática sindical e na conscientização dos trabalhadores para que estes compreendam que fazem parte de uma coletividade maior da sociedade, podendo, portanto, exercer um poder de intervenção na realidade enquanto cidadãos que têm direito à saúde, educação, transporte, moradia, lazer, etc. É essa luta mais ampla do que aquela exercida no âmbito da empresa que pode potencializar o movimento sindical para influenciar nas definições sobre o desenvolvimento e transformações econômica, política e social do país.
30. Mas, se de um lado esta inter-relação da luta corporativa com a luta em defesa dos interesses da sociedade em geral gera contradições que podem impedir formas de lutas mais radicais, de outro, o posicionamento do movimento sindical e de seus dirigentes sobre as mais diferentes questões nacionais repercutem no conjunto da sociedade. Isso lhes confere uma representação que vai além dos seus filiados.
31. A prática desse sindicalismo cidadão coloca a CUT hoje entre as poucas centrais sindicais do mundo capazes de dialogar com os mais diferentes setores sociais. Isso porque a CUT não apenas tem assimilado as reivindicações de diferentes setores sociais em sua estrutura organizativa, mas também porque suas políticas ao longo desses anos vêm sendo produzidas com base no trabalho de investigação e de estudos científicos.
32. Repensar o papel do movimento sindical não significa, portanto, desviar-se de seu objetivo estratégico e de sua missão específica, que é representar os trabalhadores diante de antagonismos de interesses entre a classe patronal e a classe trabalhadora. O poder dos sindicatos reside na sua capacidade de unificar os interesses individuais dos trabalhadores de forma coletiva.
33. A estratégia de destruir o sistema de organização sindical oficial e corporativo através da conquista dos sindicatos de base pelas oposições sindicais não consegue atender ao objetivo. A falta de uma estratégia clara e unitária, inserida num projeto renovado, tem levado a CUT a amargar derrotas importantes. Nos últimos 12 anos a classe dominante, o governo e seus aliados no movimento sindical vêm se utilizando da legislação para promover a pulverização e divisão das organizações dos trabalhadores, criando novos e inexpressivos sindicatos.
34. A unicidade sindical, ao mesmo tempo em que impede a ampliação da representação da CUT, permite ao governo consolidar sua política de precarização das relações de trabalho. O monopólio da representação sindical deixa os trabalhadores das bases dos sindicatos aliados do governo sem alternativas, e eles acabam sendo utilizados para homologar as políticas nefastas aos interesses da classe.

8º CONFUP

35. Devemos ressaltar os avanços obtidos. Mas, ao mesmo tempo, temos que reconhecer o quanto ainda estamos longe de alcançar o principal objetivo histórico da CUT; o de representar o conjunto dos trabalhadores brasileiros. Entendemos que a luta da CUT pela conquista da representação de todos os trabalhadores passa necessariamente pela superação definitiva da atual legislação sindical, que tem na unicidade sindical a sua parte mais perversa.
36. Este modelo sindical imposto por lei, corporativo e único, por força do autoritarismo da unicidade, fere os princípios básicos de liberdade e de democracia, cassa o direito dos trabalhadores de constituírem livremente seus sindicatos e proíbe o trabalhador, enquanto cidadão, de fazer a sua opção de filiação sindical e decidir sobre a orientação política pela qual prefere estar representado. O que representa uma flagrante violação à cidadania.
37. O monopólio da representação, os interesses da classe dominante e do governo e a disputa pelo aparelho sindical impulsionam a pulverização de instituições sindicais e alimentam de forma exacerbada o corporativismo natural existente em qualquer organização de defesa de direitos imediatos. Este corporativismo nefasto impede a organização dos trabalhadores enquanto classe, restringe a luta sindical ao campo econômico, interfere na formação da consciência política dos trabalhadores e possibilita o desenvolvimento da burocracia e da corrupção de lideranças sindicais.
38. Diferentemente de países que reconstruíram sua democracia livrando-se do autoritarismo estatal na organização sindical, no Brasil ainda permanecemos submetidos a essa legislação autoritária e, nem mesmo com toda a força do movimento sindical combativo e renovador que se traduziu na criação da CUT, foi possível pôr fim nesse modelo de organização sindical de inspiração fascista.
39. As alterações que vêm ocorrendo na economia e nos processos produtivos não apenas interferem nas relações de trabalho e no peso da participação dos trabalhadores sobre eles, como também fragmentam as lutas sindicais, levando à conseqüente perda de poder e da representatividade das instituições sindicais. Mas, certamente a mais importante mudança trazida pelos novos padrões de desenvolvimento da exploração capitalista que o movimento sindical classista e de massa precisa compreender estão na alteração do perfil da classe trabalhadora que impõem novos desafios no campo da luta de classes.
40. É por isso que o nosso compromisso de lutar pelo fim do modelo de organização sindical corporativo não pode ser entendido apenas como uma luta em favor do livre direito de organização dos trabalhadores. Hoje as razões que nos motivam partem, sobretudo, das exigências impostas pelas transformações alcançadas no mundo do trabalho.
41. Historicamente, os processos de mudanças que ocorrem no movimento sindical são marcados por grandes conflitos internos, que muitas vezes acabam por produzir divisão em suas organizações. As resistências às mudanças ocasionadas pelo conservadorismo ideológico e pelo medo da perda de poder (com o esvaziamento político de algumas organizações sindicais) e mesmo da perda de mandatos (por dirigentes sem base de representação) são alguns dos motivos que paralisam ou dificultam os avanços necessários para a atualização das organizações dos trabalhadores frente aos reflexos das novas formas de organização da produção e do trabalho que interfere diretamente nas relações de trabalho.
42. Hoje, esta posto um grande desafio para a CUT em organizar os trabalhadores da economia informal, lutar pela representação sindical para os outros milhares de trabalhadores das bases sindicais não CUTistas, enfrentar a pulverização da organização dos trabalhadores em um mesmo local de trabalho, estancar o vergonhoso processo de divisões de base sindicais motivados por interesses contrários aos dos trabalhadores, etc.
43. A luta em defesa dos direitos sindicais e dos trabalhadores, somada às exigências colocadas pelas transformações produtivas e pelas mudanças nas relações de trabalho, se constitui numa importante oportunidade para produzirmos avanços mais significativos na luta pela conquista definitiva da liberdade sindical.
44. A força desse modelo de organização sindical reside no próprio modelo, pois, apesar do discurso contrário ao caráter corporativo, ao monopólio da representação e à

8º CONFUP

obrigatoriedade da contribuição sindical (imposto sindical e contribuição confederativa), a maioria dos sindicatos e de seus dirigentes, na prática, está de acordo com esse modelo sindical, já que a legislação não constitui qualquer empecilho para o alcance de suas práticas sindicais.

45. Independente da vontade de qualquer liderança ou instituição sindical, na história do movimento sindical em todo o mundo sempre ocorreu e ocorrerão transformações na forma da organização dos trabalhadores. Essas transformações são impulsionadas por duas razões: a primeira acontece quando da alteração na correlação de forças que resulta de disputas pela hegemonia entre as classes sociais, a segunda é consequência natural das transformações que ocorrem nos processos produtivos e na organização do trabalho.
46. As alterações que vêm ocorrendo na economia e nos processos produtivos não apenas interferem nas relações de trabalho e no peso da participação dos trabalhadores sobre eles, como também fragmentam as lutas sindicais, levando à consequente perda de poder e da representatividade das instituições sindicais. Mas, certamente a mais importante mudança trazida pelos novos padrões de desenvolvimento da exploração capitalista que o movimento sindical classista e de massa precisa compreender estão na alteração do perfil da classe trabalhadora que impõem novos desafios no campo da luta de classes.
47. É por isso que o nosso compromisso de lutar pelo fim do modelo de organização sindical corporativo não pode ser entendido apenas como uma luta em favor do livre direito de organização dos trabalhadores. Hoje as razões que nos motivam partem, sobretudo, das exigências impostas pelas transformações alcançadas no mundo do trabalho.
48. Historicamente, os processos de mudanças que ocorrem no movimento sindical são marcados por grandes conflitos internos, que muitas vezes acabam por produzir divisão em suas organizações. As resistências às mudanças ocasionadas pelo conservadorismo ideológico e pelo medo da perda de poder (com o esvaziamento político de algumas organizações sindicais) e mesmo da perda de mandatos (por dirigentes sem base de representação) são alguns dos motivos que paralisam ou dificultam os avanços necessários para a atualização das organizações dos trabalhadores frente aos reflexos das novas formas de organização da produção e do trabalho que interfere diretamente nas relações de trabalho.
49. Hoje, raros são os sindicatos não filiados à CUT onde nos colocamos como alternativas de direção nas eleições sindicais. Como então organizar os trabalhadores da economia informal se ainda não nos constituímos como alternativa de organização e representação sindical para os outros milhares de trabalhadores das bases sindicais não CUTistas? Como enfrentar a pulverização da organização dos trabalhadores em um mesmo local de trabalho? Como estancar o vergonhoso processo de divisões de base sindicais motivados por interesses contrários aos dos trabalhadores?
50. A luta em defesa dos direitos sindicais e dos trabalhadores, somada às exigências colocadas pelas transformações produtivas e pelas mudanças nas relações de trabalho, se constitui numa importante oportunidade para produzirmos avanços mais significativos na luta pela conquista definitiva da liberdade sindical.
51. É por isso que devemos incentivar aqueles trabalhadores que, motivados pelas mudanças que ocorrem nas relações de trabalho, buscam novas formas de organização. Compreender estas mudanças e interferir nos processos que decorrem delas na certa colocará a CUT na direção das iniciativas desses trabalhadores.
52. A compreensão da realidade e o debate com a militância, forja novas lideranças e estimula o desenvolvimento de novos projetos que pressionam os sindicatos e suas direções e os obrigam a assumirem a redefinição de suas concepções e do papel do movimento sindical na sociedade.
53. Foi esta dinâmica que fez surgir no chão das fábricas em 1978 o movimento grevista que impulsionou as transformações no sindicalismo brasileiro.
54. A marca do chamado novo sindicalismo, que no final dos anos 70 emergiu do interior das fábricas e fundou a CUT, estava vinculada a prática da participação massiva dos trabalhadores na vida dos sindicatos, rompendo com o sindicalismo representado pelos

8º CONFUP

pelegos que justificavam o imobilismo de seus sindicatos com o argumento de que a culpa era dos trabalhadores, pois estes não compareciam às assembléias do sindicato quando eram convocados.

55. Ao contrário dos pelegos, a prática sindical do novo sindicalismo, ao invés de esperar que os trabalhadores fossem até o sindicato, os dirigentes passaram a realizar as assembléias nas portas das empresas, numa clara demonstração de que o limite das ações sindicais exercidas pelos pelegos da época estava aquém daqueles permitidos pela legislação e pela repressão da ditadura militar.
56. No novo sindicalismo, ao ocupar os espaços dos portões das fábricas, das portas das empresas de serviços e dos estabelecimentos públicos e privados, contribuiu para a superação dos limites até então estabelecidos para a ação sindical e forçou os patrões a negociarem novos patamares nas relações de trabalho e, ao mesmo tempo, contribuiu de forma decisiva na luta pela redemocratização do país. Aliás, foi por ocupar as portas das empresas que o novo sindicalismo passou a ser chamado de sindicalismo de porta de fábrica.
57. Mas, se a prática do sindicalismo de porta de fábrica no passado representou muita ousadia, hoje nem o tamanho do caminhão de som pode surpreender. Já no 3º Concut, foi aprovada a tese de que os sindicatos da CUT deveriam dar um salto de qualidade em sua prática sindical, buscando superar a prática de um sindicalismo de porta de empresa por um sindicalismo praticado dentro das empresas.
58. A resolução propunha que os sindicatos da CUT deveriam organizar e dirigir o trabalho sindical a partir do ambiente de trabalho, buscando captar os anseios dos trabalhadores, canalizando-os para a prática democrática. A organização sindical dentro das empresas pode representar a possibilidade de os trabalhadores disputarem com os patrões a hegemonia do poder nos locais de trabalho. Portanto, os sindicatos da CUT deveriam priorizar suas lutas pela conquista das Comissões de Fábricas e ocupar espaços como CIPAs e outras formas de representação.
59. No entanto, verificamos que, na prática, a luta pela conquista da organização sindical nos locais de trabalho na maioria dos sindicatos cutistas se perdeu nas discussões teóricas sobre “OLT” e na busca das definições filosóficas mais “corretas”. A exemplo dessas experiências, defendemos a idéia de que a representação sindical da CUT se constitua como instância organizativa de representação dos sindicatos junto aos trabalhadores das empresas e de representação dos trabalhadores das empresas junto aos sindicatos. Portanto, devemos superar a idéia abstrata e virtual das OLT como organização dos trabalhadores nos locais de trabalho.
60. A implantação da representação do sindicato dentro das empresas deve significar não apenas um passo importante na luta contra a atual legislação sindical, mas também a própria superação do sindicalismo de porta de fábrica, estabelecendo uma nova prática, baseada no conceito de que lugar dos dirigentes sindicais é dentro das empresas e não mais apenas nas portas das empresas.
61. Naturalmente, devemos considerar as diferentes realidades e possibilidades enfrentadas pelas entidades sindicais na implementação de mudanças em suas estruturas organizativas a fim de criar as suas instâncias organizativas dentro das empresas. Mas a entendemos que é possível avançar nessa direção. Para isso é necessário superarmos os limites do sindicalismo que praticamos. A criação e a implantação de instâncias de representação dentro das empresas exige mais do que uma legislação de sustento. Exige, acima de tudo, decisão e audácia dos dirigentes.
62. Enfrentar esses novos desafios significa não apenas responder aos efeitos do modelo de desenvolvimento econômico que produz o desemprego e a exclusão social, mas também construir estratégias capazes de se contrapor à lógica das políticas das empresas multinacionais no campo ideológico, que promovem a competição e a concorrência entre os trabalhadores e põem em cheque a consciência de classe e a solidariedade entre os trabalhadores.
63. No campo privilegiado dessa disputa ideológica sempre foi, agora mais do que nunca, o local de trabalho, que é onde as contradições de classe são mais agudas, e onde as empresas vêm investindo com seus novos métodos de gerenciamento para conquistar a adesão dos trabalhadores com o objetivo de atingirem suas metas de qualidade e produtividade.

8º CONFUP

64. Hoje a estratégia das empresas exige cada vez mais mudanças profundas na organização e na prática sindical. Sem a presença da representação sindical dentro das empresas, o sindicato estará cada vez mais fora dessa disputa ideológica e os trabalhadores ficarão reféns das políticas das empresas.
65. Portanto, as práticas sindicais restritas as portas das empresas estão cada vez mais distantes e incapazes de responder as novas exigências colocadas, tornando inaceitável a ausência de políticas para garantir implantação da representação sindical nos locais de trabalho. Isso somente é justificável quando as práticas estão muito aquém dos limites permitidos pela legislação.
66. Estabelecer políticas com o objetivo de construir formas de representação dos sindicatos dentro das empresas colocará como consequência natural a necessidade de repensar o funcionamento e a forma de constituir suas direções. A participação orgânica das representações de base na estrutura dos sindicatos altera profundamente os mecanismos democráticos da entidade, o que exigirá direções constituídas por sindicalistas cada vez mais representativos nos seus locais de trabalho.
67. A unidade de ação entre o sindicato e seus organismos de base, construída nos compromissos políticos estabelecidos nas estratégias de curto, médio e longo prazos, será vital para a atuação sindical: sem ela não será possível estabelecer a coordenação das tarefas sindicais dentro e fora das empresas.
68. No 3º Concut foi aprovada a proposta para que a CUT criasse mecanismos de participação efetiva dos trabalhadores nas instâncias de decisão da Central, garantindo a eles, na base, o poder de interferir nas discussões e nas definições de políticas estratégicas como elementos reais da prática democrática.
69. Construir mecanismos de participação dos trabalhadores de forma orgânica e direta através da estrutura organizativa da CUT, tem sido um dos principais objetivos perseguidos. O conservadorismo e as práticas corporativas camufladas na pretensa defesa da "soberania" das assembleias de base têm se constituído num dos obstáculos mais importantes para a construção desses instrumentos de participação dos trabalhadores na vida da Central.
70. Serão esses instrumentos de participação direta dos trabalhadores na vida dos sindicatos os pressupostos básicos da garantia de uma cultura democrática e coerente com nossa concepção sindical classista, de massa e autônoma.
71. Diferentes experiências nesse sentido existem, podemos destacar a do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP, pela radicalidade no que se refere a profundidade das mudanças produzidas em sua estrutura organizativa que vêm interferindo positivamente na cultura sobre a forma de pensar o sindicato. Hoje os trabalhadores de mais de 54 empresas podem contar com uma instância do sindicato funcionando dentro da Fábrica. Os Comitês Sindicais de Empresa, compostos por dirigentes sindicais eleitos nas respectivas empresas, compõem a direção plena do Sindicato, totalizando mais de 155 membros. Nessa nova estrutura organizativa, qualquer militante que desejar participar da direção do Sindicato terá que disputar a representação dos trabalhadores da empresa em que trabalha.
72. Além da participação através das instâncias institucionais de representação do Sindicato nos locais de trabalho e da direção da entidade, os militantes autonomamente podem participar da Comissão de Mobilização que funciona de forma permanente como um conselho geral dos trabalhadores. Nesta Comissão de Mobilização participam os membros dos Comitês Sindicais de Empresa, das Comissões de Fábrica e das CIPAs, bem como, qualquer outro militante da base do Sindicato.
73. Devemos reconhecer que as dificuldades encontradas pelos sindicatos que procuram através das alterações de suas estruturas organizativas ampliar sua base de representação e participação dos trabalhadores são distintas, pois as diferenças regionais, econômicas e de tradição na organização e de luta de uma categoria, interferem no poder dos sindicatos frente as restrições legais. Mas o que não podemos aceitar são os argumentos daqueles que procuram justificar suas posturas conservadoras, diminuindo a importância das experiências como a dos metalúrgicos do ABC que na prática vem superando as formas tradicionais de participação dos trabalhadores (reuniões e assembleias) e ampliando os espaços de participação democrática.

8º CONFUP

Área de Livre Comércio das Américas

1. No começo dos anos 90, George Bush (o pai) lançou a idéia de criação de uma Área de Livre Comercio das Américas (ALCA), com o aparente objetivo de constuir um bloco comercial, que seria composto por 34 países da América, com exceção de Cuba. O projeto foi retomado por Bill Clinton, numa reunião com estes 34 países a chamada Reunião de Cúpula das Américas, onde esses países se propem a realizar um calendário de encontros e negociações, com o objetivo de implantar a ALCA.
2. Os Estados Unidos serão os principais beneficiados com a ALCA, pois esta integração e, na verdade, uma integração entre desiguais. Os EUA detem 76% do PIB regional, o Nafta, 86% sobram 5% para o Brasil e 3% para a Argentina. Cada um dos demais países detêm menos de 1% do PIB total.
3. Hoje, 55% do comércio do Brasil è feito com os países europeus e asiáticos. O estabelecimento de uma alíquota de exportação com os EUA poderá levar a retaliação desses países, que ficarão sem condições competitivas. Em contrapartida, os norte-americanos acenam com o acesso ao seu mercado interno, que já opera com alíquota de 4%. No entanto, eles sempre estabelecem barreiras tarifárias e não tarifárias internas a todos os produtos brasileiros que os ameaçam, como é o caso do suco de laranja, siderurgia, etc. Além de subsidiarem o setor agrícola.
4. Entre os setores que mais perderiam com a ALCA no Brasil, destacam-se os setores de máquinas e equipamentos, eletroeletrônicos, químico, mobiliário, papel e celulose, financeiro e seguros. As pequenas e médias empresas também sairiam perdendo, pois as brasileiras exportam apenas 2% de sua produção, enquanto similares estadunidenses exportam 50%.
5. Resaltamos que uma outra exigência dos norte americanos para a implantacao da ALCA, refere-se direto aos sindicatos dos trabalhadores. A atual política de flexibilização das leis trabalhistas de FHC faz parte dos acordos com Fundo Monetário Internacional. O FMI condicionou a renovação de seus contratos com o Brasil à adesão irrestrita de nosso país à ALCA.
6. Alem das dimensões econômicas, as disparidades entre os EUA e os países da América Latina envolvem também a escala de produção, as diferenças tecnológicas, de infraestrutura e de poder militar. O acordo também so prevê o livre fluxo de capital, porém não se discute o livre trânsito de pessoas, pelos vários países, diferentemente do que foi aprovado na União Européia.
7. Diversas entidades e partidos de esquerda estão programando o Plebiscito Nacional sobre a ALCA, previsto para ser realizado de 1º a 7º de Setembro, coincidindo com a nossa campanha salarial e ocorrendo também muito próximo às eleições. A ALCA è também um dos temas a ser trazidos para nossas lutas, pelo que representa de desemprego para o ramo químico, que sera um dos mais afetados, pela política de flexibilização das leis trabalhistas e também pela ameaça a soberania nacional e pela possibilidade de transformar, de vez, toda a América num grande quintal dos EUA.
8. Por isso a CNQ, deve orientar aos seus sindicatos a implementar a campanha na base, inclusive com urnas nos locais de trabalho e nas sedes dos sindicatos.

Setor Petróleo

Introdução

As resoluções incorporam o teor discursivo e propositivo do documento elaborado pelo Núcleo de Infra-estrutura do Partido dos Trabalhadores na Câmara Federal, coordenado pelo deputado Luciano Zica, com a contribuição de analistas do Movimento Sindical Petroleiro.

Apresentação

1. O centro desta proposta é um novo modelo para o setor de petróleo onde a questão social assume uma posição fundamental em toda sua dimensão. Desta forma, visa articular as

8º CONFUP

políticas públicas do segmento de petróleo com um programa político definidor de projeto que responda com clareza aos grandes desafios que o Brasil enfrenta.

2. O petróleo, seus derivados energéticos e não energéticos e o gás natural ocupam uma posição central e estratégica para a vida moderna de todos os povos do planeta. A partir do final do século XIX, o uso intensivo de petróleo determinou o crescimento acelerado das atividades relacionadas à produção de bens e ao desenvolvimento socioeconômico de países que foram capazes de intensificar seu consumo e diversificar o seu uso como energético.
3. Usado inicialmente para iluminação e, posteriormente, na indústria e nos meios de transporte, o petróleo passou a ter papel determinante da qualidade da economia no mundo, de suas sociedades e da expressão de poder de países que se tornaram potências industrializadas, desenvolvendo ampla base de infra-estrutura em seus territórios - meios de comunicação, de transportes, malha viária rodovias e ferroviária intensivas, portos - interiores e costeiros, redes crescentes de geração e distribuição de energia, de escolas para educação básica e superior, de saneamento e de água potável.
4. O custo da construção dessas potências energético- intensivas e dessa era petróleo tem sido um dano ecológico gigantesco e crescente para todo o planeta Terra: mudanças climáticas globais, efeito estufa evolutivo, destruição da camada de ozônio e aquecimento planetário. Em uma tentativa de minimizar tais impactos, a sociedade mundial corre em busca de soluções, via pactos universais como o Protocolo de Kioto.
5. A realidade brasileira impõe que, dentre as alternativas minimizadoras desses impactos, o álcool, complementarmente ou como substituto combustível líquido, na condição de renovável, venha a assumir nova dimensão estratégica.
6. O aproveitamento do gás natural dos campos brasileiros (URUCU, Bacia de Campos etc) e do segmento importado deverá estar subordinado ao planejamento energético integrado. O seu uso múltiplo deverá contribuir para alongar o perfil das reservas nacionais totais de hidrocarbonetos e para a melhoria da qualidade do ar em grandes centros urbanos e industriais.
7. O Governo deveria reordenar as políticas específicas apontando a Petrobrás como "cabeça de complexo" industrial, nacional, assumindo, assim, seu papel estratégico no setor.

CONTEXTO INTERNACIONAL

8. petróleo ainda é a energia que move o mundo e que influencia poderosas organizações socioeconômicas hierarquizadas, inserindo-se na própria matriz de poder dos países. Por outro lado, questões referentes a preço, ou se petróleo é uma commodity, ou mesmo condições de franca oferta e procura, custos de obtenção, vulto de operações desde a busca, a produção, a industrialização, o transporte, a comercialização e as tecnologias que demandam mão-de-obra bastante especializada, reduzem o tratamento do setor a um pequeno universo de corporações, as mais importantes delas operando em âmbito mundial. Estabelece-se, assim, um contexto geopolítico próprio, a geopolítica do petróleo.

GRANDES CONSUMIDORES

9. O mundo está dividido em grandes consumidores e produtores. Os consumidores, os países industrializados, são responsáveis por 66% do consumo de toda a energia primária de petróleo do mundo, por quase dois terços do uso global de aço e mais de dois terços do de metais (alumínio, cobre, chumbo, níquel, estanho, zinco), além da energia agregada no Terceiro Mundo - normalmente subsidiada - na produção desses bens para exportação e consumo pelos países industrializados.
10. Os EUA sozinhos que consumiam, no 1º semestre/91, após a Guerra do Golfo, 17 milhões de barris/dia(bpd) de cru, condensado e gás natural - o que correspondia a 28% de toda a produção mundial (dados do API- American Petroleum Institute - agosto/91 e U.S. Government Statistics), hoje consomem (abril/02) 20,286 milhões de barris/dia, ou seja

8º CONFUP

cresceram 19,32% em relação ao que consumia em 1991. Desse consumo, os EUA produzem, hoje, 8,158 milhões bpd (de cru, condensado e gás natural – Oil&GasJournal-15/abr/02) em seu próprio território, o que corresponde a 40,2% de sua demanda. Importam, hoje, 53,4% de suas necessidades diárias. Têm, ainda, um ganho de 6,4% no suprimento interno devido ao álcool e aos ganhos de processo no refino (programa de fundo de barril).

11. Lembrando que os EUA apresentam uma enorme vulnerabilidade estratégica no setor petróleo visto que suas reservas são declinantes e seu consumo crescente e que hoje a relação reserva\produção é de 5 anos.
12. O Brasil pode ser considerado como um grande consumidor na ordem de 1.800 milhões e nossa produção gira hoje em torno de 1,6 milhões de barril\dia sendo nossa reserva crescente e nossa reserva produção em torno de 35 anos.
13. Das sete (7) maiores nações industriais, conhecidas como o Grupo dos Sete, G-7, apenas duas (Canadá e Reino Unido) não são dependentes do petróleo localizado em território de outros países. Membro do G-7, o Japão, ainda mantém sua própria companhia estatal de petróleo, para fins de política estratégica do Estado. As outras nacionais, da Itália, do Canadá, da Alemanha e da França, foram privatizadas e até se fundiram – caso da Elf-Total-Petrofina (belga), mantendo, no entanto, um mecanismo acionário de núcleo-duro, para permitir a ação estratégica, de decisão política dos respectivos.

GRANDES PRODUTORES

14. A OPEP (Arábia - Saudita, Iran, Iraque, EAU, Kuwait, Zona Neutra, Qatar, Nigéria, Libya, Argélia, Venezuela e Indonésia) detém 77% das reservas provadas do mundo e que respondem, atualmente, por 40% da produção mundial. Em termos de reservas provadas, restam 23% nos outros países, não membros da OPEP.
15. Por outro lado, 66% das reservas mundiais estão no Oriente Médio. Os países ricos, grandes consumidores, agrupados na OECD, respondem por 24% da produção total, ora no nível de 77,40 milhões de barris/dia. Os países da esfera da Rússia respondem por 12%. Já os países do Terceiro Mundo, não OPEP e não OECD (Brasil e México neste grupo) respondem por 24%.
16. Este esboço do negócio mundial do petróleo é marcado pelo conflito permanente de interesses entre os grandes países produtores e os grandes consumidores.
17. Os países industrializados têm usado suas companhias de petróleo como instrumentos de política exterior e de dominação econômica. Têm, como objetivo maior, a manutenção rígida de um mecanismo de duplo controle, quais sejam:
 - controlar as reservas das matérias primas estratégicas nos próprios territórios de terceiros (nos subsolos que funcionam como armazenagem natural e barata);
 - controlar a comercialização e a distribuição dessas matérias primas, a partir do próprio território de terceiros.

Daí, nasceu a visão da companhia integrada de petróleo:

- 1 - executa a pesquisa e a lavra,
- 2 - o transporte, (por dutovias, terminais e navios especiais),
- 3 - o refino e a industrialização de produtos de transformação (petroquímica e fertilizantes),
- 4 - a distribuição e comercialização de derivados energéticos e lubrificantes.

8º CONFUP

1. As antigas “seis irmãs”(Shell, Exxon, BP, Mobil, Texaco e Chevron), hoje já com as unificadas Exxon-Mobil e BP-Amoco-Arco, e a Chevron-Texaco em processo final de fusão, primaram por essa concepção de "integração" e pelo papel estratégico acima apontado.
2. Estima-se que o volume de negócios movimentado pelo setor petróleo alcance US\$ 2,8 trilhões/ano ou 29% do PIB dos EUA. O valor estratégico do petróleo no mundo pode ser medido pelos números resultantes da “Guerra do Golfo”, com base em informações do Departamento de Defesa/EUA e da Greenpeace: houve 549 mortes nas forças da coalizão, cerca de 238 mil mortes de iraquianos (dos quais 123 mil civis) e de gastos diretos de US\$ 60 bilhões.
3. Atualmente, o mundo do petróleo está marcado por dois níveis de crise, ambos muito graves: (1) os EUA vive uma crise de abastecimento que terá que ser duramente administrada pelos próximos 20 anos, conforme relatório de seu Secretário (aqui é Ministro) de Energia, Spencer Abraham ("World Energy"-abril/2001)- e isto, certamente, afetará todo o mundo;
4. As taxas de reposição de "reservas" de petróleo não mais acompanham o consumo global anual, tendo sido constatado que 80% da produção total mundial, até 1998, era oriunda de "campos de Petróleo" descobertos antes de 1973 (1o choque), conforme apresentado em seminário na OTC-1999 (maio/99-Houston-EUA). Daí, os preços internacionais estão e estarão, doravante e sempre, em patamares acima de US\$ 20,00/barril. E, assim, vem ocorrendo desde junho/99. Estas realidades constituem-se em referenciais atuais do planejamento estratégico do setor petróleo no mundo.

PROPOSTAS DO MOVIMENTO SINDICAL

1. Preservar e consolidar a Petrobrás como empresa estatal, para expandir suas atividades, reunir tecnologias e ampliar investimentos aplicados ao segmento de petróleo, implementando, para isso, um protocolo de diretrizes de compromisso que permita as seguintes ações:
 - a) Reforma estatutária necessária para abrigar as correções do modelo de gestão corporativa;
 - b) Adequação do seu plano estratégico com "Missão e Visão 2010" às diretrizes de Política Energética integrada do setor energético;
 - c) Estabelecimento de metas para incremento do parque de Refino Nacional, readequando-o aos tipos de óleos dos nossos campos de produção;
 - d) Inserção estratégica da sua capacidade de escala econômica no desenvolvimento de tecnologias e de mercados para aplicações expandidas dos combustíveis renováveis - álcool e biodiesel, e de pesquisas no uso do Hidrogênio combustível;
 - e) Responsabilização dos seus dirigentes quanto ao "estado da arte" em relação ao meio ambiente e à segurança e saúde dos seus trabalhadores nas mais diversas atividades da empresa;
 - f) Gestão de Recursos Humanos de valorização do quadro trabalhadores do setor visando a permanência dos mesmos nas empresas e incentivando a produção coletiva de conhecimento, propiciando o desenvolvimento de tecnologias para o setor. Limitar a terceirização a serviços não permanentes. Em sistemas operacionais e demais atividades permanentes realizar estudos para a contratação via concurso público da força de trabalho já terceirizada.
 - g) Restabelecer o monopólio estatal do Petróleo;
 - h) Atender à Constituição Federal suspendendo a participação da Petrobrás e suas subsidiárias em novos consórcios com empresas nacionais ou estrangeiras e rever as associações já efetivadas para expansão das suas atividades, reunindo tecnologias e ampliando investimentos aplicados à indústria do petróleo;

8º CONFUP

- i) Reavaliar o projeto do Gasoduto Bolívia-Brasil, com vistas a ajustá-lo aos interesses do povo brasileiro e povo boliviano, a qual se constitui no único mercado para a grande massa de gás existente na Bolívia;
- j) Estabelecer políticas de alongamento do perfil das reservas nacionais totais de hidrocarbonetos (petróleo e gás), no território do país, estejam elas em concessões da Petrobrás ou de empresas privadas (nacionais ou estrangeiras);
- k) Reorganizar o Conselho Nacional de Política Energética – CNPE para que se estabeleçam políticas públicas que assegurem investimentos que ampliem, de forma sustentável, a infra-estrutura do país;
- l) Propiciar condições e estabelecer diretrizes políticas para gerar uma grande aliança estratégica de empresas de petróleo que têm controle de capital público no ambiente latino, estabelecendo, assim, nova dinâmica de integração energética no ambiente latino e não só no Mercosul, tendo o setor petróleo como instrumento maior de enfrentamento dos desafios internacionais;
- m) Incentivar a unificação, em todo o território nacional, de alíquota de ICMS para todos os tipos de derivados energéticos;
- n) Promover estudos de viabilidade técnico/econômico/ambiental para a construção de novas refinarias;
- o) Subsidiar o botijão de 13 kg do gás de cozinha (Gás Liquefeito de Petróleo), para famílias de estratos de renda mais baixa, tendo como base a sua participação nos gastos com alimentação dessas famílias, segundo dados do ICV/DIEESE;
- p) Formular, ouvindo os segmentos da sociedade organizada, uma política de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, como forma de integrar expressivos contingentes da população brasileira ao mercado. Para isso deverá ser democratizada a aplicação de recursos provenientes dos royalties para a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico aplicado ao segmento de petróleo; e
- q) Destinar parcela da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE para financiar *o subsídio aos preços e servir como amortecedor das flutuações de preços do petróleo e seus derivados no mercado internacional*.
- r) Reabertura de todos os inquéritos/comissões, etc, internos e/ou externos que investigaram os acidentes com óbitos no sistema Petrobrás desde Janeiro de 1998 até esta data. Na reabertura deverão se incorporar no processo investigativo, representante da Petrobrás, o indicado da Região onde ocorreu o acidente, da Federação Única dos Petroleiros, do Ministério Público e Congresso Nacional.

Empresas Privadas e a Terceirização

1. Não seria nenhum exagero considerar um marco no setor privado de petróleo os encaminhamentos dados pela FUP e os Sindicatos nos anos de 2001 e 2002. Pela primeira vez, conseguimos negociar acordos de forma articulada nacionalmente, porém apesar de estar longe do que poderíamos considerar ideais, os encaminhamentos dados, significaram um início importante que precisa entrar em novo estágio com mais ênfase e determinação.
2. Além das negociações das empresas, Sotep, Perbras, BJ Service e Halliburton, se estabeleceram negociações com outras empresas, sendo elas o grupo das sete, Petroreconcavo, W. Washington (Bahia), Unap (Espírito Santo), entretanto apesar dos avanços, o trabalho com as empresas privadas do setor Petróleo, foi marcado também por dificuldades.
3. É preciso aumentar a integração entre os Sindicatos e a FUP, bem como nivelar a atuação sindical, que por diversos motivos se encontra desigual, além disso, a nossa estrutura sindical continua muito voltada para a Petrobrás e precisamos mudar isso de imediato, sob pena de acabarmos sendo “atropelados”, pela empresas, pela “Farsa Sindical” ou ainda por oportunistas de plantão. É necessário consolidar nossos sindicatos CUTistas no setor, garantindo a representação sindical de fato e de direito desses trabalhadores.

8º CONFUP

4. Apesar de termos assinado o acordo das sete, ainda não conseguimos de fato realizar um trabalho sindical junto aos trabalhadores dessas empresas, chegando ao ponto de termos que assinar o acordo sem realização de assembléias ou mesmo acompanhar a aplicação do acordo assinado. No Rio Grande do Norte as empresas insistem em não reconhecer o Sindipetro – RN, em Macaé acontece à mesma coisa, sendo que o Sindipetro – NF tem o Sinditob no seu calcanhar. Empresas grandes como a Schlumberger, insistem em não reconhecer nenhum dos nossos sindicatos seguindo os mesmos passos das grandes (BP, Shell, Repsol, etc.) isso sem contar diversas empresas prestadoras de serviço na área de petróleo que só reconhecem o Sinditob ou estão simplesmente sem representação sindical.
5. As grandes conquistas desse período, sem sombra de dúvida, foram os acordos da Sotep, Perbras e BJ Service, todos acordos nacionais, reconhecendo a FUP e os Sindicatos dos diversos estados (com exceção dos Sindipetros-RN e Macaé em relação a Sotep), fechando um acordo superior, em relação ao anterior. O mesmo não podemos dizer do acordo da Halliburton, que sendo uma das grandes do setor, foi a única que investiu pesado no rebaixamento do acordo coletivo e não conseguimos da uma resposta unitária, resultando na quebra da unidade nacional, graças à intervenção da direção da empresa nas bases de Macaé (a maior) e na sede da empresa no Rio de Janeiro, o que resultou no isolamento intencional por parte da Halliburton das bases da Bahia e Rio Grande do Norte (as menores), que resistiam contra o rebaixamento do acordo coletivo depois de quase um ano de negociações, ficando com o acordo em aberto.
6. Outro fator que prejudicou a campanha nas empresas privadas foi o aspecto financeiro, já que não houve recursos específicos e disponíveis para uma maior envergadura da campanha, que ficou limitada aos recursos próprios da FUP, e dos Sindicatos da Bahia, Sergipe, Espírito Santo, Rio Grande do Norte e Macaé, como se essa campanha fosse só de interesse dessas entidades, além do não cumprimento da resolução do sétimo CONFUP a respeito, demonstrando que no estágio que nos encontramos e pelas necessidades do setor, é imprescindível ter recursos disponíveis de forma a garantir a nossa representação junto aos trabalhadores, com um trabalho sindical forte e presente.
7. Depois de 05 anos da quebra do monopólio estatal do petróleo, é urgente reformularmos nossa atuação e estrutura sindical para deixarmos de ser os Sindicatos dos trabalhadores da Petrobrás para assumirmos a tarefa de sermos os Sindicatos dos Petroleiros em todo Brasil.
8. Se nesse momento, em que o número de empresas privadas de petróleo e trabalhadores ainda é pequeno, se comparados com o tamanho e a presença da Petrobrás, e considerando ainda que essas empresas não possuem o poder político e econômico da Petrobrás, e mesmo assim as nossas entidades não conseguem consolidar-se junto a esses trabalhadores e perante as empresas, imaginem daqui alguns anos quando essas empresas estiverem mais solidificadas e em maior número. Outro risco, consiste na possibilidade da criação de outros “Sindicatos”, com a “ajuda” dessas empresas como ocorre em outras categorias, com o objetivo de representar esses trabalhadores, alegando que nossos Sindicatos CUTistas representam os trabalhadores da Petrobrás .
9. Em relação ao trabalho sindical, podemos também abordar o isolamento a que estão submetidos os Sindicatos que estão realizando esse trabalho. Quando uma empresa como a Sotep se recusa a reconhecer o Sindipetro – RN, ou o Sindipetro – NF tem dificuldade em tocar o trabalho com alguma empresa do setor privado em Macaé, esse problema não é exclusivo desse ou daquele sindicato, mais da FUP e de todos os Sindicatos de Petroleiros do Brasil, tenha a entidade essa empresa ou não em sua base de representação, resultando em uma ação conjunta e unitária em torno desse desafio.
10. Uma situação que refletiu bem essa realidade e pode representar um divisor de águas em nossa atuação, foi a negociação da Unap com o Sindipetro-ES. Depois de meses de negociação e sem nenhum avanço, a direção do Sindicato encaminhou uma greve para o mês de março de 2002 e mesmo sem ter em suas bases esta empresa, os Sindicatos da Bahia e Sergipe, ajudaram na realização do movimento, o que resultou em uma grande vitória, e em uma importante experiência, que pode ser considerada como referência para a nossa atuação, sendo que essa integração foi decisiva para a vitória do movimento e o

8º CONFUP

aumento do respaldo do Sindipetro-ES junto aos trabalhadores da Unap no Espírito Santo. É bom salientar que a vitória só não foi maior porque não conseguimos estender o trabalho para o Rio Grande do Norte onde fica a maior base da empresa.

11. Em relação à 5ª turma, ainda não tivemos grandes avanços, ficando restrita basicamente a Sotep e a Perbras na Bahia. Nos demais estados ou as empresas ignoram totalmente se prendendo a lei 5811, ou pagam horas extras para compensar a 5ª turma, fazendo com que o trabalhador considere aquele adicional como salário dificultando ainda mais a sua discussão. Diante disso, é urgente uma forte campanha pela 5ª turma no setor, pressionando as empresas e conscientizando os trabalhadores, colada com a campanha reivindicatória desse ano.
12. Já para esse ano, teremos mais um desafio que é uniformizar os acordos coletivos, estabelecendo um patamar mínimo para o setor de acordo com cada atividade. Isso é importante porque agora estamos lidando com diversas empresas dos mais variados tamanhos e das mais variadas atividades e nacionalidades. No caso das sondas terrestres por exemplo, o melhor acordo do setor é o da Sotep e Perbras, em função disso, empresas como a Unap, Corner, Azevedo & Travassos e Empercom entre outras, que estão em um patamar bastante inferior em relação aos direitos dos trabalhadores, acabam prejudicando as negociações das duas primeiras.
13. A perspectiva de crescimento para o setor petróleo nos próximos anos é grande, principalmente na área de exploração. A ONIP (Organização Nacional da Indústria do Petróleo) prevê U\$ 10 bilhões por ano até 2010 em investimentos, já que o Brasil é considerado como “Província Petrolífera Promissora” o que está atraindo um grande número de empresas. Desde 1999, 37 empresas privadas nacionais e estrangeiras iniciaram suas atividades isso sem cotar as prestadoras de serviço que trabalham para a Petrobrás e para as novas operadoras. Se não conseguirmos nos estruturar no setor nessa fase de crescimento, como será daqui a 5 ou 10 anos?
14. A situação dos trabalhadores estrangeiros é outra realidade delicada, que está passando ao largo do movimento sindical. Sem nenhuma regulamentação ou controle, com práticas diferenciadas e superiores nas relações de trabalho, em comparação com os trabalhadores brasileiros, a quantidade dos “gringos”, são cada vez maiores, sobrando em muitas empresas somente o trabalho braçal e as piores condições de trabalho para os trabalhadores brasileiros.
15. Dentro dessa nova realidade de abertura do mercado patrocinada pelo governo FHC, avalizada pelo FMI, aumenta a necessidade de estreitar os laços com movimento sindical petroleiro latino americano, já que muitas dessas empresas também atuam nesses países e/ou tem suas matrizes lá, para que possamos unificar as lutas, denunciando as práticas abusivas, realizando campanhas conjuntas ou simplesmente trocando experiências na luta e organização dos trabalhadores petroleiros do continente.
16. Deste modo apresentamos as seguintes propostas:
 - a. Que a FUP, através da CNQ e CUT contate as entidades sindicais petroleiras dos países do continente com o instituto de realização de encontro dos trabalhadores petroleiros, para o ano de 2003;
 - b. Que a FUP realize um seminário nacional, com as direções dos Sindicatos e da FUP, com o objetivo de definir a organização do setor privado de petróleo e o planejamento da campanha reivindicatória 2002/2003;
 - c. Que seja destinada uma verba nacional específica, rateada entre todos os Sindicatos, para a organização dos trabalhadores das empresas privadas de petróleo e as negociações coletivas;
 - d. Lançamento de uma campanha nacional pela implantação da 5ª turma nas empresas privadas de petróleo durante as negociações coletivas deste ano;

8º CONFUP

- e. Eleger uma comissão nacional representativa dos sindicatos para juntamente com a FUP encaminhar o trabalho de representação, organização e negociação dos acordos coletivos das empresas privadas de petróleo;
- f. Discutir com os parlamentares de esquerda, projeto de lei, com o instituto de regular o trabalho estrangeiros no setor.

TERCEIRIZAÇÃO

9. O processo de terceirização que vem ocorrendo nas empresas, se apresenta a cada dia como uma opção gerencial das direções das empresas, que vem sendo adotada em larga escala nas mais diversas atividades e das mais diversas formas, aumentando ainda mais a exploração dos trabalhadores e precarizando as condições de trabalho.
10. Além de criar um fosso entre os trabalhadores diretos que ainda conseguem manter alguns direitos, e os trabalhadores indiretos, que muitas vezes nem o que esta garantido na legislação conseguem dispor, na Petrobrás, mesmo com as recentes contratações, o processo se intensifica, e chega a se colocar de forma ameaçadora saindo das atividades periféricas e secundárias, e avança em direção as atividades operacionais e estratégicas da empresa, inclusive a atividade fim.
11. No caso da Petrobrás, esse processo é mais intenso no E&P, onde graças ao processo de enxugamento dos trabalhadores diretos, a direção da empresa achou mais “fácil” substituir a mão de obra própria, por mão de obra terceirizada, contribuindo desta forma com o processo de privatização da empresa por dentro, além de favorecer o “esquema das licitações”.
12. No campo da legislação o que existe hoje (Enunciado TST-331) deixam o espaço necessário para o avanço dessa anomalia, até mesmo na atividade fim das empresas, principalmente pela “dificuldade” da justiça (MPT, DRT, etc), em definir o que é atividade fim. Na “dúvida” as empresas têm optado por terceirizar.
13. E como se não bastasse, a situação corre o risco de piorar ainda mais se o projeto de lei já aprovado na Câmara dos Deputados (PLC 03-2001) e atualmente em tramitação no Senado, que permite a terceirização das atividades fins e meio das empresas.
14. A situação é tão critica e assustadora, que a quarteirização, contratação de serviços, por uma empresa terceirizada, que há alguns anos atrás não passava de casos isolados, hoje passa a ser regra por parte de empresas terceirizadas.
15. Outra vertente dessa anomalia, que é cada vez mais crescente, é a contratação de “cooperativas”, que na verdade nada mais são, que uma forma de explorar ainda mais os trabalhadores e se beneficiar dos “incentivos fiscais”, tentando passar a imagem que os trabalhadores são “donos” do negócio, o que não passa de uma grande farsa.
16. Hoje a terceirização significa na pratica a flexibilização dos direitos dos trabalhadores, é transferir responsabilidade para os empreiteiros, permitindo que as contratantes, “fechem” os olhos para as diversas irregularidades que os trabalhadores sofrem, além disso é a apropriação ainda mais feroz dos direitos dos trabalhadores.
17. Apesar de tudo isso e muitas outras variações, algumas perguntas permanecem para as direções sindicais. Como enfrentar o processo de terceirização? Quais ações devem ser adotadas para fazer esse enfrentamento? Como despertar no movimento sindical a necessidade de realizar esse enfrentamento?
18. As respostas podem ser as mais diversas e dispares, porém o mais importante é que o movimento sindical tenha vontade política para colocar a mão na “massa”, deixando claro que não existe solução mágica, nem iremos acabar com essa situação por decreto.
19. Alguns problemas existem, porém podemos destacar : Qual Sindicato representa os trabalhadores terceirizados? O Sindicato dos trabalhadores diretos ou Sindicatos das categorias especificas?

8º CONFUP

20. Nesse sentido, o Sindipetro Sergipe / Alagoas tem conseguido desenvolver um trabalho de organização desses trabalhadores, que seriam considerados como de outras categorias, inclusive realizando negociações, filiações e greves. Também merece destacar a atuação do Sinditiccc e do Siticam, que efetivamente tem feito um bom trabalho de representação com os trabalhadores da construção civil, montagem e manutenção nas áreas da Petrobrás e no Pólo Petroquímico na Bahia, porém infelizmente esses ainda são casos isolados, mais que devem servir de referência para o movimento sindical CUTista.
21. Essa questão se coloca como um entrave à organização dos trabalhadores terceirizados, já que geralmente as empresas terceirizadas não aceitam a representação do sindicato dos trabalhadores diretos, sob pretexto de possuir um Sindicato específico e a legislação vigente favorece essa posição.
22. Neste caso, cabe aos sindicatos dos petroleiros e a FUP, pressionar diretamente a empresa contratante para garantir os diretos para os trabalhadores terceirizados além de buscar garantir a representação sindical ou pressionando as empresas ou negociando com os sindicatos envolvidos.

PROPOMOS:

- a) Fazer uma pauta de reivindicação dos trabalhadores terceirizados e entregar a Petrobrás , levantando os principais problemas dos trabalhadores terceirizados, negociando soluções efetivas;
- c) Realizar um dia nacional de luta dos trabalhadores terceirizados da Petrobrás , cobrando o atendimento das reivindicações levantadas, envolvendo os Sindicatos específicos;
- d) Propor para CUT/ FUP / CNQ a realização de um seminário nacional específico para discutir a terceirização e como organizar a intervenção da central, através dos seus Sindicatos filiados, para o primeiro semestre de 2003;
- e) Propor a realização de um seminário em Brasília, para 2003, com os parlamentares para discutir a terceirização/cooperativas de forma a debater a sua regulamentação.

REINTEGRACAO DOS DEDITIDOS

1. Considerando a decisão da Justiça que garantiu a reintegração dos trabalhadores demitidos da Interbras\Petroquisa nomes de junho de 2002.
2. A FUP deve coordenar junto com a Comissão da Interbras\Petroquisa o processo de retorno dos companheiros aos quadros da Petroquisa o mais breve possível.

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Breve Histórico da Previdência Complementar no Brasil

Sua trajetória, a situação atual e o nosso Fundo

1. Antes do marco legal que instituiu a previdência complementar no Brasil – a Lei nº 6435, de 15/07/77 – já existiam fundos de pensão ligados às estatais, como a Previ do Banco do Brasil e a Petros da Petrobrás, além de outros ligados à empresas privadas, de que são exemplos, a Philips e Promom Engenharia, que, sob forte influência de experiências internacionais, introduziram sistemas de previdência complementar para seus empregados, ainda que funcionando apenas em bases contábeis.

8º CONFUP

2. Na década de 70, a modalidade de previdência interessava muito ao governo federal, na medida em que atendia ao desejo de diminuir os gastos com a aposentadoria dos empregados públicos, que eram na sua grande maioria suportados, por força legal, pelas próprias estatais.
3. O governo, com Mário Henrique Simonsen à frente do Ministério da Fazenda, ainda pretendia estimular o mercado de capitais, transferindo recursos a baixo custo para companhias de capital aberto. A poupança da nova previdência complementar, obtida com as contribuições dos trabalhadores e de seus empregadores estatais, seria a fonte de recursos que faltava ao governo para impulsionar a Bolsa de Valores.
4. Porém, anteriormente a esta data muitas experiências de previdências privadas ocorreram em paralelo à previdência oficial. Uma das mais antigas, inclusive anterior à própria previdência oficial, foi a Caixa de Montepio dos Funcionários do Banco do Brasil, antecessora da Previ, criada em 1904 a partir da iniciativa de um grupo de 51 funcionários, com a finalidade de proporcionar aos seus dependentes o pagamento de uma pensão, quando do seu falecimento.
5. Somente décadas mais tarde é que foi contemplada no seu rol de benefícios a complementação de aposentadoria, que era paga exclusivamente pelo Banco do Brasil. Mas em 1967, preocupados com os altos custos desses benefícios, é criada a Previ, com os bancários arcando com parte das contribuições que até então eram feitas somente pelo Banco. Com a mesma linha de atuação a Petrobrás em 1970, criou a Petros, onde os petroleiros passaram a arcar com uma parte da contribuição, o que era até então, feita somente pela Petrobrás.
6. Outra experiência de destaque, amplamente disseminada na década de 60, foi os MONTEPIOS, os quais, mediante contribuições mensais, continham promessas de pagamentos futuros, sob forma de renda vitalícia em valores fixos nominais. Esta experiência se mostrou desastrosa, frustrando as expectativas e prejudicando milhões de trabalhadores. Os efeitos negativos daquela experiência até hoje se fazem sentir, provocando rejeição à previdência complementar em muitas pessoas.
7. No entanto, podemos atribuir como causa daquele desastre a conjunção de múltiplos fatores, desde a falta de fiscalização do poder público ou a ausência de bases técnicas nos cálculos dos planos, até, e principalmente, a inexistência de mecanismos de correção monetária em períodos inflacionários, que fizeram com que os benefícios prometidos e as contribuições tivessem seus valores totalmente corroídos pela inflação, transformando-se em quantias irrisórias.
8. Somente a partir de 15 de julho de 1977, com a aprovação da Lei nº 6435/77, um novo arcabouço legal é criado, onde as experiências da Previ do Banco do Brasil e do modelo implantado na Petrobrás foram fundamentais para nortear a edificação dessa nova instituição, proporcionando forte impulso para a expansão da previdência complementar, através de planos previdenciários organizados em empresas estatais, sob a forma de entidades fechadas sem fins lucrativos.
9. No Brasil, o surgimento do setor de previdência complementar nos anos 70 não ocorreu espontaneamente, fruto de uma necessidade de mercado. Pelo contrario, foi criado para corrigir desajustes que os próprios governos haviam criado em relação aos trabalhadores de empresas públicas, os quais gozavam de estabilidade e pôr um determinado período, de complementação de aposentadoria às custas dos cofres governamentais.
10. Com a retirada do direito à complementação de aposentadoria dos empregados das empresas públicas no início dos anos 70 e a manutenção da estabilidade no emprego como prática, a discrepância que se criou entre os dois grupos – a dos empregados com garantia da remuneração integral quando da aposentadoria e a dos empregados entregues apenas aos benefícios da previdência oficial – gerou no segundo conjunto de trabalhadores a tendência de não se aposentar, ainda que se estivesse com a idade muito avançada, uma vez que a aposentadoria, em grande parte dos casos, traria significativa redução de seus vencimentos.

8º CONFUP

11. Por outro lado, como já dito, o governo da época tinha grandes pretensões de fortalecer o mercado de capitais (Bolsa de Valores), que por sua vez, dependia da capacidade de poupança que somente grandes empresas poderiam viabilizar. A força patrimonial das estatais e a particular situação dos seus funcionários ofereceram as bases para a criação dos fundos de pensão e assim, atingir aquele objetivo.
12. Portanto, no Brasil, a previdência complementar surge por interesse governamental e não dos trabalhadores sob a iniciativa da ditadura militar, com o objetivo de fortalecer o mercado de capitais; fortemente calcado nas empresas públicas; e modelados em planos de tipo Benefício Definido.
13. Sem romper definitivamente com a visão do Estado paternalista, os planos foram criados assegurando-se garantia total àqueles participantes, uma vez que as empresas públicas patrocinadoras contribuía com a maior parcela do custeio dos planos e, quase sempre, se responsabilizavam sozinhas pôr eventuais insuficiências de recursos que pudessem se apresentar. Para dar suporte a esta concepção de plano previdenciário, e apoiando-se nas experiências das multinacionais americanas, a Lei nº 6435/77 é idealizada como uma legislação essencialmente voltada para planos na modalidade Benefício Definido.
14. Assim, o setor de previdência complementar do Brasil, por muito tempo, ficou basicamente restrito às empresas públicas e seus trabalhadores, e as suas lideranças sindicais se mantiveram totalmente distantes das discussões mais importantes e totalmente afastadas do controle estratégico desses Fundos, uma vez que as próprias características dos planos, que eram complementares à previdência social, traziam grande tranqüilidade aos trabalhadores, que por sua vez geravam alto grau de passividade entre eles e suas lideranças. Ainda que muitos fundos os participantes contassem com dirigentes eleitos em seus Conselhos Deliberativos e Fiscais, a ação política pôr eles desenvolvida também sempre se pautou pela timidez e pouca organicidade. No movimento sindical cutista, as questões ideológicas também contribuía para esse quadro, visto que, todas as suas correntes priorizaram a luta em defesa da previdência pública, mesmo assim de uma maneira precária, já que os trabalhadores de base por não terem uma mentalidade previdenciária, não se mobilizaram. Esta falta de conscientização e de mobilização dos trabalhadores para as questões previdenciárias, contribuía para que, até hoje, os nossos dirigentes priorizem as questões imediatas, principalmente econômicas.
15. Como consequência dessa passividade e por falta absoluta de fiscalização, muitas pessoas que se aproximaram ou exerceram o controle estratégico das carteiras dos Fundos de Pensão, encontraram facilidades para se locupletarem, transformando-os em paraísos do enriquecimento ilícito no Brasil.
16. Com as CPIs dos Fundos de Pensão criadas no Congresso, a temática é definitivamente introduzida no ambiente parlamentar brasileiro e, em decorrência, no noticiário da imprensa nacional, facilitando a identificação dos vícios e deformações existentes naquelas instituições. Neste ambiente, o foco das discussões não é o aspecto previdenciário dos fundos de pensão, mas as relações incestuosas que foram desenvolvidas ao longo da história entre dirigentes destes fundos e as autoridades governamentais que os indicaram, e que permitiram variadas formas de abuso de poder, manipulação de recursos e apropriação indébita.
17. Este mesmo período coincide com o processo de privatização de estatais no Brasil, para qual os fundos de pensão tiveram papel estratégico, em face de grande capacidade de disponibilização de recursos para aquela finalidade. A pujança dos fundos de pensão, que a esta altura já apresentava patrimônio superior a R\$ 100 bilhões, não encontrava concorrente nas empresas nacionais. E, como não poderia deixar de acontecer, num país que carece de instrumentos adequados de fiscalização sobre o poder executivo, o jogo político de abuso de poder e manipulação do processo de privatização, especialmente, junto ao setor de telecomunicações, contaminaram profundamente os fundos de pensão participantes do processo. O caso Telemar, envolvendo dirigentes de vários fundos de estatais, é um exemplo típico.

8º CONFUP

18. Do ponto de vista dos interesses dos participantes, o processo de privatização inaugura uma nova forma de administração dos fundos de pensão, cujos patrocinadores agora são empregadores privados. Apesar de vários dispositivos constantes dos editais de licitação para compra das estatais, visando proteção dos direitos dos trabalhadores, a verdade é que, em muitos casos, de pouco valeram aqueles dispositivos. O processo de diluição de direitos, através do mecanismo que se convencionou chamar de migração de planos BD para CD, espalhou-se por todo o sistema. De planos mutualistas, os novos passam a ser individuais. Por este mecanismo, a tranquilidade de um benefício garantido, com contribuições generosas dos empregadores estatais, não mais existia. Na maioria dos casos de migração, desprovidos de assistência técnica e política e de fiscalização estatal adequadas, os trabalhadores se sujeitaram a reduções em suas reservas matemáticas, com visível perda em seus patrimônios previdenciários.

19. Em 16 de dezembro de 1998 é aprovada a Emenda Constitucional nº 20, que prevê novas leis complementares sobre a matéria e impõe também severas medidas aos fundos ligados a estatais. Como exemplo: a exigência de paridade nas contribuições do empregador como limite máximo de contribuição e ainda com ajuste nos ativos desses fundos. No nosso caso, este limite já existia desde 1997, após a celebração do acordo dos pré-70, entre a patrocinadora - instituidora PETROBRÁS e a própria PETROS, que mantinha essa paridade além das contribuições extras (amortizantes) feitas pela patrocinadora, mês a mês, para pagamento da dívida com o serviço passado.

20. Desde a celebração desse acordo, Wilson Santarosa, nosso Conselheiro Curador eleito, com apoio do movimento sindical, iniciou um trabalho intenso de divulgação dos problemas existentes na PETROS, principalmente com relação ao Plano PETROS (Exemplo: Serviço passado, geração futura, dívida das empresas privatizadas e extintas, etc). A passividade dos participantes e da maioria dos dirigentes sindicais era tão grande que este trabalho não obteve a repercussão necessária. Na realidade havia somente um tema que mobilizava uma parte dos trabalhadores: Os limites de idade e de teto. Em todos os locais onde Santarosa falasse sobre os problemas da Petros, era tido como louco, que não sabia o que falava, visionário, etc. Também não era para menos, era a primeira vez que alguém tinha a ousadia de tentar abrir a “caixa preta” da PETROS. Com a aprovação da EC nº 20, a situação do nosso Fundo ficou mais delicada ainda, no entanto, não tínhamos a dimensão do problema por absoluta falta de uma assessoria especializada nessa área.

21. Ainda no ano de 1999, com a realização da primeira reunião do Conselho Nacional dos Aposentados e Pensionistas, criado através de resolução congressional do 4º CONFUP, nosso Curador eleito, mais uma vez, trouxe à tona os problemas da PETROS. Esta reunião foi importante e decisiva, pois foi consenso que deveríamos urgentemente contratar assessorias especializadas que comprovassem técnica e juridicamente estes problemas. Para custeio destas contratações, o Conselho indicou a realização de uma campanha financeira junto aos trabalhadores onde cada um contribuiria com a quantia de R\$ 1,00 durante doze meses. Esta campanha deveria ser aprovada em Assembléias de base e a contratação e o pagamento destes profissionais seria feito pela FUP. Estas propostas foram referendadas em Plenária Nacional realizada logo após a Reunião do Conselho. Começamos então a procurar estes profissionais e com a ajuda do ex-deputado federal do PT de São Paulo, Luís Gushiken e do diretor de benefícios eleito da PREVI, Henrique Pizzolato, decidimos pela contratação de um atuário, o Sr. Clóvis Marcolim e de um advogado especializado em previdência complementar, o Sr. Luís Antônio Maia. Por diversos motivos, alguns Sindicatos não implementaram esta Campanha de arrecadação e não proveram a FUP dos recursos necessários para pagamento destes profissionais. Até a presente data a FUP continua arcando com estas despesas, sem contar com nenhuma arrecadação extra e ainda com alguns Sindicatos em débito com a Federação. Apesar de todas estas dificuldades, contratamos primeiramente o Sr. Marcolim que realizou um primeiro pré-diagnóstico onde confirmava tecnicamente as suspeitas levantadas pelo nosso Curador e mais ainda o perigo que estávamos correndo com aprovação da EC nº 20, pois a mesma definira um prazo de 02 anos, a partir da sua edição, em 15/12/98, para que os Fundos de Pensão, patrocinados por Estatais e empresas públicas, equilibrassem atuarialmente seus recursos (ativos) aos seus compromissos (passivo). Findo este prazo, continuando o desequilíbrio, a EC nº 20 determinava a redução desses compromissos ao nível dos recursos. Isso levaria fatalmente

8º CONFUP

a um aumento das contribuições dos participantes ou a redução dos seus benefícios. Segundo o primeiro pré-diagnóstico do Sr. Marcolin, as insuficiências atuariais eram em torno de 8,0 Bilhões de reais, quase o patrimônio total do Fundo. Para a cobertura desse déficit seria necessário o aumento da contribuição em torno de 100% ou a redução dos atuais e futuros benefícios em torno de 50%. Devido à gravidade da situação elaboramos uma cartilha, para todos os participantes, intitulada: “Petros: a busca da verdade sobre nosso fundo de pensão”. Realizamos, também, palestras em diversas bases, com o apoio de todos os Sindicatos, com a presença do nosso Curador Wilson Santa Rosa, da nossa Secretaria e com os Srs. Marcolim e Maia. Infelizmente não conseguimos, mais uma vez, mobilizar os participantes, mas aumentamos o nível de consciência da nossa militância e dos dirigentes sindicais.

22. No final do ano, mesmo com dificuldades financeiras, pois a campanha de arrecadação e os respectivos repasses para a FUP não deslanchavam, decidimos pela contratação do Sr. Maia, para que pudéssemos cobrar juridicamente as dívidas da PETROBRÁS para com a PETROS, de acordo com o pré-diagnóstico feito pelo pelo nosso atuário. Vale lembrar ainda que, até hoje, é muito oneroso para a FUP manter estas assessorias. Estes custos chegam a representar quase 50% da arrecadação mensal da FUP. Apesar de todas essas dificuldades, estas assessorias se mostraram extremamente necessárias, no entanto a FUP, não pode mais arcar sozinha com estes custos. Outras campanhas de arrecadação junto as nossas bases são necessárias, além da reformulação dos atuais contratos destes profissionais, passando os mesmos para os Sindicatos, sendo que a FUP, através da sua Secretaria específica, assumiria apenas o seu papel de representação nacional.
23. No ano de 2000, o trabalho de conscientização continuou. As ações judiciais se restringiram a cobrança das dívidas da PETROBRÁS. Inicialmente tentamos mover uma Ação Civil Pública na Justiça Comum do Rio de Janeiro, para não correremos o risco de pagar qualquer valor de sucumbência, devido aos altos valores da Ação (R\$ 8,233 bilhões). Infelizmente, não tivemos parecer favorável do Ministério Público, ou seja o mesmo não reconheceu o interesse público, nesta Ação. Poderíamos continuar com a mesma, que passaria a ser uma Ação comum, mas, devido novamente aos riscos de sucumbência, suspendemos sua tramitação. Isto atrasou a cobrança das dívidas. Devido ao prazo de adequação, previsto na EC nº 20, que se encerrava no dia 15/12/2000, fizemos notificações judiciais à PETROBRÁS, PETROS e a SPC-Secretaria de Previdência Complementar, sobre todas as insuficiências atuariais, responsabilizando as direções do Fundo, da Empresa e o poder público pelo não equacionamento das dívidas e o não cumprimento do equilíbrio atuarial dentro do prazo previsto pela a EC nº 20. As direções da PETROBRÁS e da PETROS tentaram, dentro deste prazo, aprovar um plano para os novos empregados e assumir uma parte das insuficiências atuariais, a geração futura, alegando que essa era a única insuficiência do Plano PETROS, mesmo assim devido, devido ao fechamento, naquele momento, do atual Plano para os novos empregados. Essa tentativa foi abortada pelo então Ministro (Sinistro) da Previdência, Sr. Waldeck Ornellas e a "bonitinha mas ordinária" Secretária de Previdência Complementar, Sra. Solange Paiva. Estes entendiam que a paridade nas contribuições já era exigência contitucional desde 15/12/98, quando da edição da EC nº 20 e, portanto, a dívida da geração futura, R\$ 1,5 Bilhões, não poderia ser paga integralmente pelas patrocinadoras, mas dividida meio a meio com os participantes do Plano PETROS. Para resolver o problema da PETROBRÁS, das demais estatais, que ainda tinham planos da modalidade de benefício definido - BD, o Conselho de Gestão da Previdência Complementar, presidido pelo Ministro (Sinistro) Waldeck Ornellas se reuniu extraordinariamente, no dia 20/12/2000, e aprovou a Resolução CGPC nº 01/01. Esta Resolução, contrariando ?!?! a EC nº 20, permitia que a patrocinadora estatal aportasse recursos, sem a exigência da paridade contributiva, para viablizar a migração de participantes dos planos de BD para os planos da modalidade de contribuição definida - CD. Nesse sentido, no início do 2001, mais um golpe foi desferido contra os participantes de planos de BD, com a edição do fatídico Decreto presidencial 3721/01, que aumentaria progressivamente a idade mínima de aposentadoria na previdência complementar, dos atuais 55 anos para 65 anos, nos planos de BD, e 60 anos nos planos de CD.
24. Paralelo a estes acontecimentos, travava-se uma verdadeira batalha no Congresso Nacional na discussão dos Projetos de Lei Complementar, os PLP's 08/99, 09/99 e 10/99, que definiriam um novo arcabouço legal para todo Sistema de Previdência Complementar.

8º CONFUP

Naquele momento, já ficava evidente a necessidade de organizarmos todos os participantes de Fundos de Pensão. Apesar disso, as propostas iniciais do governo FHC, foram bastante modificadas, a tal ponto que, nos PLP's 08/99 e 10/99, chegou-se a um acordo na Câmara dos Deputados, entre os partidos da situação e da oposição ao governo. O PLP 08/99 tratava do ordenamento legal dos Fundos patrocinados por estatais e empresas públicas. Já o PLP 10/99 regulava todo o Sistema de Previdência Complementar, substituindo a Lei 6435/77. No PLP 09, no entanto, não houve possibilidade de acordo, por ser muito polêmico, pois o mesmo tratava da implementação da previdência complementar para o funcionalismo público. Após a sua aprovação na Câmara, o texto aprovado para os dois PLP's seria modificado no Senado Federal, rompendo o acordo que havia sido feito na Câmara. Contribuiu decisivamente para isso as pressões do mercado financeiro e da equipe econômica do governo FHC, Malan (Malão) e cia., que pressionaram os parlamentares a manter no texto dos PLP's, a tributação de Imposto de Renda, para os fundos fechados, durante a fase de acumulação das reservas, a portabilidade de recursos dos Fundos fechados, para os Fundos abertos e a imposição um modelo estatutário, para os fundos fechados patrocinados por estatais e empresas públicas, que garantisse o poder de decisão nas mãos dos representantes das patrocinadoras, através da adoção do voto de qualidade, desempate, para os presidentes dos Conselhos, sendo que no Conselho Deliberativo, o presidente será sempre um dos representantes das patrocinadoras, apesar de instituir a paridade na representação desses mesmos Conselhos.

25. Ainda no ano de 2000, com o final do mandato do nosso Conselheiro Curador Wilson Santarosa, foram realizadas novas eleições. O movimento sindical, através de um acordo realizado entre as suas diversas correntes, novamente elegeu um representante, o nosso companheiro Paulo César, também diretor da FUP, tendo como seu suplente, o companheiro Hugo Antônio Fagundes. Este acordo previa, também que, para a próxima eleição, no Conselho de Curadores, nossos candidatos seriam Sérgio Araújo, como titular e Carlos Cotia, como suplente. Posteriormente, seria proposta uma revisão nesse acordo, para adequá-lo a nova realidade estabelecida entre os participantes da PETROS, após a VITORIOSA campanha contra o processo de migração para o Plano de CD PETROBRÁS VIDA.
26. Em 29 de maio de 2001, são aprovadas as Leis Complementares - LC's nºs 108/01 e 109/01 revogando-se a Lei nº 6435/77. Encontra-se, em processo de discussão no Senado Federal, até presente data, o PLP 09/99, que trata da previdência complementar dos servidores públicos. A LC nº 109/01, revogou a Lei nº 6435/77 e definiu as regras gerais sobre previdência complementar no Brasil, tanto no âmbito das entidades fechadas como no das abertas. A LC nº 108/01 definiu as relações entre as patrocinadoras de empresas públicas, sociedades de economia mista e da administração direta e indireta e o próprio ente federado, e seus respectivos fundos de pensão. Estas leis definiram, também, o prazo de 01 ano, para que todos os Fundos adequassem seus respectivos Estatutos e Regulamentos de Planos as suas disposições, salvo se na regulamentação das mesmas, através de Decreto presidencial, fosse fixado outro prazo. Neste momento, o governo FHC concluiu praticamente todas as mudanças necessárias para fossem atingidos os seguintes objetivos:
 - a) Incentivar os Fundos de Pensão Abertos em detrimento dos Fundos Fechados;
 - b) Estimular a instituição de Planos CD, dificultando a manutenção dos Planos BD;
 - c) Incentivar a migração dos Planos BD para os Planos CD;
 - d) Reduzir custos previdenciários para as empresas, principalmente as Estatais;
 - e) Aumentar a lucratividade do Sistema Financeiro e ampliar o seu mercado;
 - f) Retirar e reduzir ao máximo os riscos atuariais para o Tesouro Nacional;
 - g) Garantir o controle sobre os recursos dos Fundos patrocinados pelas Estatais.
27. Devido a todas estas mudanças e as medidas que se seguiram, prejudicando ainda mais os participantes e de uma maneira tão dramática, nunca antes vista, este último período é

8º CONFUP

marcado pelas primeiras reações de revolta generalizada, rompendo com o espírito de passividade que marcou a trajetória de 23 anos de existência de previdência complementar no Brasil. E nem poderia ser de outra maneira, pois é a primeira vez que sentem, profundamente, a perda da tranquilidade que os antigos planos previdenciários do tipo Benefício Definido, patrocinado por Estatais, conseguiam garantir.

A luta vitoriosa contra o Plano PETROBRÁS VIDA - PPV **Como mais uma vez Golias substituiu Davi**

28. Coincidindo com a aprovação da EC nº 20, das LC's 108/01 e 109/01, da Resolução CGPC 01/01, da edição do Decreto 3721/01 e do veto da SPC ao um Plano somente para os empregados novos, as direções da Petrobrás e da Petros, idealizaram um plano de contribuição definida – CD, denominado Plano PETROBRÁS VIDA – PPV, que previa a migração dos participantes do Plano PETROS - PP de benefício definido - BD para o PPV. Para alcançar seu intento arquitetaram uma campanha milionária de convencimento junto a todos os participantes, ativos aposentados e pensionistas.
29. A partir de maio e até o final do ano, as direções da PETROBRÁS e da PETROS, usaram de todas as maneiras, recursos, subterfúgios e ameaças para induzir os participantes a migrarem para o PPV, inclusive oferecendo uma “propina oficial”, o chamado incentivo à migração, aos aposentados e pensionistas que aderissem ao novo Plano.
30. Para fazer frente a essa Campanha “avassaladora”, segundo as próprias palavras do presidente do Conselho de Curadores da PETROS e também

8º CONFUP

Gerente de Recursos Humanos da PETROBRÁS, Sr. José Lima de Andrade Neto, conseguimos uma façanha: a união do movimento sindical petroleiro com várias Associações e Sindicatos que representam também os participantes da PETROS, algo que nunca havia acontecido anteriormente AEPET, AMBEP e suas delegacias, ASTAPE-BA e as Associações de Aposentados sob sua coordenação, FETRAMICO/SITRAMICO – Federação e Sindicatos representantes dos trabalhadores da BR Distribuidora, Federação/SINDMAR – Federação, Sindicato Nacional dos Oficiais de Náutica da Marinha Mercante e outros Sindicatos de Marítimos, representando os trabalhadores lotados na TRANSPETRO/FRONAPE e ainda o Sindicato dos Securitários que representava os empregados da PETROS. Todas estas entidades formaram em maio de 2001 o CDPP – Comitê em Defesa dos Participantes da Petros.

31. Durante o período de intensas discussões e mobilizações da categoria contra o PPV, infelizmente algumas entidades se retiraram do CDPP, por conta das pressões exercidas pelas direções da PETROS, inclusive financeiras. A AMBEP, por exemplo, que mantinha relações comerciais com a nossa Fundação, vendendo passagens aéreas, pacotes turísticos e ainda seguros através das suas empresas, a AMBEP Tur e AMBEP Seguros, retirou -se do CDPP devido a estas ameaças que, poderiam acabar se concretizando, e acabariam, portanto afetando estas mesmas relações. A sua saída do Comitê levou, no entanto, a profunda divergência entre seus associados, tanto que, alguns companheiros dessa entidade formaram uma nova associação, a APAPE - Associação dos Participantes da PETROS, para combater as posições da direção da AMBEP, principalmente do seu Presidente, Sr, Ramiro Tostes. Outra entidade que logo foi cooptada pela direção da PETROS foi a ASTAPE-BA. Aqui também houve divergências, pois a ASTAPE-BA, era a entidade que coordenava as demais Associações de Aposentados da PETROBRÁS. Com a sua postura a favor do PPV, várias Associações não mais se deixaram ser representados por ela. Este momento foi importante, pois a ASTAPE-BA, vinha desenvolvendo uma política sistemática de divisão entre os ativos e os aposentados/pensionistas, atacando a FUP e os seus Sindicatos filiados, principalmente na Bahia, levando a divisão da segunda maior base de aposentados/pensionistas do Brasil. Apesar desses problemas e de todo o poderio econômico da PETROBRÁS e da PETROS para contratar as melhores assessorias, para pagar a mais cara campanha de propaganda, para aliciar alguns pseudo - líderes e para tentar comprar a consciência dos participantes desinformados, apesar, ainda, de ter ao seu dispor, todo a aparato do poder público, apesar disso tudo, as Direções da PETROBRÁS e da PETROS tiveram, talvez, a maior e mais cara derrota de sua história. Substimaram a capacidade de luta, resistência e principalmente de organização dos seus trabalhadores, sejam ativos ou aposentados/pensionistas. Deu no que deu: O plano PETROBRÁS VIDA - PPV, até o momento, não existe e a migração se configurou num tremendo fiasco.
32. Além das sucessivas derrotas na área jurídica, alguns números expressam claramente o tamanho dessa derrota no campo político:
- a) Nas três maiores bases de aposentados e pensionistas, que representam 75% do total desse contingente, que é de aproximadamente 45.000 ex - trabalhadores da PETROBRÁS e sua(eu)s respectiva(o)s pensionistas, os resultados foram os seguintes:
- Rio de Janeiro – Dos 15.000 aposentados/pensionistas, 50% não migraram;
São Paulo – Dos 7.800 aposentados/pensionistas, mais de 60% não migraram;
Bahia – Dos 13.000 aposentados/pensionistas, 30% não migraram, apesar de todo apoio da direção da ASTAPE-BA à campanha de migração.
- b) Entre os aposentados/pensionistas sindicalizados, num total de 19.000, 80% não migraram;
- c) Dos mais de 32.000 aposentados e pensionistas que migraram, pouco mais 10% são sindicalizados;

8º CONFUP

- d) Em torno de 90% dos aposentados e pensionistas que migraram, só receberam informativos da PETROS;
- e) Entre os aposentados e pensionistas que migraram, não quantificamos esse número, muitos estão arrependidos e não aderiram em massa ao processo de desmigração, devido à impossibilidade de devolução do incentivo de migração recebido;
- f) Dos 35.000 trabalhadores da PETROBRÁS, 90% não migraram;
- g) Dos 3.500 trabalhadores que migraram, praticamente todos são diretores, gerentes ou exercem algum cargo de confiança;
- h) Mais de 50% do contingente de trabalhadores que exerce função gerencial na PETROBRÁS, não migrou.

33. Não poderíamos deixar de registrar novamente que, no campo político, o fato que, provavelmente, mais contribuiu para a vitória dos participantes da PETROS, até o momento, foi a formação do Comitê em Defesa dos Participantes da PETROS - CDPP. O CDPP conseguiu unir as mais diversas entidades, que representam os participantes da PETROS, conseguindo superar divergências históricas e ultrapassando os limites da organização cutista e também da corporação dos trabalhadores da PETROBRÁS. Respeitando a independência e autonomia de cada Entidade, o CDPP encaminhou a luta e a resistência contra o PPV e a campanha de migração, tirando todas as suas resoluções por consenso, em, muitas vezes, exaustivas reuniões. Infelizmente a miopia, o medo da perda de espaço político e o sectarismo, fizeram com que algumas lideranças do movimento sindical cutista combatessem o CDPP ou tentassem esvaziá-lo. Não lograram êxito e o CDPP, ao contrário do desejo de alguns, vai se consolidando como o legítimo espaço de debate e organização de todos os participantes da PETROS. Com a formação do CDPP, entre os vários ganhos políticos que alcançamos, destacá-los resumidamente:

- a) Aproximou entidades que disputavam a mesma base social (Sindicatos X Associações de Aposentados);
- b) Isolou a ASTAPE-BA, comprometendo a sua liderança perante as demais Associações de Aposentados;
- c) Dividiu politicamente a AMBEP, levando ao surgimento de uma oposição, com novas lideranças entre os seus Associados, que constituíram uma entidade paralela, a APAPE- Associação dos Participantes da PETROS;
- d) Tornou explícita a relação promíscua e subserviente, existente entre as direções da AMBEP e da ASTAPE-BA, com a direção da PETROS;
- e) Demonstrou o comportamento vacilante e hesitante de outras Associações de Aposentados como a ASPECE-CE, a SONTAPE-RJ, a ASTAP-MG e a ASPENE-AL;
- f) Aproximou Sindicatos cutistas de outros não filiados a nossa Central (Sindicatos dos Marítimos, Sintramico);
- g) Aproximou Sindicatos cutistas do ramo químico (Sindiquímica Caxias);
- h) Aproximou a AEPET e a FUP, levando a grande maioria dos trabalhadores da ativa, inclusive os de nível superior, a não migrarem, isolando os gerentes e os diretores que tentaram convencê-los à migrarem;
- i) Possibilitou a formação, até o momento, de uma chapa única para a disputa das próximas eleições na PETROS, independentemente do número de vagas em disputa;
- j) Unificou os participantes em mais um embate com as direções da PETROS e da PETROBRÁS - Aprovação do novo Estatuto da PETROS e o processo eleitoral para a escolha dos seus representantes nos Conselhos Deliberativo e Fiscal.

34. Apesar do balanço altamente positivo da nossa campanha contra migração para o PPV, temos que reconhecer que existem, ainda, vários os problemas para serem resolvidos no plano Petros - PP:

8º CONFUP

- empregados que aderiram ao PP entre 23/01/78 e 29/11/79 (limite de idade);
- empregados que aderiram ao PP após 29/11/79 (limite de idade);
- empregados que aderiram ao PP após 1982 (limite de teto);
- cálculo adotado para definir o valor do benefício mínimo;
- cálculo adotado para definir o valor da reserva de poupança;
- cálculo adotado para definir o valor das pensões;
- tributação da devolução da reserva de poupança;
- tributação dos benefícios pagos;
- tributação do fundo na fase de acumulação das suas reservas;
- correção dos benefícios se a variação do INPC superar os reajustes salariais;
- correção dos benefícios pagos aos pré-existentes;
- inclusão dos retardatários no PP devido aos ACT's 85/86 e 86/87;
- inclusão dos retardatários no PP devido à inscrição tardia.

35. Além disso temos outros desafios, dos quais destacáremos:

- participantes do PP, das patrocinadoras privatizadas e extintas;
- novos empregados da PETROBRÁS;
- atuais e futuros empregados da Transpetro e de outras subsidiárias;
- atuais e futuros empregados das outras patrocinadoras da PETROS;
- atuais e futuros empregados de outras empresas do setor petróleo

36. Podemos e devemos implementar de imediato uma série de ações judiciais para solucionar estes problemas e enfrentar os desafios que se apresentam, mas o caminho mais curto, é, com certeza, o Controle da Gestão dos Fundos de Pensão pelos trabalhadores. Portanto, as eleições na PETROS e as mudanças estatutárias devem ser nossas prioridades absolutas neste momento, sem contudo abirmos mão dos nossos objetivos estratégicos, que é o Estatuto que queremos e a campanha permanente para que possamos, num futuro próximo conquistá-lo. Também não podemos nos discuidar do embate jurídico, que ainda teremos, com o PPV, que ainda não está concluído, mas independentemente desta disputa devemos efetivamente discutir, com os trabalhadores, qual é realmente o modelo de Plano mais adequado para a sua realidade, sem nunca abrir mão do princípio previdenciário, que sempre deverá estar presente norteando estas discussões.

37. É portanto, nesse quadro, que dirigentes eleitos de vários fundos de pensão, sindicalistas e militantes nesta área, respaldados em suas entidades sindicais e com ajuda de parlamentares identificados com esta causa, buscando romper seus isolamentos, estimularam a criação de uma organização autônoma dos participantes, dando origem à ANAPAR - Associação Nacional dos Participante de Fundos de Pensão. No nosso caso específico, a FUP e alguns sindicatos de petroleiros, a destacar os do estado de São Paulo, Paraná/Santa Catarina, Rio Grande do Sul e dos químicos e petroleiros da Bahia, foram e estão sendo fundamentais para o nascimento e fortalecimento desta entidade.

A ANAPAR e a FUP/Sindicatos: Vitórias e novos desafios

39. No dia 26 de maio de 2001 foi criada, em Belo Horizonte, a Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão, a ANAPAR. A fundação da entidade foi decidida no II Congresso Nacional de Participantes de Fundos de Pensão, que reuniu 820 associados de 110 fundos de pensão diferentes, oriundos de 23 Estados da Federação. Sindicalistas, dirigentes de entidades representativas e de associações de aposentados, participantes de fundos de pensão, das mais variadas correntes de pensamento decidiram somar esforços em defesa dos interesses dos associados de entidades de previdência complementar.

40. Apesar de nascer tardiamente, três décadas após a criação do sistema de previdência complementar no Brasil, a ANAPAR já acumula grandes demandas por serem encaminhadas.e algumas vitórias, apesar de sua curta existência. Entre elas destacamos a mais importante que, sem dúvida alguma, foi a extinção do limite de idade na previdência

8º CONFUP

complementar. Contribuíram decisivamente para esta vitória, as inúmeras liminares, conseguidas por diversas entidades, contra o famigerado Decreto presidencial 3.721/01, entre elas, a da FUP que, sendo a primeira, abriu caminho para todas as demais. No entanto a atuação política da ANAPAR, coordenando, orientando, conduzindo e unificando toda a luta dos participantes, foi decisiva, pois, mesmo com as liminares, ainda havia riscos das mesmas serem cassadas e mesmo que, no julgamento do mérito, obtivéssemos vitória, ainda teríamos em vigor o anterior, e não menos ilegal, Decreto presidencial 81.240/78, que impôs o limite de idade de 55 anos, a partir de 23/01/78. Portanto com a edição do Decreto 4206/02, foram revogados todos os decretos que impunham limite de idade. Na realidade, nunca houve limites de idade na legislação da previdência complementar, o que sempre houve foram Decretos presidenciais, que impunham estas exigências, e portanto ilegais, pois um Decreto presidencial não pode criar uma lei, apenas regulamentar uma já existente. Além disso, estes Decretos também atacavam os Contratos de adesão firmados entre os participantes e o seu Fundo. Apesar de todas estas ilegalidades, os participantes não conseguiam derrubar estes Decretos, seja por falta de organização, seja pelo uso incorreto da melhor alternativa jurídica. A partir da criação da ANAPAR, no entanto, esta situação mudou. Após a aprovação da LC 109/01 que revogou a 6435/01, entendíamos que estes decretos estavam automaticamente revogados. No entanto os dirigentes dos diversos Fundos continuavam mantendo a exigência da idade mínima para a aposentadoria, alegando que os referidos Decretos ainda não haviam sido expressamente revogados. Depois de inúmeras pressões políticas e gestões da ANAPAR, junto a SPC ao Ministério da Previdência, ao Congresso Nacional e com o apoio de diversos parlamentares e entidades de participantes, finalmente esta novela trágica chega ao fim com a regulamentação da LC 109/01, através do já citado Decreto 4206/02 que, expressamente, revogou inúmeros Decretos, entre eles os famigerados 81.240/78 e o 3.721/01.

41. Apesar desta grande vitória novos desafios estão postos e terão que ser enfrentados. A previdência complementar brasileira foi criada pela necessidade do trabalhador em adicionar, à sua minguada aposentadoria, uma complementação que garantisse na velhice, a manutenções dos rendimentos que auferia enquanto em atividade.
42. Durante muitos anos os associados e suas entidades não encaravam os fundos de pensão como um patrimônio do trabalhador e, por consequência, como uma fonte de poder a ser utilizada em favor das categorias.
43. Somente na década de 80 as entidades passaram a exigir que representantes eleitos pelos trabalhadores participassem da gestão dos fundos. A resistência das patrocinadoras sempre foi muito grande, e ainda hoje os fundos com gestão democratizada constituem a exceção. Via de regra, a participação de associados eleitos acontece nos conselhos deliberativo, fiscal e curadores, e em contingente minoritário em relação aos indicados pela patrocinadora. É uma raridade, nos 360 fundos de pensão brasileiros, os associados elegerem diretores executivos. O aumento do contingente de conselheiros e diretores eleitos, a importância que passou a ter na pauta das entidades de classe a questão da previdência complementar, o debate da Re foi alguns dos fatores que levaram à criação de uma entidade nacional de defesa dos participantes. A necessidade de uma articulação entre dirigentes eleitos, participantes e entidades representativas apontaram para a criação da ANAPAR.

Somente na década de 80 as entidades passaram a exigir que representantes eleitos pelos trabalhadores participassem da gestão dos fundos. A resistência das patrocinadoras sempre foi muito grande, e ainda hoje os fundos com gestão democratizada constituem a exceção. Via de regra, a participação de associados eleitos acontece nos conselhos deliberativo, fiscal e curadores, e em contingente minoritário em relação aos indicados pela patrocinadora. É uma raridade, nos 360 fundos de pensão brasileiros, os associados elegerem diretores executivos.

44. *Órgãos Diretivos da ANAPAR e os Petroleiros*

8º CONFUP

45. O aumento do contingente de conselheiros e diretores eleitos, a importância que passou a ter na pauta das entidades de classe a questão da previdência complementar, o debate da Reforma da Previdência e as recentes alterações na legislação da previdência complementar foi alguns dos fatores que levaram à criação de uma entidade nacional de defesa dos participantes. A necessidade de uma articulação entre dirigentes eleitos, participantes e entidades representativas apontaram para a criação da ANAPAR.

Órgãos Diretivos da ANAPAR e os Petroleiros

46. 45. A ANAPAR nasceu com a participação de associados de fundos fechados e de entidades de previdência e assistência do servidor público. É composta de uma Diretoria Executiva de 13 membros e mais 24 Diretores Regionais, formando um Conselho Deliberativo de 34 pessoas, sendo que existe a suplência na diretoria regional assim como no Conselho Fiscal que é composto de três membros.

46. Nós petroleiros, temos um total de 10 representantes entre as diretorias Executiva, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal. Os sindicatos dos petroleiros e petroquímicos são, uma peça, de fundamental importância para a divulgação e fomento de discussão das políticas para a previdência complementar, e também como um veículo de novas adesões à ANAPAR, reforçando desta maneira a instituição. Também é bom lembrar que, no próximo ano, haverá eleições para a diretoria da ANAPAR. Só poderá participar quem for sócio, e o critério de participação do Congresso será de acordo com número de associados em cada Estado ou Regional. Com base neste número e numa proporção previamente determinada, é que será definido o número de delegados com direito a voto que cada Estado ou Regional terá. Portanto se nós petroleiros acreditamos nesta nova estrutura, teremos que traduzi-la em filiações.

Nova Perspectiva Política para os Sindicatos

47. Os desafios para interferir nos processos de comando desses recursos, não são simples. Afinal de contas seus atuais controladores são os que concentram o poder – empresas, bancos e seguradoras. Além disso, os aparatos legais que sustentam as atuais formas de controle estão fundamentados em processos de denominação e legitimação que remontam dezenas de anos.

48. Nesta questão, há a necessidade que os sindicatos venham a ter uma nova postura política, uma nova forma de conceber a ação sindical. Tradicionalmente, a ação sindical restringe-se a reivindicações de: salário, jornada e condições de trabalho e saúde.

49. Em relação aos Fundos de Pensão, o movimento sindical passa a ter uma nova natureza na disputa capital/trabalho. Primordialmente, o processo de acumulação do capital se dá através da exploração do trabalho assalariado.

50. É nessa peculiaridade – capacidade de financiar o próprio capital – que se fundamenta um novo tipo de ação sindical no que se refere aos Fundos de Pensão, agregando aos tradicionais instrumentos de luta sindical uma nova forma de pressão política. 51. Como a propriedade dos recursos previdenciários, por ser primordialmente do trabalhador, bem como os frutos do rendimento para garantia do seu futuro, as patrocinadoras deveriam conceder às entidades representativas a condição moral plena e a legitimidade política suficientes, para interferirem em seus processos de controle e principalmente o de aplicações. Ademais, seria insensato imaginar que representantes de interesses alheios aos dos trabalhadores possam ser mais confiáveis que os seus próprios.

8º CONFUP

51. Essa realidade, coloca para os sindicatos uma nova responsabilidade: a elaboração de um Código de Ética dos Investimentos dos Fundos de Pensão, que venha a atender aos interesses e princípios da classe trabalhadora.

52. Os elementos básicos para este código devem ser:

- a) Ser a mola propulsora para o desenvolvimento econômico e social do país;
- b) Contribuir na geração de emprego e renda;
- c) Eliminar das diretrizes de investimentos o aspecto “predador”, típico da maioria dos investimentos capitalistas;
- d) Rejeitar todas as formas de relacionamento financeiro com empresas que utilizam o trabalho infantil ou o trabalho escravo e que não cumprem suas obrigações com seus trabalhadores, com o Estado e a com sociedade em geral;
- e) Desestimular investimentos em empresas que notoriamente produzem mercadorias prejudiciais à saúde das pessoas;
- f) Valorizar e incentivar as empresas que respeitem seus trabalhadores no tocante à distribuição justa dos salários entre seus membros, às condições decentes de trabalho, à justa jornada de trabalho, ao cumprimento de acordos coletivos de trabalho e que mantenham uma relação ética com as Entidades Sindicais, reconhecendo o seu direito de livre organização e o seu papel como legítimos representantes dos participantes;
- g) Valorizar as empresas que respeitem e preservam o meio ambiente;
- h) Priorizar, respeitando os imperativos do Fundo – liquidez, segurança e rentabilidade – os investimentos de longo prazo, optando, quando for possível, pelos de curto prazo, desgarrando-se das áreas de especulação financeira;
- i) Incentivar, junto a outros instrumentos de poupança coletiva existentes na sociedade, a aplicação desses mesmos princípios.

53. Ao se cuidar da ética dos investimentos, não se pode esquecer dos aspectos relativos à moralidade administrativa na gestão dos Fundos de Pensão. Em quase todos os países a história é pródiga em revelar as mais variadas formas de utilização indevida de seus recursos, em prejuízo aos trabalhadores. Atos de manipulação, roubo, gestão temerária, aplicações prejudicando os participantes, entre outros, têm sido a tônica de muitos fundos. Assim, é fundamental que haja um código de ética para investimentos, assim como também existam regras e preceitos para a conduta administrativa, para que se tenha o absoluto controle e fiscalização, não só por parte dos órgãos do governo, mas, principalmente, pelos dos trabalhadores.

54. Finalmente, cabe uma observação a ser dirigida aos críticos da intervenção sindical nos Fundos de Pensão, principalmente àqueles que não crêem nas considerações acima descritas, vendo-as como ilusões de um sindicalismo utópico. Atentem para esta fundamental questão: os bilhões de reais, produto do esforço previdenciário de trabalhadores, desenvolvido ao longo de várias décadas, que estão a girar no mercado financeiro atualmente, estão mais próximos da categoria de predadores de mercado do que dos alavancadores do progresso social. Cabe então, ao movimento sindical, um tremendo esforço para mudar os rumos desta política, assim como, formar trabalhadores para poderem atuar na fiscalização e na gestão dos Fundos de Pensão.

ELEIÇÕES NA PETROS

55. Congresso aprova uma chapa única do Comitê em Defesa dos Participantes da Petros para disputar as eleições para os conselhos Deliberativo e Fiscal.

56. Os seguintes nomes foram aprovados para disputar as eleições na Petros: **Paulo César Martin (FUP), Hugo Fagundes (base do RJ), Newton Carneiro (Sindipetro-Santos), Carlos Cotia (Sindipetro-Mauá), Antônio Rivas (base da Bahia),**

8º CONFUP

Fernando Siqueira (AEPET), Gilbert Prates (AEPET), Paulo Brandão (APAPE), Rodolfo Hunh (APAPE).

Eleições Gerais

O Grande confronto que ocorre em 2002

1. Nas eleições de 2002 estarão em cena duas visões diferenciadas no processo político. A concepção neoliberal e sua continuidade, representada pela candidatura de Jose Serra e também, com matizes diferenciados, pelas candidaturas de Garotinho e Ciro Gomes. Apesar das diferenças, de estilo e de enfoque, qualquer uma dessas três candidaturas deveria dar prosseguimento ao projeto de FHC, cuja essência consiste na redução máxima de intervenção do estado na economia (estado mínimo), abertura do país para o investimento estrangeiro, com liberdade para o fluxo de capitais, honrar os compromissos com a dívida externa e viabilizar a implantação da Alca.
2. A candidatura de LULA para presidente da República é, hoje, o grande polo aglutinador de uma concepção democrática e popular, voltada para a construção de uma sociedade e não predatória, para o desenvolvimento interno, com propostas e ações para geração de emprego e renda, implementação de políticas públicas e sociais, medidas para por fim a exclusão social e de integração econômica, combate racial a miséria e a fome, realização de reforma agrária e política agrícola, apoio a micro, pequena e média indústria, defesa intransigente da soberania nacional, inserção internacional com independência e maior integração com os países da América Latina, fortalecendo o Mercosul.
3. A classe dominante nacional e os grandes interesses econômicos e financeiros internacionais, sobretudo aqueles ligados ao capital especulativo são contrários a qualquer experiência que fuja da cartilha do modelo neoliberal. Portanto, a candidatura LULA é e será ainda mais, a medida que o pleito se aproxima, alvo cerrado de ataque das classes dominantes. A onda de terrorismo econômico que ocorre em junho é um exemplo claro disso. Em depoimento o megaespeculador, George Soros, mandou um recado. O Brasil está condenado a eleger Serra ou mergulhar no caos, acrescentando. No capitalismo global, só votam os americanos, os brasileiros não votam.
4. Além de pressões internacionais, a candidatura LULA será também alvo de pressões locais. Embora, nos últimos anos, tenham ocorrido mudanças no perfil da classe dominante brasileira, com a entrada em cena de novos e reduzidos atores, a perversidade continua intacta. E essa classe dominante irá lutar, com unhas e dentes, para manter a situação política e econômica inalterável, contentando-se em pegar as migalhas que sobram do capitalismo internacional.
5. Vale lembrar que no Brasil os 10% mais ricos detêm quase 50% da renda nacional, enquanto os 50% mais pobres se apropriam de pouco mais de 10% dessa renda. Os 10% mais ricos possuem 28 vezes a renda total obtida pelos 40% mais pobres.
6. Para manter essa situação, a elite brasileira sabe e saberá superar todas as suas eventuais diferenças políticas e magoas pessoais, agrupando-se em torno de projetos políticos que não mexam nesse regime de injustiça social e utilizando-se para isso de todos os expedientes que tem em mãos.
7. O clima de terror econômico é só uma amostra. Apoiada pelos grandes meios de comunicação, procurará semear o pavor na classe média, hoje descontentes com os rumos econômicos e cada vez mais empobrecida, mas sempre temerosa com as instabilidades futuras e também se voltará sobre os setores populares, principalmente para aqueles segmentos com pouca ou nenhuma organização, portanto mais suscetíveis a esse tipo de pressão.
8. A continuação do projeto neoliberal significa também a continuidade de ataques ao movimento sindical e aos sindicatos, com o objetivo de nefracar os trabalhadores,

8º CONFUP

deixando o caminho livre para a retirada de direitos e conquistas sociais (flexibilização), ampliação da política de precarização do trabalho, com mais terceirizações, estabelecimento do trabalho temporário, abuso de horas extras não pagas, através de artifícios como o banco de horas e o recrudescimento das pressões no ambiente de trabalho, exigindo-se sempre mais produção aumento das multifunções, terror psicológico, assédio moral, etc.

O 8º CONFUP REFERENDA

AS RESOLUÇÕES DA 2ª PLENÁRIA DA CNQ - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO RAMO QUÍMICO

PARA CONTRIBUIÇÃO AO GOVERNO LULA

1. No momento, trata-se de discutir um projeto de desenvolvimento para o país e definir qual o papel da classe trabalhadora em sua consecução. No mínimo, integrado pelas seguintes bandeiras:
 - a) Suspensão dos acordos\tratados que colocam em risco a soberania nacional;
 - b) Por um programa que livre o Brasil da sangria da dívida externa;
 - c) Suspensão do Programa Nacional de Desestatização – PND, e estudo sobre a reestatização das empresas estratégicas para o país;
 - d) Reforma tributária baseada no critério da progressividade;
 - e) Não à ALCA;
 - f) Desenvolvimento do sistema estatal de comunicação, pesquisa, educação, saúde e setor farmacêutico;
 - g) Reposição das perdas salariais, pagamento dos débitos trabalhistas e elevação geral dos salários;
 - h) Efetivação da plena liberdade e autonomia sindical, livre direito de organização e mobilização, garantia de mecanismo que possibilite a organização no local de trabalho, adoção de legislação internacional de sustento, como as convenções da OIT, principalmente por demissões imotivada;
 - i) Melhoria e criação de políticas de ganhos indiretos, como educação de qualidade em todos os níveis, saúde, etc,
 - j) Adoção de Acordo Coletivo Nacional por Ramo, com mecanismo de contratação coletiva, principalmente combater as polivalências e os desvios de funções;
 - k) Políticas que combatam a remuneração variável e o direito de salários iguais e benefícios para as mulheres e minorias;
 - l) Mecanismos que impeçam a guerra fiscal entre estados e municípios;
 - m) Melhorar, aprimorar e garantir a participação dos trabalhadores nos órgãos de fiscalização e controle das condições de trabalho, saúde e meio ambiente;
 - n) A defesa de plebiscitos como ampla forma democrática de consulta para temas centrais à população brasileira;

8º CONFUP

- o) Um projeto de desenvolvimento de caráter democrático popular e soberano, que respeite o meio ambiente, a qualidade de vida e a diversidade regional, cultural e social do nosso povo, criando canais para a participação dos trabalhadores nas decisões;
 - p) Redução da jornada de trabalho;
 - q) Reforma agrária;
 - r) Reintegração ao trabalho de todos(as) os (as) trabalhadores(as) demitidos(as) por participação em movimentos políticos\reivindicatórios;
 - s) Criação de empregos;
 - t) No combate à globalização capitalista;
 - u) Na defesa da Amazônia;
 - v) Pela democratização dos processos de construção do MERCOSUL;
 - w) Na defesa de um Estado Palestino soberano;
 - x) Saída imediata dos norte-americanos da Colômbia e da Base de Alcântara no Maranhão;
 - y) A unificação das lutas dos trabalhadores a nível internacional, entre outros;
 - z) Democratização dos meios de comunicação.
- aa) Portanto, o campo democrático e popular deve disputar o governo como meio para a luta pela conquista do poder na perspectiva da construção de uma sociedade socialista e não como objetivo final de luta dos\das trabalhadores\trabalhadoras.
2. E mais, é necessário ficar claro para os movimentos sociais que lhes é imperativo fazer campanha para Lula como alternativa viável para se mudar a política do país. Mas a eleição de Lula por si não resolverá os problemas sociais do país. É necessário que as organizações populares e sindicais, uma vez Lula eleito, mantenham sua atenção autônoma ao governo e independente do estado. E os quadros do movimento popular\sindical que vierem a assumir cargos no governo devem estar preparados para os conflitos que continuarão a ocorrer.
 3. Levando em conta a proposta acima, **DECIDIMOS APOIAR A CANDIDATURA LULA** assim como nos empenhar para eleger-lo e garantir o programa nas fábricas, ruas, praças e onde trabalhadores forem chamados à luta .
 4. Por fim, é importante que os movimentos mantenham a sua organização e radicalização para garantirmos a implementação do programa democrático e popular.
 5. Os delegados presentes ao 8ºCONFUP REFERENDAM o documento intitulado “**Carta ao povo brasileiro**” do Partido dos Trabalhadores, assinado pelo candidato à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva:

Carta ao povo brasileiro

1. Brasil quer mudar. Mudar para crescer, incluir, pacificar. Mudar para conquistar o desenvolvimento econômico que hoje não temos e a justiça social que tanto almejamos. Há em nosso país uma poderosa vontade popular de encerrar o atual ciclo econômico e político.
2. Se em algum momento, ao longo dos anos 90, o atual modelo conseguiu despertar esperanças de progresso econômico e social, hoje a decepção com os seus resultados é enorme. Oito anos depois, o povo brasileiro faz o balanço e verifica que as promessas fundamentais foram descumpridas e as esperanças frustradas.

8º CONFUP

3. Nosso povo constata com pesar e indignação que a economia não cresceu e está muito mais vulnerável, a soberania do país ficou em grande parte comprometida, a corrupção continua alta e, principalmente, a crise social e a insegurança tornaram-se assustadoras.
4. O sentimento predominante em todas as classes e em todas as regiões é o de que o atual modelo esgotou-se. Por isso, o país não pode insistir nesse caminho, sob pena de ficar numa estagnação crônica ou até mesmo de sofrer, mais cedo ou mais tarde, um colapso econômico, social e moral.
5. O mais importante, no entanto, é que essa percepção aguda do fracasso do atual modelo não está conduzindo ao desânimo, ao negativismo, nem ao protesto destrutivo. Ao contrário: apesar de todo o sofrimento injusto e desnecessário que é obrigada a suportar, a população está esperançosa, acredita nas possibilidades do país, mostra-se disposta a apoiar e a sustentar um projeto nacional alternativo, que faça o Brasil voltar a crescer, a gerar empregos, a reduzir a criminalidade, a resgatar nossa presença soberana e respeitada no mundo.
6. A sociedade está convencida de que o Brasil continua vulnerável e de que a verdadeira estabilidade precisa ser construída por meio de corajosas e cuidadosas mudanças que os responsáveis pelo atual modelo não querem absolutamente fazer. A nítida preferência popular pelos candidatos de oposição que tem esse conteúdo de superação do impasse histórico nacional em que caímos, de correção dos rumos do país.
7. A crescente adesão à nossa candidatura assume cada vez mais o caráter de um movimento em defesa do Brasil, de nossos direitos e anseios fundamentais enquanto nação independente. Lideranças populares, intelectuais, artistas e religiosos dos mais variados matizes ideológicos declaram espontaneamente seu apoio a um projeto de mudança do Brasil. Prefeitos e parlamentares de partidos não coligados com o PT anunciam seu apoio. Parcelas significativas do empresariado vêm somar-se ao nosso projeto. Trata-se de uma vasta coalizão, em muitos aspectos suprapartidária, que busca abrir novos horizontes para o país. O povo brasileiro quer mudar para valer. Recusa qualquer forma de continuísmo, seja ele assumido ou mascarado. Quer trilhar o caminho da redução de nossa vulnerabilidade externa pelo esforço conjugado de exportar mais e de criar um amplo mercado interno de consumo de massas. Quer abrir o caminho de combinar o incremento da atividade econômica com políticas sociais consistentes e criativas. O caminho das reformas estruturais que de fato democratizem e modernizem o país, tornando-o mais justo, eficiente e, ao mesmo tempo, mais competitivo no mercado internacional. O caminho da reforma tributária, que desonere a produção. Da reforma agrária que assegure a paz no campo. Da redução de nossas carências energéticas e de nosso déficit habitacional. Da reforma previdenciária, da reforma trabalhista e de programas prioritários contra a fome e a insegurança pública.
8. PT e seus parceiros têm plena consciência de que a superação do atual modelo, reclamada enfaticamente pela sociedade, não se fará num passe de mágica, de um dia par ao outro. Não há milagres na vida de um povo e de um país.
9. Será necessária uma lúcida e criteriosa transição entre o que temos hoje e aquilo que a sociedade reivindica. O que se desfez ou se deixou de fazer em oito anos não será compensado em oito dias. O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve

8º CONFUP

conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade.

10. Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação.
11. À parte manobras puramente especulativas, que sem dúvida existem, o que há é uma forte preocupação do mercado financeiro com o mau desempenho da economia e com sua fragilidade atual, gerando temores relativos à capacidade de o país administrar sua dívida interna e externa. É o enorme endividamento público acumulado no governo Fernando Henrique Cardoso que preocupa os investidores. Trata-se de uma crise de confiança na situação econômica do país, cuja responsabilidade primeira é do atual governo. Por mais que o governo insista, o nervosismo dos mercados e a especulação dos últimos dias não nascem das eleições.
12. Nascem, sim, das graves vulnerabilidades estruturais da economia apresentadas pelo governo, de modo totalitário, como o único caminho possível para o Brasil. Na verdade, há diversos países estáveis e competitivos no mundo que adotaram outras alternativas.
13. Não importa a quem a crise beneficia ou prejudica eleitoralmente, pois ela prejudica o Brasil. O que importa é que ela precisa ser evitada, pois causará sofrimento irreparável para a maioria da população. Para evitá-la, é preciso compreender que a margem de manobra da política econômica no curto prazo é pequena.
14. Banco Central acumulou um conjunto de equívocos que trouxeram perdas às aplicações financeiras de inúmeras famílias. Investidores não especulativos, que precisam de horizontes claros, ficaram intranquilos. E os especuladores saíram à luz do dia, para pescar em águas turvas.
15. Que segurança o governo tem oferecido à sociedade brasileira? Tentou aproveitar-se da crise para ganhar alguns votos e, mais uma vez, desqualificar as oposições, num momento em que é necessário tranquilidade e compromisso com o Brasil.
16. Como todos os brasileiros, quero a verdade completa. Acredito que o atual governo colocou o país novamente em um impasse. Lembrem-se todos: em 1998, o governo, para não admitir o fracasso do seu populismo cambial, escondeu uma informação decisiva. A de que o real estava artificialmente valorizado e de que o país estava sujeito a um ataque especulativo de proporções inéditas. Estamos de novo atravessando um cenário semelhante. Substituímos o populismo cambial pela vulnerabilidade da âncora fiscal. O caminho para superar a fragilidade das finanças públicas é aumentar e melhorar a qualidade das exportações e promover uma substituição competitiva de importações no curto prazo.
17. Aqui ganha toda a sua dimensão de uma política dirigida a valorizar o agronegócio e a agricultura familiar. A reforma tributária, a política alfandegária, os investimentos em infra-estrutura e as fontes de financiamento públicas devem ser canalizadas com absoluta prioridade para gerar divisas.
18. Nossa política externa deve ser reorientada para esse imenso desafio de promover nossos interesses comerciais e remover graves obstáculos impostos pelos países mais ricos às nações em desenvolvimento.

8º CONFUP

19. Estamos conscientes da gravidade da crise econômica. Para resolvê-la, o PT está disposto a dialogar com todos os segmentos da sociedade e com o próprio governo, de modo a evitar que a crise se agrave e traga mais aflição ao povo brasileiro.
20. Superando a nossa vulnerabilidade externa, poderemos reduzir de forma sustentada a taxa de juros. Poderemos recuperar a capacidade de investimento público tão importante para alavancar o crescimento econômico.
21. Esse é o melhor caminho para que os contratos sejam honrados e o país recupere a liberdade de sua política econômica orientada para o desenvolvimento sustentável.
22. Ninguém precisa me ensinar a importância do controle da inflação. Iniciei minha vida sindical indignado com o processo de corrosão do poder de comprar dos salários dos trabalhadores.
23. Quero agora reafirmar esse compromisso histórico com o combate à inflação, mas acompanhado do crescimento, da geração de empregos e da distribuição de renda, construindo um Brasil mais solidário e fraterno, um Brasil de todos. A volta do crescimento é o único remédio para impedir que se perpetue um círculo vicioso entre metas de inflação baixas, juro alto, oscilação cambial brusca e aumento da dívida pública.
24. O atual governo estabeleceu um equilíbrio fiscal precário no país, criando dificuldades para a retomada do crescimento. Com a política de sobrevalorização artificial de nossa moeda no primeiro mandato e com a ausência de políticas industriais de estímulo à capacidade produtiva, o governo não trabalhou como podia para aumentar a competitividade da economia.
25. Exemplo maior foi o fracasso na construção e aprovação de uma reforma tributária que banisse o caráter regressivo e cumulativo dos impostos, fardo insuportável para o setor produtivo e para a exportação brasileira.
26. A questão de fundo é que, para nós, o equilíbrio fiscal não é um fim, mas um meio. Queremos equilíbrio fiscal para crescer e não apenas para prestar contas aos nossos credores.
27. Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos.
28. Mas é preciso insistir: só a volta do crescimento pode levar o país a contar com um equilíbrio fiscal consistente e duradouro. A estabilidade, o controle das contas públicas e da inflação são hoje um patrimônio de todos os brasileiros. Não são um bem exclusivo do atual governo, pois foram obtidos com uma grande carga de sacrifícios, especialmente dos mais necessitados.
29. O desenvolvimento de nosso imenso mercado pode revitalizar e impulsionar o conjunto da economia, ampliando de forma decisiva o espaço da pequena e da microempresa, oferecendo ainda bases sólidas para ampliar as exportações. Para esse fim, é fundamental a criação de uma Secretaria Extraordinária de Comércio Exterior, diretamente vinculada à Presidência da República.

8º CONFUP

30. Há outro caminho possível. É o caminho do crescimento econômico com estabilidade e responsabilidade social. As mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais. Vamos ordenar as contas públicas e mantê-las sob controle. Mas, acima de tudo, vamos fazer um Compromisso pela Produção, pelo emprego e por justiça social.
31. O que nos move é a certeza de que o Brasil é bem maior que todas as crises, O país não suporta mais conviver com a idéia de uma terceira década perdidas. O Brasil precisa navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. É com essa convicção que chamo todos os que querem o bem do Brasil a se unirem em torno de um programa de mudanças corajosas e responsáveis.

Luiz Inácio Lula da Silva
São Paulo, 22 de junho de 2002

Oficinas

Relatório do encontro nacional dos trabalhadores de empreiteiras

1. Tarefas jurídicas:
 - a) buscar a conformação de tese sobre a caracterização do ramo químico (setor petróleo) aplicando como base de defesa as relações do PPEOB, PPRA, PCMSO e a NR5;
 - b) seminário sobre legislação trabalhista e representatividade sindical;
 - c) padronização de procedimentos jurídicos para questionar acidentes do trabalho, terceirização de atividade, etc nas formas de ações civil e trabalhista e da provocação do ministério público do trabalho,
 - d) impugnar estatuto social da empresa em atividades não condizentes,
 - e) acompanhamento dos processos de licitação.
2. Organizativas
 - a) Mapeamento e cadastramento das empresas contratadas, nº de trabalhadores, atividades, relação com o sindicato, contribuição sindical, histórico de atuação no setor petróleo. Deve ser enviado aos sindicatos que devem realizar o levantamento a ser contralizado na FUP para divulgação;
 - b) Manutenção do coletivo nacional da secretaria dos trabalhadores terceirizados, composto por um representante de cada sindicato eo representante da FUP (secretaria) e com reuniões periódicas (tais reuniões serao rateadas pelos sindicatos e FUP);
 - c) Aprofundar organização das Cipas e desenvolver um trabalho de saúde e segurança via coletivo e secretaria de saúde e segurança da FUP\sindicatos;
 - d) Boletim Periódico;

8º CONFUP

- e) Indicar aos sindicatos a mudança dos estatutos de forma a abranger aos trabalhadores terceirizados.
2. Campanha e organização:
- a) realizar, até o final de agosto, um encontro nacional com os sindicatos cutistas que possuem atuação na nossa base sindical, buscando avançar rumo a construção uma pauta reivindicatória que inclua as bandeiras e propostas para os trabalhadores do setor e para avançar na construção de calendário e formas de mobilização \ Campanha unificada e nacional;
 - b) Chamado a realização de assembléias conjuntas com os sindicatos que reivindicam a representatividade dos trabalhadores na base (Construção Civil, Metalúrgicos, etc), aonde for identificado pelas diretorias sindicais locais como necessário para a abertura do trabalho, de forma a construir o encontro e a pauta de reivindicação;
 - c) Lutar pela manutenção da comissão de acompanhamento das empreiteiras.
3. Objetivos a serem atingidos pela Secretaria da FUP e o coletivo:
- a) Assinam acordos nacionais das empresas de atividades fim (áreas de E&P e refino), como forma de avançarmos no reconhecimento por estas empresas da representatividade de nossos sindicatos,
 - b) Lançar campanha nacional unificada dos trabalhadores terceirizados em atividades permanentes,
 - c) Assinam acordos com as empresas empreiteiras que terceirizam serviços permanentes, como forma de unificar as condições de trabalho nas unidades petrolíferas a um patamar que busque evitar um rebaixamento das conquistas existentes no setor.
5. Finanças e Campanhas:
- a) iniciar a campanha do setor privado, com as empresas que já possuem acordo assinado ou por assinar com a FUP e Sindicatos, na última semana de julho (Halliburton, Schlumberger, BJ Service, Sotep – Perbras, Sotep, Unap, etc);
 - b) Finanças a campanha tem o custo estimado inicial no padrão gasto no ano passado e equivalente a R\$ 25000,00, cotizado entre os sindicatos filiados proporcionalmente cabendo a cada sindicato o valor de R\$ 71,00 por delegado possível ao congresso nacional da categoria.
-

Coletivo nacional de saúde, segurança, meio ambiente e novas tecnologias

1. Nos países chamados “periféricos”, como o Brasil, a persistência das precárias formas de produção, baseadas no trabalho extensivo, de longas jornadas, exigindo esforços físicos, tem acarretado um aumento do desgaste físico e mental. Ao mesmo tempo, verificam-se novas formas de organização do trabalho e do capital, ampliando a exploração do trabalho, e trazendo outras conseqüências à saúde dos trabalhadores e do meio ambiente.
2. No Brasil, os indicadores de problemas relacionados às condições de trabalho nesta área, através das notificações de acidentes e doenças do trabalho, apontam o grave quadro. Conforme noticiado, *“os dados do anuário estatístico da previdência de 1999 - último consolidado sobre acidentes de trabalho no Brasil - registra cerca de 400 mil*

8º CONFUP

ocorrências, entre acidentes típicos, doenças ocupacionais e acidente de trajeto. À primeira vista, os números até parecem aceitáveis para um país que tem uma população economicamente ativa (PEA) de mais de 70 milhões de pessoas. Mas têm outra dimensão, porque se referem apenas aos 23 milhões de empregados que têm carteira assinada. Isso significa que 1,7% desses trabalhadores se acidenta a cada ano ou 156 mortos em cada milhão (Jornal do Brasil, 25 de março de 2001)”.

3. Embora os números de acidentes venham diminuindo em números absolutos, esta situação encobre a gravidade destas ocorrências, que vêm significando acidentes de maior comprometimento físico e mental, e aumento do número de óbitos – que pelas próprias circunstâncias, são obrigatoriamente notificados.
4. Na indústria do petróleo esse aspecto é visivelmente reconhecido devido, principalmente, às características técnicas deste setor, que envolve um contingente de trabalhadores especializados e outro, mais “flexível”, precarizado – tanto no desenvolvimento das tarefas, quanto na assistência às conseqüências da exposição aos riscos deste setor, que compõe principalmente o quadro de trabalhadores terceirizados e quarteirizados.
5. Os trabalhadores terceirizados acabam sendo os mais atingidos nesse quadro drásticos de acidentes e mortes. Sofrem com condições de trabalhos extremamente precarizadas, onde muitas vezes os direitos básicos não são respeitados. Os programas de treinamento e aperfeiçoamento profissional raramente atingem os trabalhadores terceirizados, trabalham geralmente nas piores frentes, com salários reduzidos. Mesmo os programas de treinamento de segurança são aplicados de forma precária a esses trabalhadores.
6. Os acidentes transformam-se no principal problema dos Petroleiros; os onze mortos e um ferido nas explosões seguidas de incêndio, culminando com o afundamento da plataforma P-36, representam o que foi o processo de reestruturação promovido dentro da Petrobrás nos últimos anos. A nova Petrobrás, cujo objetivo hoje é tornar-se uma empresa internacional de Petróleo, está pouco a pouco se tornando cada vez mais parecida com as sete irmãs. O lucro está acima de tudo, às práticas de manutenção foram reduzidas e a terceirização foi aumentada de maneira irresponsável, e a segurança negligenciada.
7. Na última década, a Petrobrás reduziu seu efetivo de 60mil para menos de 34 mil trabalhadores, aumentado progressivamente à terceirização, a ponto de contar hoje com cerca de 100mil trabalhadores indiretos. Sem as mínimas condições de segurança para exercerem suas atividades, estes profissionais têm sido as principais vítimas dos acidentes na empresa Petrobrás.
8. O acidente da P-36 revela para a sociedade brasileira o quadro assustador de acidentes ocorridos dentro da Petrobrás nos últimos anos, e mostra que acima dos lucros recordes, dezenas de trabalhadores perdem a vida anualmente, além de casos de desaparecimento durante sua jornada de trabalho dentro da empresa.
9. Nós Petroleiros entendemos que devemos buscar de todas as formas, a participação dos Sindicatos nas Comissões de Investigação de todos os acidentes através de comissões nos sindicatos locais, que devem ser preparadas pelo movimento sindical, para analisar e identificar as causas dos acidentes e cobrarmos as medidas necessárias para que novos acidentes não venham a acontecer e para que as empresas não venham a reduzir os acidentes a mera falha humana responsabilizando o executante e esquecendo os demais fatores que possibilitaram o ocorrido.
10. E ainda que toda emergência e ocorrência anormal possível de registro policial sejam o mais rápido possível comunicado ao Sindicato para que seu Jurídico tome providências, para gerar fato registrado. Recorrer ao judiciário, se for o caso, para que todo evento seja investigado e responsabilizado.
11. Em terra também não têm sido diferente, os acidentes graves nas unidades de refino e terminais vêm acontecendo sucessivamente, e já deixaram seus rastros na história. Vila

8º CONFUP

Socó é a mais trágica dessas páginas, envolvendo a população civil. Centenas de pessoas, moradores de Vila Sóco morreram em fevereiro de 1984, os números reais nunca saberemos. Em 27 de dezembro de 1998 foram cinco petroleiros que perderam a vida em um acidente da REGAP, durante uma parada de manutenção.

12. Nos últimos três anos 106 trabalhadores morreram nas áreas da empresa Petrobrás, no Brasil, a maioria deles, 74 eram de empresas terceirizadas. Tornou-se normal na Petrobrás a morte de praticamente 2 trabalhadores por mês. O mais infeliz nessa história é a visão dos gerentes e executivos, de que essa é uma característica da indústria do petróleo, por ser uma atividade de risco! Nos países onde a Petrobrás já está instalada (Argentina, Bolívia, Venezuela e outros) principalmente na área do gás natural, os trabalhadores não tem qualquer mecanismo de organização (CIPA, Sindicato, etc) e a Petrobrás se respalda da legislação desses países. Neste sentido que a FUP/ICEM façam gestões para garantir no mínimo as condições dos trabalhadores do setor no Brasil.
13. Uma outra grave consequência das mudanças ocorridas na empresa Petrobrás nos últimos anos foi para o meio ambiente. Em nenhuma outra época ocorreram tantos acidentes, principalmente vazamentos de petróleo ou derivados, para o meio ambiente, trazendo prejuízos à fauna, flora e aos aquíferos subterrâneos de água doce e também as atividades sociais e econômicas de comunidades. Como os ocorridos na Baía de Guanabara – RJ, Rio Iguaçu – PR e Baía do Paranaguá, também no Paraná.
14. Em nossa visão a política de redução de efetivos, terceirização, manutenção por vezes inadequada e automação ineficiente, a direção e as gerências da Petrobrás são as principais responsáveis pelos danos ambientais que a empresa tem provocado. Apesar de todo o discurso de transparência, as empresas continuam tentando alijar o movimento sindical da discussão destas questões.
15. Os programa de gestão ambiental, de saúde e segurança da empresa não tem atendido aos principais problemas por nós trabalhadores apontados como responsáveis pelas constantes tragédias nas áreas da Petrobrás, que são: efetivo de trabalhadores nas unidades, recompondo o número mínimo de segurança; terceirização, precarização da manutenção e a falta de treinamento específico.
16. É urgente a revisão das brigadas de emergência, reduzindo a necessidade de atuação das OCEs, para que todas as unidades da Petrobrás possuam a primeira brigadas composta por trabalhadores próprios e exclusivos da área de segurança industrial.
17. Apesar de conseguirmos no Acordo Coletivo 2001/2002 o direito de recusa, uma das vitórias da última campanha, precisamos organizar em nossos sindicatos uma forma para conscientizar nossos companheiros para utilizar de fato esta importante ferramenta.
18. Devemos estabelecer alianças com movimentos de moradores e ambientalistas em busca de soluções para os problemas advindos das instalações industriais do nosso setor, e neste caso, precisam estar atentos para fazermos alianças com movimentos efetivamente comprometidos com a conservação e preservação ambiental.
19. Com relação à aposentadoria especial, FHC mesmo ao apagar das luzes de seu governo neoliberal continua a investir massivamente contra os direitos previdenciários dos trabalhadores, sendo o direito à aposentadoria especial aos trabalhadores que durante anos exerceram suas atividades laborais em condições insalubres o principal alvo de seu ataque.
20. A legislação confere o direito à aposentadoria especial apenas ao trabalhador que esteve ou está exposto de maneira “habitual e permanente” a determinados agentes. Esta exposição deve ser comprovada através de laudo técnico. Automaticamente estão excluídos do benefício os trabalhadores que, segundo as empresas, tem sua exposição classificada como não “habitual e permanente” e todos aqueles que se submetem a condições penosas e extenuantes de trabalho, que deveriam ser merecedores do benefício, como os trabalhadores em turno ininterrupto de revezamento em qualquer regime.

8º CONFUP

21. Para que revertamos esta situação é fundamental que os sindicatos de petroleiros de todo o país denunciem às procuradorias do INSS a fraude praticada pelas empresas do setor que após a mudança da legislação para custeio do Seguro Acidente do Trabalho (que aumenta o valor da contribuição das empresas em função do número de aposentadorias especiais), que sem terem implementado melhorias efetivas das condições de trabalho deixaram de reconhecer a condição especial de aposentadoria para seus trabalhadores.
22. Iniciativas como a dos sindicatos de petroleiros de São Paulo que conjuntamente com a DRT/SP estabeleceram um programa, reconhecido pelo Ministério do Trabalho, para auditar todas as refinarias do estado a fim de verificar as reais condições de trabalho nestas áreas emitindo relatório ao INSS para comprovar as denúncias do parágrafo anterior e restabelecer o benefício da aposentadoria especial devem ser estendidas aos outros estados e para as áreas offshore. Porém, para esta atuação é necessário que os sindicatos invistam em assessorias na área de segurança e meio ambiente principalmente em questões relacionadas a segurança e meio ambiente com produtos químicos exigindo das gerências regionais cópias das fichas de informações de segurança sobre produtos químicos (FISPQ) para uma atuação mais efetiva.
23. Nos últimos anos, temos verificado que especialmente a Petrobrás tem adotado uma política deliberada de não afastar o trabalhador adoecido e *acidentado a procura de meta “zero” para acidentes com afastamento*, mantendo-o dentro da empresa a qualquer custo, penalizando os trabalhadores lotados em gerências onde ocorram acidentes com afastamento. Essa política, além de visar diminuir o índice de absenteísmo, acima de tudo, visa um maior controle da empresa sobre o trabalhador *importando modelos estrangeiros, discriminando, e destrutando o trabalhador perante aos seus colegas, manipulando*, sob a denominação de “apto, com restrições”, o trabalhador é constrangido a ficar dentro das empresas, mesmo que suas condições de saúde não estejam adequadas. Atende-se assim, a política gerencial de “metas”, tais como o “zero acidente”.
24. Soma-se a isso o fato de que licença médica de até dois dias é autorizada pelo chefe imediato como folga gerencial a despeito do trabalhador apresentar atestado médico e não pelo setor médico, como o era anteriormente. Fato que além de reduzir as estatísticas de afastamento por problemas de saúde, encobre a recorrência de pequenas enfermidades ou sintomas de curta duração de enfermidades crônicas.
25. As repercussões desta política são danosas ao trabalhador, que pode ter seu período de recuperação diminuído, ficando exposto a fatores de agravamento de suas doenças, ficar exposto a maiores riscos de acidentes, ou ainda, em caso de emergências, prejudicar a atuação coletiva e ficar impossibilitado de buscar segurança. *Vale ressaltar que esta exposição e o agravamento de doenças pondo em risco a integridade física e a própria vida do trabalhador constitui-se em crime. Regulado por convenção da OIT fruto de tratado internacional e pelo próprio Código Penal Brasileiro.*
26. Assim, as ações sindicais quanto ao tema devem ser no sentido de informar o trabalhador quanto aos seus direitos, incentivá-lo para que procure e denuncie aos sindicatos quando se sentir pressionado pelas gerências e assessorar juridicamente os trabalhadores no tocante ao exercício de suas garantias constitucionais individuais e coletivas.
27. Em geral, a emissão de CATs (*comunicação de acidentes de trabalho*) é dificultada pelas empresas e às vezes não emitida. Isso se dá principalmente, nos casos “suspeitos”, naqueles onde o afastamento ocorre após adoecimento, ou quando o acidente de trabalho é sem afastamento inclusive os adoecimentos por exposição a agentes químicos e de ordem psíquica.
28. A CAT, além de ser um documento importante para a preservação de direitos previdenciários e trabalhistas dos que são acometidos de doenças relacionadas ao trabalho ou vítimas de acidentes de trabalho, é também um valioso instrumento de vigilância epidemiológica por parte das instituições públicas de saúde e da Previdência Social. Assim como um instrumento para fundamentação de ações judiciais. A não emissão da CAT é

8º CONFUP

crime, que atenta contra os direitos individuais e coletivos do trabalhador. Além de dificultar a ação dos órgãos de saúde pública.

29. As ações sindicais nessa área devem ser no sentido de conscientizar e estimular o trabalhador sobre seus direitos e fiscalizar as empresas quanto à emissão, cobrando a via destinada às entidades sindicais, montando um banco de dados e se necessário buscar a responsabilização civil, criminal e perante o Conselho Regional de Medicina do profissional médico da empresa que se recusar a emitir o documento.
30. As informações médicas (periódicos e outros), inclusive o resultado dos exames que constam do prontuário médico do trabalhador junto às empresas e que estão sob a responsabilidade e guarda do médico responsável pelo PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional), não podem ser negadas ao trabalhador sob nenhum pretexto. *Portanto, logo após a conclusão desses exames a cópia do mesmo deve ser entregue imediatamente ao trabalhador.* Uma campanha sobre o tema deve ser desencadeada, visando esclarecer o trabalhador sobre seus direitos e exigir das empresas uma postura de transparência sobre o tema.
31. Atualmente o trabalhador do setor petróleo que tem seqüelas de acidente de trabalho ou é portador de doença ocupacional conta apenas com a estabilidade previdenciária de um ano após a alta previdenciária. Considerando-se que este trabalhador passa a ter limites laborais e funcionais, que pode diminuir sua produtividade e não mais satisfazer os objetivos de produção na empresa, o que o coloca em uma situação delicada, tanto do ponto de vista de ascensão profissional, quanto de manutenção de seu emprego e, caso seja demitido, estará em desvantagem em um mercado de trabalho cada vez mais concorrido e, na maioria das vezes é preterido em exames admissionais.
32. O movimento sindical deve buscar formas de ampliar a sua estabilidade, ampliando a proteção de trabalhadores que se enquadrem nesses casos, garantindo o vínculo com a empresa até a sua aposentadoria. *Devem recorrer das sentenças de alguns juízes que, ao invés de mandar reintegrar o trabalhador demitido em benefício da estabilidade por afastamento de doença ocupacional, determina a indenização do período relativo à estabilidade.*
33. Cada vez mais ocorre o desmanche da Previdência e, com ela, dos C.R.Ps (Centros de Reabilitação Profissional). Com isso, cada vez mais as empresas têm ficado com a incumbência de indicar os locais de trabalho e funções a serem desenvolvidas pelo trabalhador “reabilitado” e em alguns casos com prejuízo a sua remuneração. Além de cobrar uma maior responsabilidade da Previdência sobre a reabilitação, os sindicatos devem se tornar elementos ativos no processo de retorno ao trabalho, buscando garantir condições de trabalho e saúde adequadas.
34. A indústria do petróleo é uma das que mais polui. Polui na perfuração dos poços de prospecção, polui da produção, gera riscos de derramamento no transporte e polui com resíduos efluentes sólidos, líquidos e gasosos no refino. Por fim, o uso dos derivados de petróleo resulta em poluição seja na queima dos combustíveis gerando CO₂ e outros gases, seja na petroquímica produzindo plásticos, por isso, torna-se necessário que a Petrobrás tenha um compromisso social em investir na pesquisa e desenvolvimento de combustíveis alternativos.
35. Por isso, os petroleiros têm a obrigação de se debruçar sobre as questões ambientais contribuindo para a sociedade ajudar na preservação e ou conservação do planeta. Em nossos sindicatos e nas CIPAs e programas afins, devemos lutar para garantir espaço para discussão destes temas e organizar ações em defesa do meio ambiente. Inclusive realizando campanhas de esclarecimentos (panfletagens, etc...), junto às comunidades vizinhas e a sociedade de uma forma geral, as unidades da Petrobrás alertando-as quanto ao aumento da potencialidade dos riscos operacionais desta unidade, devido a ações gerenciais tais como: redução de efetivo e terceirização.

8º CONFUP

36. Com relação à instalação de usinas termelétricas, os sindicatos devem ter uma participação ativa junto a entidades ambientais, associações de moradores e entidades civis e sindicais das diversas regiões onde estão previstos os projetos de construção ou onde já estão em andamento. É preciso avaliar as reais necessidades do empreendimento, seus impactos sócio-ambientais, à luz de uma discussão sobre política energética para o País, avaliando se existe necessidade de buscarmos outras formas de geração de energia e quais se adaptam mais às regiões em questão. Esta discussão deve também estar inserida no movimento contra a privatização da Petrobrás.
37. Considerando que o processo de inserção dependente no mercado globalizado tem trazido mudanças radicais em todas as esferas da vida social, particularmente sobre a saúde e a segurança dos trabalhadores, é importante o engajamento de toda a sociedade, e dos trabalhadores em particular, no processo de definição de estratégias de enfrentamento de suas conseqüências adversas.
38. Fazendo um comparativo, em eletricidade o Brasil ocupa no mundo uma posição semelhante à da Arábia Saudita em petróleo. Graças a isso, mais de 90% de nossa capacidade de geração se baseia em dois elementos gratuitos, a água da chuva e a força da gravidade.
39. Temos as maiores bacias hidrográficas do planeta que, se bem aproveitadas, priorizando as pequenas centrais hidroelétricas (fio d'água), podem gerar a eletricidade mais barata do mundo, sendo de fonte renovável e não poluente. São energia estocadas pontencial
40. No início da década de 50, o Brasil tinha em torno de 3.500 megawatts-hora (mwh) de potência instalada, sob o controle do capital privado, principalmente internacional que pressionava o aumento de tarifas. Em 1957, o Estado construiu a barragem de Furnas (taxa de risco tolerável de 5%) que foi dimensionada para suportar 5 anos de seca acumulando água, apta a operar mesmo na falta de chuva.
41. O conteúdo científico nos diz que, toda vez que os testes mostravam riscos, ocorrência de déficit futuro maior que 5% estava na hora de construir uma nova hidrelétrica. Se por falta de chuva, o déficit nos fazia aproximar de 5% de risco no presente, estava na hora de ligar as usinas termelétricas, que compõem o “banco de reservas” do sistema.
42. Desta combinação de características resultava uma última confiabilidade. O Brasil finalmente, tinha energia barata e segura. Mesmo sendo estatal, o setor nunca foi monopolístico. Organizou-se em torno de uma holding, a Eletrobras, criada em 1952, cercada por empresas federais, estaduais e particulares de pequeno porte. Entre 1957 e 1995, a capacidade instalada saltou de 3.500 mwh para 55.000 mwh, nunca se falou em racionamento. Os especialistas estrangeiros em hidreletricidade vinham até nós, para aprender e nos invejavam.
43. Que País não gostaria de ter um sistema energético limpo, renovável, barato, capaz de estocar combustível para cinco anos, aptos a transferir energia do sul para o norte e do nordeste para o sudeste? Era assim o sistema elétrico brasileiro até 7 anos atrás. Poderia continuar. Outros países que também usam muita energia elétrica, como os Estados Unidos e Canadá, já esgotaram seu potencial. Nós não. Estamos longe disso. Mesmo rejeitando projetos megalomânicos e aceitando restrições ambientais rigorosas, ainda podemos dobrar o potencial hidrelétrico instalado, com um custo bem inferior, o da opção termelétrica.
44. Por outro lado, os funcionários do capitalismo, em vez de atrair capitais privados para empreendimentos novos, garantindo assim o aumento da capacidade geradora, o governo federal colocou à venda as usinas hidrelétricas que já existiam. Muitas das quais, como vimos, amortizadas, capazes de gerar quase de graça: a US\$ 5 / KWH. “Os investidores” queriam o que estava pronto, de modo a recuperar rapidamente o capital investido.
45. O sistema elétrico brasileiro começou a ser financeiramente urbanizado, como fora em passado longínquo, e suas fatias foram sendo distribuídas pelo mundo todo. A antiga Eletrosul (hoje Gerasul) virou belga, a CERJ (RJ), chilena; a CEE-NNE (norte e nordeste), a CEE-CO (centro oeste), a Eletropaulo, a Elektro e Cesp-Paranapanema (SP) Americanas; a Coelce (CE) a Coelba (BA) e a Celpe (PE), espanholas, e assim por diante tudo com dinheiro do fundo de amparo a trabalhador (FAT), retirado de nossos salários.

8º CONFUP

46. Só em 1998, o BNDES, gerente do FAT, repassou 5 R\$ bilhões para financiar os grupos privados que compraram estatais do setor elétrico. Enquanto do outro lado a resolução 2.668 do Banco Central, assinada em 1999, proíbe o mesmo BNDES de conceder financiamentos a empresas estatais, proibidas de investir. Que os investidores internacionais mudem e decidam não mais investir em hidroelétrica, isso era de se esperar, mas mudar a matriz para termelétrica, de retorno mais rápido, embora de custo de geração mais caro (US\$ 40,00 e US\$ 60,00 mwh) e com o combustível comprado e poluente, “não há nenhum problema, desde que o custo possa ser repassado ao consumidor” (estranho mercado, onde tende a levar o sistema a uma configuração em que a mercadoria mais cara substitui a mais barata...).
47. A opção ideológica pela privatização embute uma opção técnica, tecnicamente indefensável. A mudança da matriz energética brasileira. Ao lançar-se em tamanha aventura, tão arriscada e tão desnecessária, o governo brasileiro insistiu em três mitos: 1º) Real e Dólar manteriam a paridade por muito tempo, pois o Banco Central garantiria a estabilidade cambial. 2º) O petróleo e com ele o gás boliviano permaneceriam baratos, pois o governo americano garantia que o oriente médio estava sob controle. 3º) Grandes investidores estrangeiros estavam indóceis para despejar seus dólares aqui, com um projeto inicial de 49 termelétricas. Em janeiro de 1999, o real desabou e o governo foi obrigado a alterar o regime de câmbio, que passou a flutuar. Enquanto isso, o petróleo triplicou de preço, como o preço do gás boliviano é indexado ao petróleo, o custo de geração nas usinas térmicas saltou.
48. Os investidores, agora por sua vez, multiplicaram as exigências: 70% nos novos projetos deveriam ser financiados pelo BNDES, o preço do gás deveria ser estabelecido em contratos de longo prazo, a Petrobrás assume o risco cambial, etc.
49. Do ponto de vista ambiental, essas usinas termelétricas lançarão à atmosfera diversos poluentes: dióxido de carbono, monóxido de carbono, hidrocarbonetos, óxidos de nitrogênio, óxidos de enxofre, material particulados e outros. A combinação dos hidrocarbonetos e dos óxidos de nitrogênio resultam na produção de ozônio na baixa atmosfera, que também é um poluente danoso ao meio ambiente e à saúde humana.
50. Terrorismo: o governo brasileiro e a rede global começam a passar para a opinião pública a idéia de que o País vive a incerteza de fazer ou não racionamento e que a sociedade é que vai decidir sobre isso, depois de oito anos de desgoverno, a incerteza que está colocada diante de nós é bem outra: o governo está realmente preocupado em educar os consumidores ou será mais um artifício para compartilhar conosco o ônus da incompetência de suas políticas neoliberais?

O que é “assédio moral”?

51. É a exposição dos trabalhadores e trabalhadoras a situações humilhantes e constrangedoras, respectivas e prolongadas, durante a jornada de trabalho e no exercício de suas funções, sendo mais comum em relações hierárquicas autoritárias, onde predominam condutas negativas, relações desumanas e antiéticas de longa duração, na relação dos chefes com os subordinados.

Como se caracteriza?

52. Caracteriza-se pela degradação deliberada das condições de trabalho onde permanecem atitudes e condutas negativas dos chefes em relação a seus subordinados, constituindo uma experiência subjetiva que acarrete prejuízos práticos e emocionais para o trabalhador. A vítima escolhida é isolada do grupo sem explicações, passando a ser hostilizada, ridicularizada, inferiorizada, culpabilizada e desacreditada diante dos pares. Estes, por medo do desemprego e de passar pelas mesmas humilhações, associado ao estímulo constante à competitividade, rompem os laços com a vítima e, freqüentemente, reproduzem e reatualizam ações e atos do agressor no ambiente de trabalho, instaurando o “pacto da tolerância e do silêncio” no coletivo, enquanto a vítima gradativamente vai se desestabilizando e fragilizando.

O que gera esse tipo de situação?

8º CONFUP

53. O desabrochar do individualismo reafirma o perfil do “novo” trabalhador: autônomo, flexível, capaz, competitivo, criativo, qualificado e empregável. Estas habilidades o qualificam para a demanda do mercado. Cobrar que o trabalhador esteja “apto” significa responsabilizá-los pela formação, qualificação que a empresa deveria oferecer e culpabilizá-los pelo desemprego, aumento da pobreza urbana e miséria, desfocando a realidade impondo aos trabalhadores um sofrimento perverso.

Quais são os efeitos desse tipo de assédio?

54. A humilhação repetitiva e de longa duração, interfere na vida do assediado de modo direto, comprometendo sua identidade, dignidade e relações afetivas e sociais, ocasionando grandes danos a saúde física e mental, que podem evoluir para a incapacidade laborativa.

O que provocou a expansão desse mal?

55. assédio moral no trabalho constitui um fenômeno internacional, segundo a (OIT). As pesquisas apontam para distúrbios da saúde mental relacionados com as condições de trabalho, principalmente em países onde predomina a perspectiva da globalização a qualquer custo, relacionados com as novas políticas de gestão na organização do mundo do trabalho e que estão diretamente submetidas as políticas neoliberais.

Quais providências devemos tomar?

56. O assédio moral no trabalho deve ser combatido, para isso devemos constituir coletivos multidisciplinares envolvendo a sociedade de maneira geral, sindicatos médicos, profissionais de saúde, etc...afinal somos todos vítimas em potencial dessa política.

57. É importante citar que já houve dois casos no Brasil de indenizações por perdas devido ao assedio moral, uma no estado de Santa Catarina e outra no Rio de Janeiro, além deste estado e vários outras Câmaras municipais e a Câmara federal está discutindo o assunto para aprovar como lei ou já aprovaram .

58. Que o projeto de lei que foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça na Câmara dos Deputados seja para todas as empresas (Pública ou privada), através de apresentação de uma emenda antes de ir ao plenário.

59. A história dos trabalhadores no início do século, principalmente, nas duas primeiras décadas, foi o período mais rico em greves e resistência dos trabalhadores. Nesse momento muitas conquistas (seguro acidente do trabalho, aposentadorias etc...) foram adquiridas com relação a saúde e o ambiente de trabalho.

60. É importante entendermos o papel do Ministério do Trabalho nesse processo. Ele sempre foi um instrumento do Estado para regulamentação da classe trabalhadora. Através dele se estabelece as relações que podem ser bipartite ou tripartite. Para que seja tripartite precisam do apoio dos movimentos de massa, para que possa estar contemplada na Legislação.

61. A Legislação brasileira foi construída sempre em cima dos movimentos que a classe sindical fez até então. Toda a elaboração das normas regulamentadoras em discussão, atualmente visam preparar o mundo do trabalho para uma nova relação inserida dentro do contexto neoliberal. A área de saúde ocupacional, dentro do Ministério do Trabalho, também sofre essa influência. Não é gratuita a inoperância de algumas DRT's em nosso País. Isto é uma posição política deliberada de não funcionamento destas instituições fiscalizadoras do Ministério do Trabalho que estão organizadas para não funcionar.

62. Na década de 70, durante a ditadura militar, surgiram movimentos de resistência dentro dos Sindicatos que queriam a entidade como instrumento de luta dos trabalhadores e paralelo a isso surge o movimento da reforma sanitária que tem como base de discussão a saúde do trabalhador. O tema ganha força com surgimento do DIESAT que estabelece um novo paradigma e consegue ampliar a discussão na 8a. Conferência Nacional da Saúde. Dois anos mais tarde, é aprovada na Constituição de 88, a saúde como direito de todos e dever do Estado. A regulamentação vem pela Lei 8080, que assume e define como vai funcionar a saúde no SUS. Neste período também a CUT define estado de luta pela saúde dos

8º CONFUP

trabalhadores, e assumem um papel importante na construção do SUS que passa a ser um objetivo a ser atingido.

63. O SUS passa a ser nosso projeto, onde a classe trabalhadora contrapõe a forma que estava sendo organizada a saúde, a previdência e a assistência do trabalhador. A prevenção da saúde é repassada ao SUS. Este sistema é uma forma integrada que tem a participação da população. Sua organização é feita por conselhos nacionais, estaduais e municipais de saúde, que são as estâncias de deliberação políticas de saúde em nosso país.
64. A defesa do sistema unificado de saúde (SUS) e de suma importância para os trabalhadores, pois através das conquistas na saúde, podemos diminuir o abismo entre ricos e pobres neste país, dando mais oportunidade para quem precisa. O SUS é uma das maiores conquistas da democracia brasileira, pois além da democracia na gestão, e democrática na distribuição de recursos, transferindo para os mais atingidos pelas desigualdades sociais mais recursos para sua recuperação e promoção. Devemos exigir políticas e ações de saúde do trabalhador de todas estâncias de governo, demonstrando como as mesmas podem ser integradas com as ações do SAT e das medidas de prevenção preconizadas pela inspeção federal do trabalho.
65. É preciso lembrar que temos a disposição um projeto que nós formulamos, apresentamos, defendemos e foi aprovado, só que não tivemos a capacidade de implementar de fato esse projeto (SUS). Nós petroleiros queremos o fortalecimento desse projeto (Sistema Único de Saúde) de forma que possa intervir nos espaços das empresas, possibilitando e garantindo as plenas condições de saúde e ambiente de trabalho saudável, repudiando as forças contrárias que pregam a inviabilidade ou a precarização do SUS.

PROPOSTAS DO ENCONTRO DE SAUDE, SEGURANCA E MEIO AMBIENTE.

1. Seminário sobre caldeira e vasos de pressão com Dr. Rui Magrini DRT SP – para 2ºSemestre.
2. Não homologação pelos sindicatos de caldeiras especiais sem avaliação criteriosas das condições destas, do numero de técnicos e engenheiros de inspeção de equipamentos, operadores e trabalhadores da manutenção.
3. Intensificar direito de recusa fundamentado na NR-13, principalmente nos casos de operação de caldeiras em desacordo com norma regulamentadora.
4. Os sindicatos devem promover curso de formação de cipistas com enfoque político e jurídico.
5. Deve ser criada uma rede de discussão de cipistas eleitos para discussão de saúde, segurança e meio ambiente
6. Resgatar os antigos Manuais de segurança da empresa difundi-los nas áreas.
7. A Fup deve viabilizar encontro nacional dos cipistas eleitos.
8. A Fup deve encaminhar para as secretarias de saúde protocolo de pesquisa para investigação de alteração hepáticas, elaborada pelo Dr. Fernando M. Carvalho da Ufba, para que os sindicatos viabilizem junto as universidades públicas a pesquisa.

8º CONFUP

9. As direções sindicais devem exigir as FISPQ (ficha de informação de segurança de produto químico) de todos os produtos químicos das áreas para reconhecimento dos riscos, exigindo monitoração ambiental quando necessário.
10. Exigir das empresa do setor monitoração ambiental de benzeno nas áreas onde houverem casos suspeitos de benzenismo (alteração hematológica) mesmo que as correntes de processo contenham menos que 1% em volume.
11. Denunciar junto ao CRM médicos das empresas ou contratados por elas que executam perícias nos trabalhadores próprios ou terceirizados (securitária ou previdenciária) com base no código de ética médica.
12. Denunciar junto ao CRM , com base na legislação os médicos da empresa que se recusarem a emitir CAT no caso suspeito de doença relacionada ao trabalho.
13. A FUP deve viabilizar um encontro nacional sobre segurança química.
14. Campanha nacional de esclarecimento sobre riscos do benzeno.
15. Os sindicatos devem exigir da empresa ações corretivas e tecnológicas para diminuição dos riscos do meio ambiente de trabalho como:
 - selos de bombas hermeticamente fechados ou com selo duplo.
 - sistema de amostragem fechado.
 - analisadores de linha
 - sistema fechado ETDI
 - Entre outros

A secretaria de saúde da FUP estimulará realização de campanhas educativas em relação a dependência química. Os boletins e publicações dos sindicatos devem ser utilizados para este fim.

CALENDÁRIO DE LUTAS

22 a 30/07 - assembléias para referendar a pauta de reivindicações

31/07 - entrega da pauta de reivindicações à Petrobrás

31/07 a 02/08 - luta pela recomposição dos efetivos nas unidades da Petrobrás e admissão imediata dos concursados

03/08 - encontro nacional para unificação das campanhas dos trabalhadores terceirizados

05 a 09/08 - mobilizações pela reintegração dos demitidos e contra o veto de FHC ao projeto de lei da anistia

12 a 16/08 - luta pelo cumprimento da 5ª turma nas empresas terceirizadas e mobilizações contra a ALCA

23/08 - encontro nacional dos delegados aposentados/pensionistas que participaram do VIII CONFUP

24 e 25/08 - seminário de negociação da campanha reivindicatória

26/08 - data limite para a direção da Petrobrás responder a pauta de reivindicações dos trabalhadores

8º CONFUP

26 a 30/08 - mobilizações contra a política de remuneração variável imposta pela direção da Petrobrás

01 a 07/09 - plebiscito sobre a ALCA

04/09 - dia nacional de luta pelo início das negociações com a Petrobrás

RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA A NOVA DIRETORIA DA FUP

CHAPA 1

Composição política: MTS e CSC

Votos obtidos: 93 (27,03% do total)

Diretores titulares: Agnelson Camilo da Silva (E&P Norte/Nordeste), Aldemir de Carvalho Caetano (Reman), William de Queros Corbo (Reduc)

Diretores suplentes: Clarckson Messias Araújo do Nascimento (E&P/SE-AL), José Divanilton Pereira da Silva (E&P/RN-CE), Helder Gomes Caixeta (Transpetro/Cabiúnas)

CHAPA 2

Composição política: Articulação Sindical, Frente Independente da Bahia e Independentes do Rio de Janeiro

Votos obtidos: 204 (59,30% do total)

Diretores titulares: Antônio Aparecido Carrara (Replan), Fernando Paes de Carvalho (E&P/BC), Paulo César Chamadoiro Martins (E&P/Bahia), José Genivaldo da Silva (RPBC), José Maria Ferreira Rangel (E&P/BC), Radiovaldo Costa Santos (E&P/Bahia), Hélio Luiz Seidel (SIX), Sérgio Queiroz Lyra (aposentado/RJ)

Diretores suplentes: Maurício França Rubem (Reduc), Luiza Maria Gomes Botelho (EDISE), João Antônio de Moraes (Recap), Gildásio Silva Ribeiro de Souza (E&P/Bahia), Mauro de Almeida Rosa (Revap), José Abadia Ribeiro (FAFEN/Bahia), Carlos Augusto de Andrade (Transpetro/DTCS), Sílvio Sinedino Pinheiro (EDISE)

CHAPA 3

Composição política: CSD e ASS

Votos obtidos: 47 (13,66% do total)

Diretores titulares: Charles Vitória Reis (E&P/ES), Mozart Schmitt de Queiroz (CENPES)

Diretores suplentes: Gerson Luís Pereira Pires (Refap), Agnaldo Sucupira de Souza (Reduc)

CONSELHO FISCAL

TITULARES

Carlos Roberto de Araújo (E&P/RN-CE), Carlos Elias Garcia Vianna (Refinaria Ipiranga), Charles Nobre Peroba (E&P/RN-CE)

SUPLENTES

Clenísio Penalva Pinheiro (aposentado/Bahia), Glória Teresa Ivo da Silva (Petrobrás Regional Norte/Nordeste), Lucimar Siqueira de Araújo (Regap)

8º CONFUP

PROPOSTA DE ACORDO COLETIVO DE TRABALHO PARA 2003/2005

CAPÍTULO I - DOS SALÁRIOS

REAJUSTE SALARIAL

CLÁUSULA 1ª - Em 1º de setembro de 2003, a Companhia reajustará os salários de seus empregados, conforme vigentes em agosto de 2003, no percentual correspondente a 100% do ICV-DIEESE acumulado entre 1º de setembro de 2002 e 31 de agosto de 2003.

Parágrafo 1º – Os salários aqui pactuados serão automaticamente reajustados em 2% (dois por cento), na vigência do presente, sempre que a inflação mensal acumulada (ICV-DIEESE) atingir este percentual. O percentual inferior a dois por cento, excluído o referido reajuste, será acumulado com os índices mensais posteriores, para fim de cumprimento do aqui disposto.

Parágrafo 2º - A Companhia garante correção integral de salário para os empregados admitidos após a data-base, desconsiderando, desse modo, a figura da proporcionalidade.

AUMENTO REAL

CLÁUSULA 2ª - Sobre os salários corrigidos na fórmula da Cláusula 1ª incidirá o percentual equivalente a variação da produção de óleo e gás, divididos pelo número de empregados, tendo como referência 1º de Setembro de 2002 e 31 de Agosto de 2003, a título de aumento real por produtividade.

PISO SALARIAL

CLÁUSULA 3ª - A Companhia se compromete a observar como Piso Salarial da Categoria, o valor referente ao nível 220 da tabela salarial de terrestre, para o menor salário-básico praticado a partir de 1º de Setembro de 2003.

INTERNÍVEIS SALARIAIS

CLÁUSULA 4ª – A Companhia compromete-se a manter uma diferença entre os interníveis na sua tabela salarial no percentual de 5%, a partir de 1º de setembro de 2003.

ANTECIPAÇÃO MENSAL DE SALÁRIO

CLÁUSULA 5ª - A Companhia efetuará o pagamento normal dos salários no dia 25 do respectivo mês. Eventuais acertos desse pagamento serão processados e pagos dentro do prazo legal.

Parágrafo 1º - A Companhia concederá o adiantamento de 40% do salário líquido estimado do mês, no dia 10 respectivo, para desconto integral no dia 25 subsequente;

Parágrafo 2º - A Companhia garantirá os meios necessários à Petros, para que a mesma conceda aos aposentados e pensionistas o adiantamento de 40% do salário líquido estimado do mês, no dia 10 respectivo, para desconto integral no dia 25 subsequente, data do pagamento da suplementação ou benefício.

DIFERENÇAS SALARIAIS DE HE, ATS E AUXÍLIO ALMOÇO.

CLÁUSULA 6ª - A Companhia se compromete com o pagamento de diferenças de parcelas remuneratórias de seus empregados e aposentados, verificadas nos últimos cinco anos,

8º CONFUP

decorrentes da inobservância da devida integração dos valores de horas extras, adicional por tempo de serviço e auxílio-almoço.

PERDAS SALARIAIS DOS PLANOS ECONÔMICOS

CLÁUSULA 7ª - A Companhia, a FUP e os Sindicatos constituirão comissão paritária visando estudar a reposição das perdas salariais decorrente dos planos econômicos (Real, Bresser, Verão e Collor).

CAPÍTULO II – VANTAGENS

ATS

CLÁUSULA 8ª - A Companhia pagará o Adicional por Tempo de Serviço - ATS (Anuênio) para todos os empregados, de acordo com a tabela anexa, ressalvados aqueles que celebraram acordo objetivando a cessação da progressão deste benefício, que continuarão a receber o percentual já obtido até então, desconsiderada qualquer progressão futura.

VP-DL 1971/82

CLÁUSULA 9ª - A Companhia continuará a conceder a PL-DL-1971/82 aos seus empregados.

Parágrafo 1º - Essa concessão é feita de forma duodecimada, caracterizada como vantagem pessoal, nominalmente identificada;

Parágrafo 2º - O pagamento será feito sob o título de Vantagem Pessoal - DL-1971/82 (VP-DL 1971/82), sendo assegurados para os seus empregados, os percentuais até então percebidos, do salário básico em cada mês.

INTERLOCUÇÃO DA PLR

CLÁUSULA 10 - A FUP e os Sindicatos serão os interlocutores junto à Companhia para fins de negociação da Participação nos Lucros e Resultados, conforme Lei nº 10.101/00 de 19/12/2000

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL

CLÁUSULA 11 - A Companhia não implantará novas e suprimirá todas as formas de remuneração variável a exceção da que trata a cláusula 10 deste acordo a partir de 1º/09/2003.

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

CLÁUSULA 12 - A Companhia concederá o Adicional de Periculosidade, dentro de suas características básicas e da legislação, observado o conceito *intramuros*.

Parágrafo 1º - O pagamento será feito desde o primeiro dia de trabalho nessas condições, independente do número de dias embarcados ou confinados.

Parágrafo 2º – A Companhia procederá à incorporação de 30% (trinta por cento) na tabela salarial para todos os seus empregados e deixará de pagar a VP 30%(trinta por cento) hoje praticada nos locais de trabalho considerados não periculosidade.

ADICIONAL DE PENOSIDADE

CLÁUSULA 13 – A Companhia pagará, quando presentes às condições, Adicional de Penosidade.

8º CONFUP

GRATIFICAÇÃO DE FÉRIAS

CLÁUSULA 14 - A Companhia manterá a concessão da Gratificação de Férias, correspondente a 100% (cem por cento) da remuneração mensal devida no mês das férias, considerados os devidos acréscimos e reflexos de parcelas remuneratórias variáveis, a todos os empregados do sistema PETROBRÁS.

Parágrafo 1º - O pagamento será efetuado até 2 (dois) dias úteis antes do início do gozo de férias;

Parágrafo 2º - Objetivando a manutenção da integridade física e psicológica de seus empregados, e como instrumento da política de geração de empregos, a Companhia se compromete a não mais comprar, mediante abono de férias, 1/3 do mesmo período, pactuando-se então a inaplicabilidade do artigo 143 da CLT;

Parágrafo 3º – Todos os empregados poderão parcelar o gozo de suas férias anuais em dois períodos, independentemente de idade, e a critério do empregado.

INDENIZAÇÃO DA GRATIFICAÇÃO DE FÉRIAS

CLÁUSULA 15 - A Companhia garante aos empregados o pagamento da indenização da Gratificação de Férias, correspondente ao período aquisitivo proporcional ou vencido e não gozado, em todas as rescisões contratuais e nos casos de aposentadoria.

ADICIONAL DE SOBREAVISO

CLÁUSULA 16 - A Companhia manterá em 40% (quarenta por cento) o valor do Adicional de Sobreaviso (ASA), incidente sobre o total resultante da soma do Salário Básico, do Auxílio Almoço e do ATS, efetivamente percebidos no mês, acrescido do Adicional de Periculosidade.

Parágrafo Único - Sempre que o trabalho efetivo ou a disposição da Companhia, em jornada de trabalho de regime em Sobreaviso, exceder às 12 horas legais, será devido o pagamento de horas extraordinárias.

ADICIONAL DE EQUIPE SÍSMICA

CLÁUSULA 17 - A Companhia concederá aos empregados, enquanto estiverem efetivamente engajados em trabalho de equipe sísmica terrestre, um adicional no valor equivalente a 20% (vinte por cento) do total resultante da soma do salário básico, do Auxílio-Almoço e do ATS, acrescido do Adicional de Periculosidade.

ADICIONAL DE CONFINAMENTO

CLÁUSULA 18 - A Companhia praticará o Adicional Regional de Confinamento (ARC) em 30% (trinta por cento) para todos os empregados confinados.

Parágrafo Único – O pagamento será incidente sobre o total resultante da soma do Salário Básico, do Auxílio Almoço e do ATS, feito desde o primeiro dia de trabalho nessas condições, independentemente do número de dias embarcado ou confinado.

ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA

CLÁUSULA 19 - A Companhia manterá o pagamento de indenização do Adicional Regional no caso de transferência ou designação do empregado, para servir em localidades onde a concessão da vantagem não se aplique e desde que já o venha percebendo, por mais de 12 (doze) meses consecutivos.

8º CONFUP

Parágrafo Único - A indenização prevista nesta cláusula não será devida quando a movimentação ocorrer por iniciativa do empregado.

ADICIONAL DE HORA DE REPOUSO E ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA 20 - A Companhia manterá o valor do Adicional de Hora de Repouso e Alimentação (AHRA) em 30% (trinta por cento) do salário básico efetivamente percebido no mês, acrescido do adicional de periculosidade, já consideradas as diversas jornadas trabalhadas, perfazendo assim 39% (trinta e nove por cento) do salário básico, para aqueles empregados que trabalham em Turno Ininterrupto de Revezamento.

TOTAL DE HORAS MENSAS

CLÁUSULA 21 - A Companhia se compromete juntamente com a FUP a adequar o Total de Horas Mensais (THM) a redução da jornada proposto nas cláusulas 80, 81 e 83.

Parágrafo Único - A Companhia manterá os critérios e procedimentos referentes a desconto de faltas sem motivo justificado e quanto ao número de horas descontadas em função de cada tipo de regime e jornada adotados, bem como, os descontos concomitantes dos números proporcionais de horas referentes ao repouso semanal remunerado.

HORAS EXTRAS

CLÁUSULA 22 - A Companhia restringirá a realização de serviço extraordinário aos casos de comprovada necessidade. A Companhia garante que todas as horas suplementares trabalhadas serão remuneradas com acréscimo de 100% (cem por cento).

Parágrafo 1º - Quando o empregado optar pela compensação das horas extras realizadas, terá direito a fazê-lo na proporção de uma hora extra para cada duas horas de repouso remunerado em compensação, independentemente do direito ao repouso remunerado gerado pela jornada normal;

Parágrafo 2º - A Companhia garante que, nos casos em que o empregado, encontrando-se nos períodos de descanso fora do local de trabalho, venha a ser convocado para a realização de serviço extraordinário para o qual não tenha sido previamente convocado, será observado um número mínimo de 04 (quatro) horas suplementares, independentemente do número de horas trabalhadas inferiores a 04 (quatro), como recompensa ao esforço despendido naquele dia;

Parágrafo 3º - São consideradas horas extras as horas trabalhadas a título de dobra, pelos empregados que trabalham em regime de turno ininterrupto de revezamento, qualquer que seja o número de horas, seja por prorrogação, seja por antecipação da jornada normal prevista na escala de revezamento;

Parágrafo 4º - Quando o empregado dobrar na sua jornada de trabalho, terá direito à folga na sua primeira jornada subsequente, sem prejuízo das horas extras oriundas das dobras e do salário do dia folgado. Quando a dobra ocorrer em instalações *offshore*, ou confinadas no campo, o direito à folga será garantido no início ou no final do próximo período de repouso remunerado.

Parágrafo 5º - São consideradas também como horas suplementares as trabalhadas em dias de feriado.

HORAS IN ITINERE

8º CONFUP

CLÁUSULA 23 – A Companhia incluirá no cômputo da jornada de trabalho as horas despendidas em transporte por ela fornecido, considerando-se como termos inicial e final da jornada a apresentação no local previamente combinado para utilização do respectivo meio.

Parágrafo único – A Companhia promoverá a adoção retroativa desta prática, para os empregados listados como beneficiários nas ações judiciais tratando deste direito.

PASSAGEM DE SERVIÇO DE TURNO

CLÁUSULA 24 – A Companhia realizará os devidos cálculos para inclusão automática, nas jornadas de trabalho dos regimes de turnos ininterruptos de revezamento, relativos ao excedente de jornada verificado em cada passagem de serviço.

Parágrafo único – A Companhia promoverá levantamento com vistas ao pagamento do passivo trabalhista significado por este direito, considerando os últimos 5 (cinco) anos (marco inicial em 1º de janeiro de 1997).

CÁLCULO DAS HORAS EXTRAS

CLÁUSULA 25 - A Companhia incluirá no cálculo das horas extras os adicionais efetivamente percebidos pelo empregado, inclusive o Adicional de Hora Repouso e Alimentação (HRA), o Adicional de Periculosidade, o Adicional Regional, o Adicional por Tempo de Serviço e o Auxílio-Almoço.

HORAS EXTRAS – VIAGEM A SERVIÇO

CLÁUSULA 26 - No caso de viagem a serviço da Companhia (para missão ou treinamento) que coincida com o dia de folga ou de repouso remunerado, a Companhia garante a sua retribuição como se fora de trabalho extra, nos limites da jornada normal.

Parágrafo Único - Em qualquer hipótese será respeitada a opção e a forma referidas no parágrafo 1º da cláusula 22, para gozo de repouso remunerado ou pagamento das horas extraordinárias.

AUXÍLIO ALMOÇO

CLÁUSULA 27 – A Companhia concederá o Auxílio-Almoço nas mesmas condições que vem praticando, realizando a correção em 100% do ICV/DIEESE acumulado no período de 1º de setembro de 2002 a 31 de agosto de 2003, a partir de 01/ 09/2003.

Parágrafo Único - O Auxílio-Almoço integrará o salário básico para cálculo de adicionais, gratificações e quaisquer outras parcelas remuneratórias referenciadas no salário básico.

ANTECIPAÇÃO DE 13º SALÁRIO

CLÁUSULA 28 - No exercício de 2004, não havendo manifestação em contrário do empregado, expressa e por escrito, a Companhia pagará até o dia 15 de fevereiro, como adiantamento do 13º salário (Leis 4.090/62 e 4.749/65), metade da remuneração devida naquele mês. O empregado poderá optar, também, por receber esse adiantamento por ocasião do gozo de férias, se ocorrer em mês diferente de fevereiro. A Companhia pagará ainda, a esses empregados, a eventual diferença entre os adiantamentos concedidos e o valor da metade do 13º salário calculado com base na remuneração do mês de férias.

Parágrafo Único – O pagamento da diferença do 13º salário (complementar ou integral), relativo a 2003, a título de antecipação, será efetuado até 20 de novembro de 2003. Até 18 de dezembro de 2003 a Companhia promoverá os ajustes deste pagamento.

8º CONFUP

AUXÍLIO DOENÇA/ACIDENTE DE TRABALHO

CLÁUSULA 29 - A Companhia garante, nos casos de afastamento do empregado em decorrência de doença ou acidente, devidamente caracterizados pelo órgão de saúde da Companhia ou da Previdência Social, que este receberá o 13º salário e as férias do período por até 180 (cento e oitenta) dias, além das vantagens que lhe são asseguradas.

COMPLEMENTAÇÃO DO AUXÍLIO DOENÇA

CLÁUSULA 30 - A Companhia assegurará, a título de Complementação do Auxílio-Doença, a complementação da remuneração integral do empregado afastado, em decorrência de Acidente de Trabalho ou Doença Profissional, bem como os casos de Auxílio Doença: durante os 4 (quatro) primeiros anos de afastamento.

Parágrafo Único – Cessará o pagamento da vantagem, antes do citado prazo, quando:

a – Sem motivo justificado o empregado deixar de cumprir o tratamento previsto ou se recusar ao mesmo, garantido, no entanto ao empregado seu direito de livre escolha médica, e à opção por terapias alternativas, desde que constantes do rol de serviços conveniados com a Assistência Multidisciplinar de Saúde;

b – Houver comprovada recusa do empregado a participar do programa de reabilitação e/ou readaptação profissional;

c – O empregado exercer, durante o afastamento, atividade remunerada incompatível com o motivo clínico do afastamento.

ADICIONAL DE INTERINIDADE

CLÁUSULA 31 - A Companhia garante o pagamento do Adicional de Interinidade a partir do primeiro dia de substituição interina, em qualquer situação, tendo como base o salário do substituído.

Parágrafo 1º - O acréscimo percebido em razão da substituição interina terá sua média duodecimal computada para cálculo da remuneração de férias, Gratificação de Férias, 13º salário e indenizações;

Parágrafo 2º - A Companhia garante que, nos casos de interinidade exercida por mais de 180 (cento e oitenta) dias, promoverá o empregado para o cargo exercido em caráter definitivo.

PAGAMENTO EM VALORES VIGENTES

CLÁUSULA 32 – A Companhia se compromete a adotar os valores vigentes na data do efetivo pagamento de parcelas referentes a serviço extraordinário, vantagens por engajamento eventual em outros regimes, indenizações normativas e demais situações análogas.

CAPÍTULO III - DOS BENEFÍCIOS

AUXÍLIO CRECHE

CLÁUSULA 33 - A Companhia concederá o Auxílio-Creche/Acompanhante, nas seguintes condições:

a) Clientela:

8º CONFUP

- Empregados (as) ativos, aposentados (as) ou pensionistas com dependentes ou com a guarda/tutela de menor, em decorrência de sentença judicial, até 36 meses de idade da criança;

b) Critério de reembolso:

- Reembolso integral das despesas comprovadas na utilização de creche, enquanto a criança tiver até 8 (oito) meses de idade;
- Reembolso das despesas, de acordo com a tabela de valores elaborada pela Companhia e a FUP, enquanto a criança tiver 9 (nove) a 18 (dezoito) meses de idade;
- Reembolso das despesas, até o valor da tabela-limite do Auxílio-Creche ou Auxílio Acompanhante, elaborada pela Companhia e a FUP enquanto a criança tiver entre 19 (dezenove) e 36 (trinta e seis) meses de idade.

Parágrafo Único – Os Sindicatos juntamente com a companhia, participarão na elaboração e atualizações da tabela de valores médios regionais e da tabela-limite a que se refere esta Cláusula.

AUXILIO PRÉ-ESCOLAR

CLÁUSULA 34 - A Companhia manterá o Programa de Assistência Pré-Escolar (matriculas e mensalidades), nos termos da legislação vigente, resguardando o direito de os empregados, aposentados e pensionistas optarem entre o mesmo e os benefícios do Auxílio-Creche/Acompanhante.

AUXÍLIO EDUCAÇÃO

CLÁUSULA 35 - A Companhia concederá, aos empregados e aos filhos dos empregados, aposentados e pensionistas, auxílio educação para o ensino fundamental, médio e superior, na forma de reembolso de 85% (oitenta e cinco por cento) da mensalidade.

Parágrafo Primeiro – Nos casos de escolas publicas, a Companhia arcará com 85% (oitenta e cinco por cento) das despesas relativas ao material escolar e transporte dos beneficiários do programa.

Parágrafo Segundo – As regras e critérios para operacionalização do programa serão definidos em regulamento próprio, tendo como base a maior média de valores para todo o território nacional.

BOLSA AUXÍLIO EDUCAÇÃO

CLÁUSULA 36 - A Companhia estenderá a todos os funcionários que o desejarem, a concessão de bolsa auxílio para cursos de língua estrangeira, nível médio, técnico e cursos de graduação, visando o aperfeiçoamento dos mesmos.

COMPLEMENTAÇÃO EDUCACIONAL

CLÁUSULA 37 - A companhia manterá o programa de Complementação Educacional, com o objetivo de dar oportunidade de ascensão funcional a empregados em cargo de nível médio, que não preencham os pré-requisitos de escolaridade previstos no plano de classificação e Avaliação de Cargos.

CUSTEIO E QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE AMS/PAE

8º CONFUP

CLÁUSULA 38 - A Companhia dotará para o exercício de 2003/2004 valores para o custeio dos programas de Assistência Médica Supletiva (AMS), inclusive odontologia e de Assistência ao Excepcional (PAE), de modo a garantir a atual qualidade dos serviços prestados.

Parágrafo 1º - Fica garantido o direito ao sistema de livre escolha cujo reembolso do valor dispensado pelo usuário, será feito de imediato;

Parágrafo 2º - A Companhia condicionará a alteração dos procedimentos técnicos e administrativos do Programa da AMS à prévia negociação com a FUP e os Sindicatos;

Parágrafo 3º - A Companhia reembolsará integralmente as despesas dos procedimentos médicos e odontológicos, efetuados pelo plano de livre escolha quando não houver profissional credenciado na especialidade envolvida, praticando a tabela da AMB (Associação Médica Brasileira), contemplando as novas tecnologias para exames e diagnósticos;

Parágrafo 4º - É garantida a remoção aérea, urgente e eficaz, dos titulares, dependentes beneficiários, quando acidentados e nos casos de grande risco;

Parágrafo 5º - Será praticado o mesmo percentual da margem consignável de desconto, 13%(treze por cento), para todos os empregados, aposentados e pensionistas;

Parágrafo 6º - O programa da AMS enviará, a todos os titulares, mensalmente, o demonstrativo dos atendimentos realizados em seu nome, incluídos todos os beneficiários vinculados;

Parágrafo 7º - Nos mesmos termos e condições estabelecidos pelo presente instrumento, a Companhia providenciará a extensão do programa AMS para os trabalhadores empregados nas demais empresas do sistema Petrobrás, ou outras por si controladas;

Parágrafo 8º - A Companhia manterá atualizado os valores pagos aos credenciados da AMS, evitando o mal atendimento ou o descredenciamento dos mesmos;

Parágrafo 9º - É garantida a cobertura dos procedimentos obstétricos (pré-natal, parto, exames e consultas) para a dependente do titular.

COMISSÃO DE AMS

CLÁUSULA 39 - A Companhia se compromete a manter, na vigência do presente Acordo, Comissão, com a participação de representantes da FUP e dos Sindicatos, com o objetivo de discutir questões relativas ao programa da AMS, propor melhorias, discutir os critérios para a classificação das atividades e acompanhamento do custeio do programa, bem como alterações de normas e procedimentos.

Parágrafo 1º - A Comissão se reunirá mensalmente, comprometendo-se a Companhia em repassar antecipadamente a FUP e Sindicatos, todas as informações necessárias aos trabalhos da Comissão;

Parágrafo 2º - As modificações no Programa da AMS que forem consenso no âmbito da Comissão, serão implementadas imediatamente;

Parágrafo 3º - A Companhia se compromete a discutir, no âmbito da Comissão, eventuais alterações no Manual de Operação da AMS.

BENEFICIÁRIOS DA AMS

CLÁUSULA 40 - A Companhia concederá a AMS para os empregados, aposentados, pensionistas e respectivos beneficiários, constantes da tabela a seguir, condicionado ao

8º CONFUP

atendimento dos demais requisitos e procedimentos constantes do Manual de Operação da AMS e das instruções complementares emitidas pela Companhia. Ficam garantidos aos beneficiários da AMS, os direitos e serviços garantidos pela legislação que rege os Planos de Saúde.

A – EMPREGADO:

Desde que esteja recebendo remuneração da Companhia.

B - DEPENDENTES DO EMPREGADO:

- 1 - CÔNJUGE - Na vigência do casamento.
- 2 - EX-CÔNJUGE - Mediante determinação judicial.
- 3 - COMPANHEIRA – Comprovada a relação estável.
- 4 - COMPANHEIRO - Comprovada a relação estável.
- 5 - FILHO/FILHA/ENTEADO/ENTEADA, MENOR SOB GUARDA OU TUTELA, E DEPENDENTE SOB CURATELA:
Desde que solteiro, até 21 anos; acima de 21 anos até 31 de dezembro do ano corrente em que completar 24 anos, se universitário ou cursando ininterruptamente o 2º grau; ou de qualquer idade, se inválido para o trabalho;
- 6 - PAI – Inválido, sem economia própria ou com renda mensal até 3 (três) salários mínimos ou quando estiver convivendo com a esposa e a mesma seja dependente do empregado na Companhia.
- 7 - MÃE - Solteira, viúva ou separada judicialmente, sem economia própria ou com renda mensal até 3 (três) salários mínimos ou quando estiver convivendo com o marido e o mesmo seja dependente do empregado na Companhia.
- 8 - PADRASTO - Desde que comprovado o casamento, inválido, sem economia própria ou com renda mensal inferior a 3 (três) salários mínimos.
- 9 - MADRASTA - Desde que comprovado o casamento, inválida, sem economia própria ou com renda mensal inferior a 3 (três) salários mínimos.
- 10 – IRMÃ E IRMÃO, FILHO MAIOR, que tenha necessidade de assistência especial, que viva sob dependência econômica do titular, ou de um dos demais beneficiários.

C - APOSENTADO:

Desde que preencha todos os requisitos abaixo:

- 1- NÃO TENHA SIDO DISPENSADO POR JUSTA CAUSA OU POR CONVENIÊNCIA DA COMPANHIA.
Exceto:
 - Empregados dispensados por conveniência da Companhia entre 14/11/75 e 24/03/83, ou por participação em movimento reivindicatório, desde que a dispensa não tenha sido motivada por ato que desabonasse sua conduta, devidamente comprovado.

8º CONFUP

- Ex-empregados dispensados em data anterior a 14/11/75 (criação da AMS) por conveniência da Companhia, sem ato desabonador, que não tenham adquirido qualquer outro vínculo empregatício e que tenham entrado em Auxílio-Doença, imediatamente após a dispensa, tendo o referido benefício sido transformado pelo INSS em aposentadoria por invalidez.
- 2- NÃO HAJA DESCONTINUIDADE MAIOR QUE 180 DIAS ENTRE A DATA DO SEU DESLIGAMENTO DA COMPANHIA E A DO INÍCIO DA APOSENTADORIA.
- Exceto:
- Os ex-empregados amparados pela Lei da Anistia que utilizaram o benefício de aposentadoria.
 - Os ex-empregados que tenham estado em Auxílio Doença concedido pelo INSS e tiveram esse benefício transformado em Aposentadoria por Invalidez, para os quais o prazo de 180 dias será o período compreendido entre a data do desligamento da Companhia e o início do Auxílio-Doença.
- 3- REQUEIRA SUA APOSENTADORIA E RECEBA SEUS PROVENTOS ATRAVÉS DA PETROS:

Desde que preencham os requisitos 1, 2 e 3 inclui-se entre os aposentados com direito a AMS:

- o não mantenedor beneficiário da PETROS;
- o que se aposenta após o acordo rescisório, mesmo o celebrado na justiça;
- o pré-existente à criação da PETROS.

D) DEPENDENTES DO APOSENTADO:

São aqueles reconhecidos como dependentes do empregado, citados no item B, podendo ser incluídos a qualquer tempo.

E) PENSIONISTAS E DEPENDENTES DE EMPREGADO FALECIDO:

Desde que recebam os proventos (pensão do INSS ou suplementação de pensão da PETROS) através da PETROS.

- Os dependentes dos empregados falecidos são aqueles reconhecidos como dependentes do empregado, citados no item B.

F) Antigos Empregados das empresas privatizadas do Sistema Petrobrás:

- Ex-empregados aposentados e seus pensionistas e dependentes, desde que recebam os proventos através da PETROS.

G) BENEFICIÁRIOS COM PARTICIPAÇÃO INTEGRAL:

- Qualquer indicado pelo titular, desde que a Companhia não tenha participação no custeio dos gastos.

MOVIMENTAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS DA AMS

CLÁUSULA 41 - A Companhia informará, mensalmente, a FUP e a cada Sindicato, a movimentação de beneficiários ocorrida no sistema AMS.

CUSTEIO DO PROGRAMA PEQUENO RISCO DA AMS

8º CONFUP

CLÁUSULA 42 - A participação dos empregados, aposentados e pensionistas no custeio de todos os procedimentos do Programa da AMS do pequeno risco, será efetuada por uma única tabela.

Parágrafo 1º – A tabela referida no caput será definida no âmbito da Comissão da AMS, no prazo de 60 (sessenta) dias;

Parágrafo 2º – Enquanto não for definida a tabela acima referida, será aplicada a seguinte:

| Classe de Renda | Percentual de Participação |
|--------------------|----------------------------|
| Até 1,3 MSBP | 0,00 |
| Até 2,4 MSBP | 7,00 |
| Até 4,8 MSBP | 14,00 |
| Até 9,6 MSBP | 22,00 |
| Até 19,2 MSBP | 35,00 |
| Até 25,0 MSBP | 42,00 |
| Acima de 25,0 MSBP | 50,00 |

***MSBP - Menor Salário Básico Praticado**

CUSTEIO DE PSICOTERAPIA

CLÁUSULA 43 - A participação dos empregados, aposentados e pensionistas no custeio das despesas com Psicoterapia será no percentual de 25% (vinte e cinco por cento).

CUSTEIO DO PROGRAMA DE GRANDE RISCO DA AMS

CLÁUSULA 44 - A participação dos empregados, aposentados e pensionistas, no custeio dos procedimentos classificados como de Grande Risco no Programa da AMS, será efetuada com uma contribuição mensal fixa.

Parágrafo 1º - A contribuição mensal que trata o caput, válida dentro do período de vigência do presente Acordo, será feita conforme a tabela a seguir:

| Classe de Renda | Empregado, Aposentado e Pensionista (EM R\$). | Por Beneficiário Vinculado (EM R\$) |
|-----------------|---|-------------------------------------|
| 1,3 MSBP | 2,84 | 2,84 |
| 2,4 MSBP | 5,67 | 4,26 |
| 4,8 MSBP | 8,51 | 4,96 |
| 9,6 MSBP | 14,18 | 5,67 |
| 19,2 MSBP | 17,01 | 8,51 |
| > 19,2 MSBP | 19,85 | 14,18 |

*** MSBP – Menor Salário Básico Praticado**

Parágrafo 2º - Todos os empregados, aposentados e pensionistas serão considerados beneficiários titulares, devendo contribuir individualmente para o custo do Grande risco, através de contribuição mensal;

Parágrafo 3º - A condição de beneficiário titular exclui a condição de beneficiário vinculado sempre que o cônjuge, companheiro ou filho mantiver vínculo empregatício com a Companhia, ou aposentar-se em condição de pleitear o benefício da AMS;

Parágrafo 4º - A Companhia, a FUP e os Sindicatos, na vigência do presente Acordo, promoverão o acompanhamento trimestral da evolução dos gastos com os procedimentos relativos a AMS, assim entendidas as internações hospitalares de beneficiários, na forma estabelecida nos critérios normativos do Programa AMS;

8º CONFUP

Parágrafo 5º - Em abril de 2004 a Companhia revisará os valores a serem pagos por empregados, aposentados e pensionistas, caso a contribuição mensal destes, importe em participação superior a 30% (trinta por cento) do custeio mensal do Grande Risco no Programa da AMS;

Parágrafo 6º - A Companhia assumirá os custos com traslado e estadia do acompanhante de empregados, aposentados, pensionistas e dependentes, quando a localidade em que residir não oferecer o atendimento técnico ou o enfermo não tiver condições de se locomover;

Parágrafo 7º - Caberá aos beneficiários titulares o pagamento da totalidade do custeio do Fundo de Grande Risco, correspondente aos beneficiários vinculados, de acordo com a tabela fixada no parágrafo 1º desta cláusula.

CUSTEIO DE ACOMPANHANTES DO PROGRAMA AMS

CLÁUSULA 45 - A Companhia, arcará com os custos das diárias de 1 (um) acompanhante, de acordo com os critérios normativos do Programa da AMS, nos seguintes casos de internação:

- a) empregados, aposentados e pensionistas que sejam beneficiários da AMS com idade superior a 55 anos;
- b) beneficiários menores, com até 15 anos de idade (inclusive);
- c) beneficiários com idade superior a 55 anos;
- d) doentes terminais;
- e) a critério de recomendação médica.

Parágrafo Único: A Companhia assumirá as despesas com alimentação do acompanhante, quando o internamento se der em cidades diversas e no seu domicílio.

CUSTEIO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESPECIAL - PAE

CLÁUSULA 46 - A participação dos empregados, aposentados e pensionistas, no custeio do Programa de Assistência Especial – PAE, será efetuada conforme a tabela a seguir:

| Classe de Renda | Percentual de Participação |
|--------------------|----------------------------|
| Até 1,3 MSBP | 0,00 |
| Até 2,4 MSBP | 3,50 |
| Até 4,8 MSBP | 6,50 |
| Até 9,6 MSBP | 11,00 |
| Até 19,2 MSBP | 17,00 |
| Acima de 19,2 MSBP | 19,00 |

***MSBP – Menor Salário Básico Praticado**

Parágrafo 1º: Os usuários do PAE terão à sua disposição nesse programa e sob suas condições, a possibilidade de utilização do procedimento de Livre Escolha;

Parágrafo 2º: A Companhia garantirá no programa da AMS, reembolso referente à aquisição de próteses, cadeira de rodas e aparelho auditivo.

Parágrafo 3º: Nas localidades onde não existirem clínicas especializadas ou instituições adequadas para o atendimento de assistência especial, a companhia reembolsará as despesas de auxílio-acompanhante, nos moldes de como é praticado o auxílio-creche.

Parágrafo 4º - A Companhia, junto com os Sindicatos e a FUP criará tabela diferenciada aos profissionais que atendam o PAE.

PAE – ORIENTAÇÃO

8º CONFUP

CLÁUSULA 47 - A Companhia realizará, na vigência do presente instrumento, programa destinado à orientação dos empregados quanto ao PAE. Para a realização do Programa de Orientação, os Sindicatos darão o seu apoio e participação.

TRATAMENTO ODONTOLÓGICO E ORTODÔNTICO

CLÁUSULA 48 - A participação dos empregados, aposentados e pensionistas no custeio do tratamento odontológico e ortodôntico, será a mesma aplicada para os procedimentos de pequeno risco, conforme descrita na cláusula 42, em seus parágrafos 1.º e 2.º.

PRÓTESES DENTÁRIAS

CLÁUSULA 49 - A Companhia garantira a cobertura dos implantes de próteses dentárias aos empregados, aposentados, pensionistas e seus dependentes, arcando com o custo de 100% (cem por cento).

AMS – TABELAS DE PROCEDIMENTOS

CLÁUSULA 50 - A Companhia manterá gestões junto às sociedades médicas e odontológicas, excetuando-se as de finalidade comercial, no sentido de analisar a composição das tabelas de procedimentos, bem como desenvolverá esforços para o credenciamento de profissionais para o atendimento dos empregados pela AMS, com ênfase naquelas localidades onde as carências de atendimento sejam mais acentuadas.

AMS – TRATAMENTOS ESPECIAIS

CLÁUSULA 51 - A Companhia custeará integralmente as despesas clínicas, laboratoriais e medicamentos de uso continuado que visem manter a qualidade de vida dos portadores de doenças, tais como: câncer, cardiovasculares, diabetes e soropositivo.

Parágrafo Único – Fica ainda assegurado, para todos os empregados, aposentados, pensionistas e seus beneficiários da AMS, o atual sistema de concessão e custeio de medicamentos.

CUSTEIO DE MEDICAMENTOS

CLÁUSULA 52 - A Companhia custeará integralmente para seus empregados e aposentados as despesas clínicas, laboratoriais, terapêuticas e medicamentos, para moléstias adquiridas, agravadas, ou desenvolvidas em razão do ambiente ou condição de trabalho, desde que comprovado pelo departamento médico da Companhia, médico credenciado junto ao Programa da AMS ou médico da rede pública. O referido custeio aplica-se igualmente para os casos de acidente no trabalho.

CONVÊNIO PETROBRÁS/INSS

CLÁUSULA 53 - *A Companhia se compromete a realizar a reabertura do convênio Petrobrás/INSS/Petros, de forma a permitir o ingresso dos aposentados e pensionistas que não possuem AMS, até 1º de outubro de 2003.*

CAPÍTULO IV - DA PETROS

REPRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES

CLÁUSULA 54 - A Companhia assegura a representação majoritária (pelo menos metade mais um dos membros) dos Participantes, tanto no Conselho Deliberativo da Fundação PETROBRÁS de Seguridade Social – PETROS, como em seu Conselho Fiscal e Diretoria, com escolha através de eleição direta. Esses representantes serão obrigatoriamente

8º CONFUP

Participantes em gozo de seus direitos estatutários e deverão ser eleitos pelos Participantes em votação secreta fiscalizada pela Companhia e pelos Sindicatos.

Parágrafo 1º- Os Participantes, empregados das empresas Subsidiárias e demais Patrocinadoras da Fundação terão direitos iguais aos da Petrobrás de votarem e serem votados nos processos eleitorais para os Organismos da Petros;

Parágrafo 2º- Será garantido aos Conselheiros Deliberativos e Conselheiros Fiscais a presença a todas as reuniões dos respectivos Conselhos, independentemente, da condição de titular ou suplente, assegurando-lhes o acesso prévio (48h) a toda documentação objeto da pauta de discussões e o uso da palavra aos Conselheiros Suplentes durante as reuniões.

ALTERAÇÃO DO ESTATUTO

Clausula 55 – Até Outubro de 2003, o Conselho Deliberativo, encaminhará consulta ao Corpo Social, visando a alteração global do Estatuto conforme se segue:

a) Fica instituída a Consulta ao Corpo Social, destinada a aprovar alterações estatutárias e alterações do Regulamento do Plano de Benefícios da Fundação mediante consulta direta aos MB;

b) Poderão propor Consulta ao Corpo Social:

1. O Patrocinador Instituidor;
2. Solicitação de 5% dos Participantes, mediante solicitação a ser formalmente protocolizada junto à Direção da Fundação.

Parágrafo 1º – Feito o requerimento de Consulta ao Corpo Social, na forma dos incisos 1 e 2, o Conselho Deliberativo terá o prazo de 30 dias para convocação da consulta;

Parágrafo 2º – A consulta deverá ser realizada no prazo máximo de 90 dias de sua solicitação;

Parágrafo 3º– O quorum exigido para as alterações objeto de consulta ao corpo social é de 50% mais um dos MB;

Parágrafo 4º – Considera-se aprovada a proposta que, atingido o quorum, contar com 2/3 dos votos efetivamente computados.

DÉBITO DA PATROCINADORA

CLÁUSULA 56 - A Companhia aportará os recursos necessários para sanar todas as insuficiências atuariais e financeiras decorrentes do atual RPB, inclusive considerando o disposto na Resolução CGPC 17, de 11.07.96, respeitada a liquidez do Fundo.

Parágrafo 1º – Eventuais déficit ou insuficiências que futuramente venham a ser identificados, envolvendo situações existentes até 15.12.2000, permanecerão sob a responsabilidade única e exclusiva da patrocinadora, na forma do caput, independente do momento em que vierem a ser identificadas;

Parágrafo 2º – O aporte referido no caput será feito de forma a alcançar o pleno equilíbrio entre os ativos (patrimônio) e os compromissos (benefícios) da Fundação, de maneira a preservar os direitos dos Participantes;

8º CONFUP

Parágrafo 3º– A Companhia determinará à PETROS que disponibilize ao atuário indicado pela FUP e Sindicatos todas as informações necessárias à realização de auditoria financeira-atuarial, a ser integralmente custeada pela Fundação.

REVISÃO DE BENEFÍCIOS

CLÁUSULA 57 – A Fundação revisará todos os atuais benefícios, garantindo o valor de 90% do salário bruto no momento da aposentadoria, corrigido por todos os reajustes ocorridos na folha salarial das patrocinadoras.

Parágrafo 1º - A Petros deverá proceder ao cálculo das pensões utilizando-se apenas do valor de sua suplementação, excluindo assim o cálculo da renda total até então aplicada (INSS + PETROS);

Parágrafo 2º - A Petros se compromete a corrigir os benefícios a partir de 1995 pelo INPC, considerando no cálculo de tais reajustes os valores correspondentes ao pagamento dos abonos concedidos pela patrocinadora ao pessoal da ativa, quando os índices do INPC forem inferiores.

REGULARIZAÇÃO DAS DESPEDIDAS ARBITRÁRIAS

CLÁUSULA 58 - A Companhia garantirá o necessário aporte atuarial e demais condições necessárias para que a PETROS regularize a situação, como Participantes, dos trabalhadores dispensados por qualquer motivo, desde que promovida à reintegração ou readmissão por via judicial, administrativa, ou por determinação legal (anistia).

Parágrafo 1º – Os Participantes, a que se refere esta cláusula, ficam desde já credenciados perante a Fundação, para fins de usufruto do sistema de empréstimo da Petros, desde que de alguma forma seja viabilizado o correspondente desconto em folha;

Parágrafo 2º - A Petros extinguirá a exigência contida no seu Plano Atuarial relativa ao pessoal pós 1982, arcando a patrocinadora com os custos dos impactos advindos de tal iniciativa;

Parágrafo 3º - A Petros aplicará exclusivamente o índice do INPC nas atualizações dos cálculos dos valores que constituem as reservas de poupança que deverão ser devolvidas na sua integralidade e, ainda, quando do cálculo da suplementação dos benefícios previdenciários, deverá a Petros utilizar o índice citado, dividindo o montante pela expectativa de vida do trabalhador, de acordo com a tábua de mortalidade adotada para plano (EB-7);

Parágrafo 4º - Será regularizada a situação dos participantes do Plano Petros cujas Patrocinadoras tenham sido privatizadas ou extintas, concedendo aos mesmos todos os direitos dos demais Participantes;

Parágrafo 5º – A Companhia se obriga a pagar pensão e demais direitos às viúvas e filhos de empregados mortos e não inscritos no Plano Petros, por força do fechamento ocorrido no plano de previdência.

Parágrafo 6º - A Companhia realizara os aportes financeiros e atuariais necessários para garantir o ingresso ou reingresso de empregados que foram contratados ate 30 de junho de 1970 e se aposentaram.

PLANO PETROS

CLÁUSULA 59 - A Companhia se obriga a oferecer a todos os seus empregados o atual Plano Petros BD, assim como aos empregados das subsidiárias da Petrobrás que tenham sido criadas a partir do ano de 1997.

8º CONFUP

REINGRESSO NO PLANO PETROS

CLÁUSULA 60 – Ficam reabertos, na vigência deste acordo, os prazos para o reingresso e inscrição tardia de participantes, o primeiro nos moldes fixados pelas Cláusulas 33 e 45 do Acordo Coletivo de Trabalho de 1985/1986 e 1986/1987, e a segunda, em benefício também de trabalhadores já aposentados, porém nos mesmos termos praticados para os empregados.

LIMITE DE IDADE

CLÁUSULA 61 - A Companhia se comprometerá a destinar a PETROS o aporte financeiro necessário à suplementação dos benefícios previdenciários dos inscritos na Fundação entre 24 de janeiro de 1978 e 27 de novembro de 1979, e tomará todas as medidas administrativas necessárias a garantir a extinção de quaisquer exigências de um limite mínimo de idade para o gozo de benefícios, no prazo de 120 dias.

INSCRIÇÃO DE PARTICIPANTES

CLÁUSULA 62 - A inscrição dos empregados da Companhia no Plano de Benefícios da Fundação será de maneira automática no ato da admissão.

ABONO NATALINO

CLÁUSULA 63 - No exercício de 2004, não havendo manifestação em contrário do aposentado, expressa e por escrito, a Companhia garantirá o necessário aporte financeiro e demais condições necessárias para que a PETROS realize o pagamento correspondente ao adiantamento do abono anual, até o dia 15 de fevereiro, importando em metade do total dos benefícios (INSS e PETROS) devidos naquele mês.

MANDATO DOS REPRESENTANTES

CLÁUSULA 64 – A Companhia assegura a liberação dos seus empregados eleitos para o Conselho Deliberativo e Fiscal da PETROS, independentemente de sua condição de titular ou suplente, sem prejuízo da remuneração (interrupção da prestação de serviços).

REINTEGRADOS DO MOVIMENTO DE 1983

CLÁUSULA 65 – A Companhia regularizará a situação dos empregados dispensados por participação nos movimentos reivindicatórios de 1983, perante a PETROS, respondendo à Fundação pelas contribuições (da patrocinadora e dos mantenedores), relativas ao período do afastamento.

ATUALIZAÇÃO DE BENEFÍCIOS

CLÁUSULA 66 - A Petros passara a corrigir a suplementação dos aposentados e pensionistas de acordo com o que prevê o artigo 31 do Regulamento do Plano Petros, bem como das futuras pensões.

CAPÍTULO V - DA SEGURANÇA NO EMPREGO

ESTABILIDADE NO EMPREGO

CLÁUSULA 67 - A Companhia garante a estabilidade no emprego a todos os seus empregados.

REALOCAÇÃO DE PESSOAL

8º CONFUP

CLÁUSULA 68 – A Companhia assegura, nos casos em que haja excedente de pessoal decorrente de reestruturações e redução de atividades, que realocará o pessoal em outros órgãos, na região preferencialmente, ou fora dela, promovendo novo treinamento, quando necessário.

Parágrafo Único – A Companhia manterá os incentivos previstos em norma para facilitar a mobilização dos empregados de uma região para outra.

CAPÍTULO VI - DO PLANEJAMENTO, RECRUTAMENTO, SELEÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL.

EFETIVO

CLÁUSULA 69 - A Companhia se compromete a manter os efetivos de pessoal, conforme definição em conjunto com os Sindicatos.

Parágrafo 1º - Essa definição será efetuada por comissões regionais, compostas por representantes da Companhia e dos Sindicatos, instituídas no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da assinatura deste Acordo. Estas comissões serão compostas em todos os âmbitos da Companhia;

Parágrafo 2º - Em observância ao que dispõe o artigo 37, inciso II, da Constituição da República, o preenchimento dos cargos vagos, eventualmente definidos neste processo, se dará por Concurso Público, observada a prioridade dos empregados que possam ser remanejados e dos já classificados em concursos anteriores ainda válidos.

CARGOS DE ASSESSORIA

CLÁUSULA 70 - Os contratos para provimento de funções de Direção e Chefia e Assessoramento, de funções não integrantes do plano de Cargos e os Técnicos Estrangeiros não se vincularão ao quadro permanente da Companhia, devendo o contrato extinguir-se ao final do mandato, da missão, do prazo estipulado, ou do mandato do Dirigente a que esteja vinculada a assessoria.

LICENÇAS PARA EXERCÍCIO DE CARGOS PÚBLICOS

CLÁUSULA 71 - A Companhia assegura que o afastamento do emprego, em virtude de cargos públicos, não prejudicará a contagem de tempo para a percepção de ATS e de promoção por tempo de serviço, nem constituirá motivo para alteração ou rescisão do contrato de trabalho do empregado.

Parágrafo Único - Quando do retorno do empregado, do referido afastamento, o mesmo será lotado no órgão de origem e no mesmo cargo.

NOVO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS

CLÁUSULA 72 – A Companhia se compromete a, em conjunto com a FUP, desenvolver um novo Plano de Cargos e Salários, que possibilite a ascensão profissional dentro da Companhia, e implantá-lo até 1º de Setembro de 2004, o qual, quando implementado, retroagirá a 1º de Setembro de 2003.

MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL

CLÁUSULA 73 - A Companhia informará, mensalmente, a FUP e a cada Sindicato, a movimentação de pessoal ocorrida em sua base territorial.

8º CONFUP

PROCESSOS SELETIVOS DE RECRUTAMENTO DE PESSOAL

CLÁUSULA 74 - Nos casos de abertura de processo seletivo público, a Companhia assegura ampla divulgação, respeitada sua área de abrangência.

Parágrafo 1º - As fases de recrutamento e seleção dos processos seletivos serão realizadas conjuntamente de forma interna e externa;

Parágrafo 2º - A Companhia fornecerá as entidades sindicais aos empregados todas as informações sobre as condições e andamento de processos seletivos, visando garantir a sua absoluta transparência;

Parágrafo 3º - A Companhia garante a divulgação da lista de aprovados, em ordem de classificação, no final dos processos seletivos públicos;

Parágrafo 4º - A Companhia admitirá, imediatamente, todos os aprovados nos processos seletivos nível médio e superior, realizados em 2001 e 2002.

HOMOLOGAÇÃO DE RESCISÕES DE CONTRATO DE TRABALHO

CLÁUSULA 75 - A Companhia garante que as homologações das rescisões dos contratos de trabalho dos empregados, quando exigidas por Lei, deverão ser realizadas nos Sindicatos representativos da categoria profissional, desde que no local exista representação da entidade de classe e desde que não haja manifestação contrária e expressa do empregado neste sentido.

Parágrafo 1º - Nos casos em que o empregado optar por não homologar a rescisão de seu contrato de trabalho no Sindicato respectivo, a Companhia encaminhará cópia da rescisão contratual àquela entidade, no prazo de uma semana;

Parágrafo 2º - São imprescindíveis à homologação da rescisão contratual, além dos discriminados na Instrução Normativa MTPS/SNT N° 2, de 1992:

a – cópia autenticada do exame médico demissional de que trata a NR-7 do MTb, assim como do respectivo Atestado de Saúde Ocupacional;

b – entrega ao trabalhador de cópia autenticada do perfil profissiográfico das atividades desenvolvidas, conforme prevista na Lei 9032/95, que alterou o artigo 58, § 4º, da Lei 8.213/91, c/c Lei 9528/97;

c – cópia autenticada do Mapa de Risco Ambiental das áreas em que trabalhou o empregado, como previsto na NR 9 do MTb, acompanhado da discriminação dos agentes agressivos presentes nas mesmas;

d - entrega ao empregado dos formulários DSS 8030 (antigo SB.40), devidamente preenchidos, e acompanhados do necessário laudo técnico;

TRABALHADORES DO SISTEMA PETROBRÁS

CLÁUSULA 76 - A Companhia compromete-se a absorver, a partir de 01/09/98, todos os trabalhadores dos quadros efetivos das empresas do Sistema Petrobrás admitidos legalmente, que estão prestando serviços através de cessão/requisição à Petrobrás.

PRESTADORAS DE SERVIÇOS

CLÁUSULA 77 – A Companhia não mais contratará a prestação de serviços, ou a mão de obra interposta, para desempenho das suas atividades permanentes, priorizando e atendendo-as com

8º CONFUP

empregados próprios, não cabendo neste processo os temas levantados no DIP do jurídico JS-4163/02 e muito menos o contrato individual de trabalho por prazo determinado conforme estabelece no DIP do jurídico JS 4257/02.

CAPITULO VII - DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

FALTAS

CLÁUSULA 78 - A Companhia, a FUP e os Sindicatos acordam que será permitido faltar até 5 (cinco) vezes ao ano, não acarretando essas faltas descontos nos salários dos empregados que delas se utilizarem.

Parágrafo 1º - Será indispensável o entendimento do empregado com a chefia imediata. Nesse caso, a respectiva falta será considerada justificada para todos os efeitos;

Parágrafo 2º - Será garantida ao empregado estudante a licença do serviço para a realização de exames vestibulares e provas, nos finais de semestres e ano letivo;

Parágrafo 3º - Será garantido ao empregado a licença nojo para sogro e sogra.

JORNADA NA ENTRADA DE DADOS

CLÁUSULA 79 - A Companhia garante que o tempo efetivo de entrada de dados não excederá o limite de 5 (cinco) horas, sendo que no período de tempo restante da jornada, o empregado poderá exercer outras atividades inerentes ao seu cargo, mas que não exijam sobrecarga osteomuscular estática ou dinâmica e/ou movimentos repetitivos em membros superiores e coluna vertebral.

Parágrafo 1º - A Companhia garante, nas atividades de entrada de dados, intervalo de 10 (dez) minutos de repouso, para cada 50 (cinquenta) minutos trabalhados, não deduzidos da jornada normal de trabalho;

Parágrafo 2º - A jornada diária de trabalho para profissionais cuja atividade principal seja digitação/entrada de dados, não deverá ser superior a 6 (seis) horas diárias.

REGIMES DE TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO

CLÁUSULA 80 - Em atendimento ao inciso XIV do artigo 7º da Constituição Federal, a jornada máxima de turno ininterrupto de revezamento é de 6 (seis) horas, salvo acordo coletivo, por tal via podendo-se praticar os seguintes regimes:

- Turno de 8 (oito) horas - com cinco grupos de turnos, com jornada de 8 horas diárias e carga de trabalho semanal de 33,6 (trinta e três, seis) horas;
- Turno de 12 (doze) horas e sobreaviso (off shore ou confinado no campo) – 48 (quarenta e oito) horas de repouso remunerado para cada 24 (vinte e quatro) horas de sobreaviso ou cada turno de 12 (doze) horas trabalhadas, com permanência máxima de 14 (quatorze) dias (14 dias de trabalho por 28 dias de repouso remunerado).

Parágrafo 1º – Nas unidades onde se fizer necessário cargas diárias ou semanais diferentes da estabelecida no caput, a Companhia compromete-se a respeitar enquanto os empregados não manifestarem desejo de modifica-la mediante negociações com o sindicato da categoria;

Parágrafo 2º – A Companhia não praticará regimes extraordinários de trabalho, não estabelecidos pela Legislação ou pelo Acordo Coletivo;

8º CONFUP

Parágrafo 3º - A Companhia se compromete a não adotar a prática de turno e sobreaviso eventual nas suas unidades.

JORNADA DE TRABALHO EQUIPES SÍSMICAS

CLÁUSULA 81 - A Companhia concederá aos empregados efetivamente engajados em trabalho de equipes sísmicas terrestres, a relação trabalho/folga de 1x1,5, jornada de 10 horas, limitado ao período máximo de trabalho em 14 dias consecutivos.

HORÁRIO FLEXÍVEL

CLÁUSULA 82 – A Companhia continuará praticando o sistema de horário flexível, para o regime administrativo, de acordo com as características operacionais de cada órgão, conforme praticado em 1º de setembro de 1997.

JORNADA DE TRABALHO HORÁRIO ADMINISTRATIVO

CLÁUSULA 83 - A Companhia garante jornada de trabalho semanal de 35 (trinta e cinco) horas, para os empregados sujeitos ao horário administrativo.

DIAS DE EMBARQUE

CLÁUSULA 84 - A Companhia se compromete a considerar, como dia efetivamente trabalhado, os dias de embarque, em que o empregado deixa seu domicílio para atender à periodicidade laboral em local de confinamento indicado pela Companhia e de desembarque, quando do retorno.

LICENÇA ADOÇÃO

CLÁUSULA 85 - A Companhia concederá, licença adoção na forma estabelecida na Lei nº 10.421/2002, às suas empregadas.

Parágrafo Único – A Companhia estenderá ao pai adotante a licença paternidade prevista na Constituição da República concedendo o mesmo prazo constante no art. 10, §1º do ADCT.

EXAME PRÉ-NATAL

CLÁUSULA 86 - A Companhia concederá, às suas empregadas, as dispensas necessárias, para que se submetam ao exame pré-natal, a critério de seu órgão de saúde.

CAPÍTULO VIII - DA SEGURANÇA DO TRABALHO, DO MEIO AMBIENTE E DA SAÚDE OCUPACIONAL.

FUNDO ACIDENTE DE TRABALHO

CLÁUSULA 87 - A Companhia constituirá um fundo destinado à indenização administrativa as famílias e/ou herdeiros dos empregados próprios e empregados das empresas prestadoras de serviços, vítimas de acidente no trabalho, ou vítimas de doença profissional.

Parágrafo 1º – O presente fundo visa possibilitar o pagamento de indenizações independentemente de processos judiciais, não importando o pagamento, no entanto, em qualquer obstáculo ao exercício do Direito de Ação;

Parágrafo 2º – Destina-se o Fundo, ainda, ao custeio dos gastos integrais de educação e acompanhamento psicológico dos dependentes e familiares dos trabalhadores acidentados;

8º CONFUP

Parágrafo 3º – O presente Fundo será constituído com valor anual mínimo igual ao total dos dividendos distribuídos aos acionistas no mesmo período. Nos exercícios em que não forem distribuídos dividendos, o pagamento anual será o equivalente a 3% da folha anual de salários da empresa;

Parágrafo 4º – A Companhia e a FUP pactuarão as regras para realização do previsto nesta Cláusula;

Parágrafo 5º – A Companhia pagará uma indenização de 50 (cinquenta) salários brutos a todos os trabalhadores próprios ou trabalhadores de empresas prestadoras de serviço que sofrerem acidente do trabalho e vierem a falecer ou se aposentar por invalidez.

DESPEAS DE EXAMES MÉDICOS SOLICITADOS

CLÁUSULA 88 - A Companhia isentará os empregados de qualquer participação nas despesas relativas à realização de exames médicos por ela solicitados, relacionados com o trabalho ou explicitados em normas.

SESMT COMPARTILHADO

CLÁUSULA 89 - A companhia implantará serviços especializados de segurança e medicina do trabalho compartilhados com as empresas contratadas até o dia 1º de setembro de 2004.

PROGRAMAS DE SAÚDE E SEGURANÇA EMPRESAS CONTRATADAS

CLÁUSULA 90 - A Companhia, em conjunto com a FUP, Sindicatos e empresas contratadas, estabelecerá Comissões Nacional e Regionais com o objetivo de acompanhar e fiscalizar os programas de treinamento prévio e as condições de saúde, segurança e meio ambiente, dos empregados das empresas prestadoras de serviço à Companhia, que laborem em suas instalações ou áreas industriais.

READAPTAÇÃO DE EMPREGADOS

CLÁUSULA 91 - A Companhia manterá a atual política de readaptação para o empregado reabilitado pela Instituição Previdenciária, em cargo compatível com a redução de sua capacidade laborativa ocorrida em razão de acidente ou doença, segundo parecer médico do órgão oficial.

Parágrafo 1º - Será garantida a percepção da remuneração total paga à época do acidente ou constatação da doença ocupacional, ao empregado reabilitado, assim como a natural evolução da mesma;

Parágrafo 2º - No caso de empregados paraplégicos submetidos à reabilitação funcional, a Companhia se compromete a manter a mesma remuneração global resultante de salários, benefícios e vantagens percebidos anteriormente à lesão, independentemente da causa da lesão;

Parágrafo 3º - Caso o trabalhador tenha a que se aposentar por invalidez, em decorrência de doença ou acidente será considerado como base para o cálculo de seu benefício, a ser pago pela Petros, a última remuneração recebida a título de auxílio doença.

SUPERVISÃO DOS PROGRAMAS DE ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA 92 - A Companhia obriga-se a supervisionar, no local, programa de alimentação, com o apoio de profissionais da área de saúde e/ou nutrição da Companhia, juntamente com o representante do Sindicato.

8º CONFUP

Parágrafo Único – A Companhia definirá programas alimentares de acordo com o perfil de saúde levantado no setor médico nos exames periódicos.

ELEIÇÃO DE CIPA

CLÁUSULA 93 - As eleições da CIPA, serão convocadas conforme resoluções determinadas pela NR-5, sendo as mesmas comunicadas previamente ao respectivo Sindicato e a todos os trabalhadores, efetivos e terceirizados, observando-se os seguintes procedimentos:

- a) O número base para a definição dos 1º da CIPA é o referido pela NR-5 (MTE), e incluindo os trabalhadores terceirizados lotados no respectivo local, quando da eleição;
- b) A CIPA terá acesso a todos os locais de trabalho e às informações, dados estatísticos, laudos e pareceres, bem como avaliações ambientais referentes à segurança e saúde dos trabalhadores, necessários ao bom exercício de suas atividades;
- c) Todos os membros (titulares e suplentes) da CIPA serão liberados pela Companhia, diariamente, por um período mínimo de uma hora, para inspeção regular nos locais de trabalho, bem como para participar de reuniões da Comissão e exercício das demais atividades exigidas pelo cargo, sem prejuízo da remuneração;
- d) É permitida a reeleição dos membros da CIPA, sem prazo limitado;
- e) É vedada a transferência dos componentes de seus locais de trabalho, sem a expressa anuência do mesmo, homologada pelo Sindicato;
- f) A Companhia garante a investigação de qualquer acidente de trabalho pela CIPA, conforme NR-5;
- g) A Companhia garantirá a formação de uma CIPA para cada plataforma marítima;
- h) Todos os membros da CIPA serão eleitos pelos empregados;
- I) Na eleição será observado o critério de constituição de chapas com o número total de componentes da CIPA.

Parágrafo Único - Para fins do presente acordo entenda-se como trabalhadores “terceirizados” os empregados de empresas interpostas (“contratadas” ou “empreiteiras”) que prestam serviços de caráter permanente nas instalações ou unidades da Companhia.

REPRESENTANTE SINDICAL NA CIPA

CLÁUSULA 94 - A Companhia assegura a presença, às reuniões da CIPA, de um representante sindical indicado pelo respectivo órgão de classe, fornecendo-se ao Sindicato cópia das atas das reuniões ordinárias e extraordinárias.

FORMAÇÃO CIPAS COM PARTICIPAÇÃO DOS SINDICATOS

CLÁUSULA 95 - A Companhia se compromete a manter em articulação com as CIPAs próprias, CIPAs das empresas terceirizadas e os Sindicatos, a realização de palestras, cursos, seminários, ao menos a cada quatro meses sobre as características tóxicas de suas matérias primas, produtos e subprodutos, bem como dos demais riscos presentes nos locais de trabalho e os meios necessários à prevenção ou eliminação de seus efeitos nocivos.

AMPLIAÇÃO, CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO INDUSTRIAL

8º CONFUP

CLÁUSULA 96 - A Companhia garantirá a participação dos Sindicatos, CIPAs, nos projetos de ampliação, criação e manutenção de suas instalações industriais, detectando os impactos sobre o meio ambiente, sobre a saúde dos trabalhadores e da população vizinha, definindo os respectivos mecanismos de controle.

DOCUMENTAÇÃO

CLÁUSULA 97 - A Companhia encaminhará, aos respectivos Sindicatos, a seguinte documentação:

- a) Cópia da Comunicação do Acidente de Trabalho (CAT), no prazo de 24 (vinte e quatro) horas de sua emissão, do empregado acidentado, afastado por doença profissional, ou em agravamento desta
- b) Cópia dos relatórios das CIPAs a respeito de acidente sem e com afastamento e outros incidentes;
- c) Cópia dos Relatórios de Ocorrência Anormal, Relatórios de Acidente com Lesão, bem como as soluções a serem implementadas, no prazo de 72 (setenta e duas) horas e de todo relatório da Companhia que possa permitir ao Sindicato o acompanhamento das condições de saúde e do ambiente de trabalho;
- d) A Companhia informará aos Sindicatos, o número de casos de doenças infecto-contagiosas, bem como as doenças relacionadas ao trabalho de notificação compulsória aos órgãos públicos de saúde.

LOTAÇÃO DE ENFERMAGEM POR TURNO

CLÁUSULA 98 - A Companhia manterá, em seus órgãos operacionais, no mínimo 2 (dois) empregados próprios de nível médio da área de enfermagem por grupo de turno, e um motorista para locomoção da ambulância, quando necessário.

UNIDADES DE TERAPIA INTENSIVA

CLÁUSULA 99 - A Companhia se compromete a implantar, e manter onde já existirem, unidades aéreas de terapia intensiva, para todas as áreas de confinamento.

Parágrafo Único – Em se tratando da Bacia de Campos, a Companhia manterá uma unidade aérea de saúde em Macaé e outra no Farol de São Tomé, em Campos, ambas em permanente disponibilidade.

MELHORIA DE SAÚDE, SEGURANÇA

CLÁUSULA 100 - A Companhia manterá seus esforços de permanente melhoria das condições de segurança e saúde ocupacional, consoante com o que estabelecem as suas políticas e diretrizes para estas áreas.

Parágrafo 1º - A Companhia realizará programas de treinamento com vistas a promover a capacitação dos empregados e assegurar sua participação nos programas de segurança e saúde ocupacional;

Parágrafo 2º - A Companhia assegura o direito dos Sindicatos e da FUP às informações sobre os riscos presentes nos seus locais de trabalho, assim como às medidas adotadas para prevenir e limitar estes riscos;

8º CONFUP

Parágrafo 3º - A Companhia garante aos Sindicatos, a FUP e a CIPA a exibição em local visível e o acesso às fichas técnicas de todos os produtos químicos existentes no meio ambiente de trabalho;

Parágrafo 4º - A Companhia exigirá, em seus contratos, a realização de exames periódicos dos terceirizados de acordo com os critérios utilizados para o exame dos seus trabalhadores diretos;

Parágrafo 5º - A Companhia adotará uma política de prevenção e tratamento á LER/DORT, com atuações específicas no ambiente de trabalho, garantindo intervalos regulares (interrupções) na jornada de trabalho, para descanso e/ou prática de exercícios preventivos á doença. Implementando programas de tratamento e recuperação inclusive social e psicológica para o (a) funcionário (a) acometido deste mal.

DOENÇAS PROFISSIONAIS, ACIDENTES, VISITAS AOS LOCAIS DE TRABALHO

CLÁUSULA 101- A Companhia considerará como doenças profissionais, para todos os efeitos, as moléstias designadas como “doenças tropicais” (tais como malária, hepatite e leishmaniose), adquiridas durante jornada de trabalho em regiões de reconhecida incidência.

ACESSO AO LOCAL DE TRABALHO

CLÁUSULA 102 - A Companhia assegurará o acesso aos locais de trabalho de uma comissão formada por 2 (dois) assessores da área de saúde e segurança, para, na qualidade de representantes do Sindicato, e/ou do Ministério Público do Trabalho, verificarem as condições de saúde, higiene e segurança do trabalho.

Parágrafo Único – A Companhia disponibilizará acesso e documentação indispensáveis à elaboração de laudos técnicos sobre as condições de trabalho em suas instalações, por parte de profissional habilitado indicado pelos Sindicatos.

ACESSO AO LOCAL DE TRABALHO - ACIDENTE

CLÁUSULA 103 - A Companhia garantirá o acesso imediato de representantes dos Sindicatos na área onde ocorrer acidente, assim como assegurará o acompanhamento, por esses representantes, dos inquéritos e/ou investigações decorrentes, ainda que internos.

Parágrafo Único – Responsabilizam-se as partes pela manutenção das características do local do acidente, de forma a preservar elementos úteis à sua apuração.

ACOMPANHAMENTO DE FISCALIZAÇÕES

CLÁUSULA 104 - A Companhia permitirá que representantes sindicais acompanhem a fiscalização, pelos órgãos competentes, dos preceitos legais e regulamentares sobre segurança e saúde do trabalhador.

JATEAMENTO DE AREIA

CLÁUSULA 105 - A Companhia assegura estender a todas as suas unidades e órgãos operacionais, independentemente dos Estados onde estejam instalados, os procedimentos por ela adotados no Estado do Rio de Janeiro, conforme determinado pela respectiva Lei Estadual 1.979/92, que trata da substituição do jateamento de areia.

INFORMAÇÃO SOBRE SAÚDE DO EMPREGADO

CLÁUSULA 106 - A Companhia assegura que cada empregado será informado e orientado, por escrito, pelo seu órgão de Saúde Ocupacional, sobre o resultado da avaliação de seu estado de saúde e dos exames complementares a que foi submetido.

8º CONFUP

Parágrafo 1º - Sempre que solicitado por Médico do Trabalho do Sindicato, o órgão de Saúde Ocupacional da Companhia fornecerá, mediante autorização do empregado, os resultados dos exames e informações sobre a saúde, relacionada com suas atividades ocupacionais;

Parágrafo 2º - Será implantada a Caderneta de Saúde do Trabalhador, que deverá conter os resultados dos exames médicos e de complemento de diagnóstico, além dos fatores de risco a que o trabalhador esteja exposto.

EXAME ODONTOLÓGICO PARA APOSENTADOS

CLÁUSULA 107 - A Companhia realizará exames médicos e odontológicos para todos os empregados aposentados.

Parágrafo 1º - A Companhia manterá o direito ao exame médico periódico anual para os aposentados, sem quaisquer descontos para os mesmos;

Parágrafo 2º - As despesas com tratamento, caso indicado, e desde que configurada doença profissional adquirida na Companhia ocorrerá por conta da mesma.

BRIGADA DE COMBATE A EMERGÊNCIAS

CLÁUSULA 108 - A Companhia comporá, a primeira equipe de combate a incêndios de suas Organizações de Controle de Emergência, exclusivamente com pessoal próprio da área de Segurança Industrial e/ou predial, com efetivo mínimo aprovado pelo Sindicato.

AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO AMBIENTAL

CLÁUSULA 109 - A Companhia realizará a avaliação ambiental e o monitoramento biológico de acordo com a legislação de segurança e saúde no trabalho, nos locais de manuseio ou presença de produtos químicos, físicos e/ou biológicos e, manterá os resultados da avaliação ambiental, em local de fácil acesso aos empregados e os resultados do monitoramento biológico serão entregues aos respectivos trabalhadores e ao Sindicato.

Parágrafo Único – Sempre que solicitada, a Companhia apresentará aos Sindicatos análise de água no lençol freático nas áreas próximas ao ETDI e Landfarming, locais onde despejam seus efluentes industriais e áreas de tanques e armazenamento de produtos químicos de depósitos de resíduos.

POLÍTICA DE SAÚDE

CLÁUSULA 110 - A Companhia compromete-se a adotar uma nova Política de Saúde, priorizando as ações preventivas e aperfeiçoando as ações corretivas de saúde na assistência aos empregados.

DIREITO DE RECUSA

CLÁUSULA 111 - A Companhia garantirá que em condições de risco grave ou iminente no local de trabalho, será lícito ao empregado interromper as suas atividades, sem prejuízo de quaisquer direitos, até a eliminação do risco.

Parágrafo 1º - Não será permitido submeter o empregado a qualquer sanção disciplinar, quando este se recusar a trabalhar em situações que ponham em risco a sua integridade física, da comunidade e meio ambiente e que estejam em discordância com os procedimentos e normas vigentes: Petrobrás, ABNT, medicina do trabalho, do Ministério do Trabalho e NR's;

8º CONFUP

Parágrafo 2º - A Companhia garantirá que os técnicos de segurança não enfrentarão empecilho, obstrução, ou punição no exercício de seu poder de embargo de atividades, procedimentos ou instalações que estejam em discordância com as normas de segurança e medicina do trabalho.

ACORDO DO BENZENO

CLÁUSULA 112 - A companhia se compromete a cumprir a NT Nota Técnica (COREG 07/2002) que entende como integrantes do campo de aplicação do Acordo de Benzeno e do Anexo 13-A da NR-15 (Norma Regulamentadora 15), as plataformas, terminais, bases de distribuição de petróleo, gás e derivados.

COMISSÃO PARA ANÁLISE DE EXPOSIÇÃO A RISCOS

CLÁUSULA 113 - A companhia se compromete a criar uma Comissão conjunta Sindicato/FUP e representante da Companhia, para analisar a eficácia das medidas de controle de exposição aos riscos químicos, físicos, biológicos e ergonômicos adotadas no âmbito da Companhia.

Parágrafo Único - Serão considerados para tal, os programas implantados pela companhia, assim como, as Atas das reuniões e relatórios das CIPAs.

COMISSÃO PARA NORMAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

CLÁUSULA 114 - A companhia junto com a FUP encaminhará uma proposta de criação de uma Comissão Bipartite Nacional Permanente de E&P, seguindo modelo da Comissão Nacional Permanente do Benzeno, para estabelecer normas de Saúde e Segurança do Trabalho, onde deverão ser consideradas as diferenças das atividades off shore e on shore.

Parágrafo Único - A Comissão Bipartite Nacional Permanente do Petróleo e Gás acompanhará a implantação e desenvolvimento das referidas normas.

MATERIAIS PARA PRIMEIROS SOCORROS

CLÁUSULA 115 - A Companhia manterá em seus locais de trabalho, material necessário à prestação de primeiros socorros, de acordo com as características de cada local e com pessoal treinado para esse fim.

Parágrafo Único - Sempre que necessário será proporcionado transporte de vítimas de acidente ou mal súbito no local de trabalho, para hospitais, em veículo de transporte apropriado a cada situação, devendo existir um plano de emergência pré - estabelecido e de conhecimento de todos os trabalhadores.

CONVENÇÃO 174 DA OIT

CLÁUSULA 116 - Visando garantir um sistema seguro de trabalho, a Companhia garantirá aos representantes dos trabalhadores (dirigentes, delegados e representantes sindicais no local de trabalho, conforme indicados pela respectiva entidade):

- a) Informação suficiente e adequada a respeito dos riscos representados pelas instalações e equipamentos, assim como quanto às possíveis conseqüências de eventuais acidentes;
- b) Informação periódica e atualizada sobre instruções ou recomendações feitas por autoridades públicas, na área de segurança, saúde e meio ambiente do trabalho;
- c) elaboração e livre acesso aos seguintes documentos:

8º CONFUP

- Relatório de segurança;
- Os planos e procedimentos de emergência;
- Os relatórios sobre os acidentes.

d) instrução e treino nas práticas e procedimentos de acidentes maiores (ampliados) e de controle de desenvolvimentos que possam resultar em um acidente maior, bem como procedimentos de emergência a serem seguidos em tais casos.

CAPÍTULO IX - DAS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS

ELIMINAÇÃO DE VAPORES

CLÁUSULA 117 - A Companhia viabilizará o projeto e instalação de plantas industriais de regeneração ou eliminação (por queima) de vapores orgânicos nos terminais aquaviários, eliminando desta forma as emissões desses vapores para o ambiente, provenientes das operações com navios tanques petroleiros.

REALOCAÇÃO DE PESSOAL

CLÁUSULA 118 - A Companhia assegurará que no seu esforço de modernização e dentro de sua política e busca de inovações tecnológicas, promoverá, quando necessário a realocação dos empregados envolvidos, garantindo ainda treinamento nas novas funções, respeitadas as respectivas condições específicas, tabelas salariais e regimes de trabalho dessas novas funções.

Parágrafo Único - Para tal, a Companhia manterá programas de treinamento que atendam as novas necessidades determinadas.

PROGRAMAS DE TREINAMENTO

CLÁUSULA 119 - A Companhia assegurará, a todos os empregados, que na implantação de novas tecnologias, serão mantidos programas de treinamento voltados para os novos métodos e para o exercício das novas funções.

CAPÍTULO X - DAS RELAÇÕES SINDICAIS

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

CLÁUSULA 120 – A Companhia, a FUP e os Sindicatos promoverão a instalação e funcionamento de Comissão Mista para acompanhamento e interpretação das cláusulas do presente instrumento, em reuniões a cada 2 (dois) meses.

Parágrafo Único – Essa Comissão, além de acompanhar as condições estabelecidas no presente Acordo, terá a incumbência de discutir outras questões de interesse dos empregados.

REUNIÕES PERIÓDICAS

CLÁUSULA 121 – A Companhia se comprometerá a realizar reuniões periódicas entre as Gerências dos Órgãos e os respectivos Sindicatos, em datas previamente negociadas, com o objetivo de tratar de questões locais, de interesse comum.

MANDATO SINDICAL E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

8º CONFUP

CLÁUSULA 122 - A Companhia assegurará que o afastamento do empregado em função de liberações sindicais não prejudicará a sua contagem de tempo para percepção de ATS e de promoção por tempo de serviço.

Parágrafo Único - Caberá ao Sindicato a indicação dos dirigentes a serem liberados.

MANDATO SINDICAL – AMS

CLÁUSULA 123 - A Companhia se comprometerá a estender os benefícios da Assistência Multidisciplinar de Saúde aos dirigentes sindicais liberados sem remuneração, para cumprimento de mandato sindical, nos termos do disposto no § 2º, do artigo 543 da CLT e nos limites da Lei.

Parágrafo Único – A parcela relativa à participação no custeio da AMS dos dirigentes sindicais, citados no *caput* e beneficiários a eles vinculados, será ressarcida mensalmente pelos Sindicatos a que estiverem filiados, mediante dedução nos seus respectivos créditos junto à Companhia.

MANDATO SINDICAL – LIBERAÇÃO PARCIAL

CLÁUSULA 124 - Todos os dirigentes sindicais das entidades signatárias, terão direito a até 24 (vinte e quatro) dias de liberações por ano para atividades sindicais, sem nenhum prejuízo da sua remuneração.

Parágrafo Único – Não se aplica a esta cláusula aos dirigentes com liberação integral previsto neste acordo.

MANDATO SINDICAL – INTERRUÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CLÁUSULA 125 - A Companhia assegurará a liberação integral de 3 (três) dirigentes sindicais, para cada sindicato, sem prejuízo da remuneração.

MANDATO SINDICAL – INTERRUÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CLÁUSULA 126 - A Companhia assegurará ainda aos Sindicatos a liberação de mais 1 (um), mais 2 (dois), ou mais 3 (três) dirigentes sindicais, sem prejuízo da remuneração (interrupção da prestação de serviços), quando à Entidade respectiva vincularem-se bases territoriais com mais de oitocentos, ou mais de um mil e seiscentos, ou mais de dois mil e quatrocentos empregados ativos e trabalhadores terceirizados, respectivamente, com base na lotação da Companhia em 1º de setembro de 2003.

MANDATO SINDICAL – CLT

CLÁUSULA 127 - A Companhia manterá em folha de pagamento, para efeitos contábeis, os dirigentes sindicais liberados sem remuneração, nas condições do artigo 543 da CLT, segundo a indicação de cada Sindicato.

Parágrafo 1º - A Companhia assegurará que assumirá os encargos previdenciários (INSS, PETROS e FGTS) dos dirigentes sindicais liberados sem remuneração na forma do *caput*;

Parágrafo 2º - A Companhia efetuará o pagamento normal dos salários e o recolhimento dos encargos respectivos, cabendo a cada Sindicato ressarcir todos esses custos, com exceção das parcelas a que se refere o parágrafo anterior mensalmente mediante dedução nos seus respectivos créditos junto à Companhia;

MANDATO SINDICAL – FUP

8º CONFUP

CLÁUSULA 128 - A Companhia assegurará a liberação para a Federação Única dos Petroleiros, de 13 (treze) dirigentes, sem prejuízo da remuneração (interrupção da prestação de serviços).

DELEGADOS AO CONFUP

CLÁUSULA 129 - A Companhia assegurará a liberação de todos os delegados eleitos em assembléia dos seus respectivos Sindicatos, para a participação no Confup (Congresso Nacional da Federação Única dos Petroleiros), uma vez por ano, sem prejuízo da remuneração.

CENTRAIS SINDICAIS

CLÁUSULA 130 - A Companhia assegurará a liberação para as Instâncias Nacionais e Estaduais da Central Sindical e Confederação Sindical às quais a FUP e Sindicatos estejam filiados, sem prejuízo da remuneração.

MANDATO SINDICAL – PROGRESSÃO FUNCIONAL

CLÁUSULA 131 - Os dirigentes sindicais liberados, seja de forma integral, seja parcial, terão garantido, toda a progressão funcional do período durante o referido afastamento.

CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

CLÁUSULA 132 - A Companhia descontará em folha normal de pagamento, observado o seu cronograma operacional, as importâncias aprovadas em assembléias gerais, como contribuição assistencial aos Sindicatos, nos termos do disposto nos incisos IV do artigo 8º do Capítulo II da constituição Federal, desde que não haja oposição expressa por escrito do empregado, no prazo de quinze dias após o recebimento, pela companhia, da comunicação do Sindicato.

CAPÍTULO XI - DAS OUTRAS DISPOSIÇÕES

INCORPORAÇÃO DE EX-EMPREGADOS DE SUBSIDIÁRIAS

CLÁUSULA 133 – A Companhia assegurará a incorporação à Petrobrás dos ex-empregados das subsidiárias Braspetro, Gaspetro, Petromisa e Interbrás recompondo seu nível salarial.

CONTRATOS DE EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO

CLÁUSULA 134 - A fim de agilizar a fiscalização, a Companhia fornecerá, a FUP e aos Sindicatos, cópia dos contratos firmados com empresas contratadas para prestação/execução de serviços temporários e permanentes em suas unidades, acompanhada da relação de empregados, com discriminação das funções individuais, assim como do Contrato Social das respectivas empresas.

Parágrafo 1º - A Companhia rescindir, imediatamente, todos os contratos sob o DIP 4257/02.

Parágrafo 2º - Será fornecido também a FUP e aos Sindicatos, copia dos editais de licitação para contratação de empresas terceirizadas no início de sua divulgação.

CLÁUSULA 135 – A Companhia, a FUP e os Sindicatos promoverão a instalação e funcionamento de Comissão Mista para discussão da política de terceirização e contratação, bem como os encaminhamentos com vistas ao cumprimento da cláusula 77, em reuniões mensais.

8º CONFUP

REINTEGRAÇÃO DE DEMITIDOS

CLÁUSULA 136 - A Companhia reintegrará os empregados demitidos a partir de 1º de setembro de 1994, ou com contrato suspenso para apuração de falta grave, que tenham sido afastados por participação em movimentos políticos e/ou reivindicatórios, independentemente da alegação de falta grave, nos termos do projeto de lei de anistia PL 196/1995, aprovado no Senado Federal.

Parágrafo 1º - A reintegração será viabilizada por meio de uma comissão paritária.

Parágrafo 2º - A Companhia reintegrará, também, todos os trabalhadores beneficiados pela lei de anistia 8878/1994.

Parágrafo 3º – Serão também beneficiados por esta reintegração os trabalhadores demitidos por motivação política e/ou privatização do sistema Petrobrás (Petroflex, Nitriflex, Petromisa e Interbrás).

RETIFICAÇÃO DAS PERSEGUIÇÕES POLÍTICAS

CLÁUSULA 137 - A Companhia fará a revisão da ascensão funcional, nos aspectos de promoção e aumento por mérito, do empregado que participou de movimentos políticos reivindicatórios, integrante de CIPA ou que exerça ou exerceu cargo sindical, ou que se recusou a retirar ações judiciais contra a Companhia, e que, por isso, sofreu perseguição política, tendo estagnado ou retardado sua progressão profissional. Para tanto deverá ajustar o seu nível salarial e cargo, tendo como referência à média do avanço de níveis dos demais empregados de mesmo cargo com igual tempo de serviço na Companhia.

CANCELAMENTO DAS PUNIÇÕES POLÍTICAS

CLÁUSULA 138 - A Companhia cancelará todas as punições aplicadas em represália aos movimentos reivindicatórios anteriores, retificando-se os respectivos apontamentos funcionais.

Parágrafo Único - Os empregados que tenham sofrido punições serão indenizados nos valores equivalentes às punições aplicadas, assim como eventuais diferenças decorrentes a serem apuradas nas férias, gratificações de férias e natalinas, ascensão funcionais e demais parcelas remuneratórias.

DIREITO DE AÇÃO

CLÁUSULA 139 - Em cumprimento à Declaração Universal dos Direitos do Homem, e da Constituição da República, a Companhia não utilizará, como critério para quaisquer finalidades, a existência de ação no Judiciário por seus empregados, sobretudo em se tratando de avaliações de desempenho, concessões de aumentos, promoções, benefícios, prêmios, vantagens ou inscrições em programas.

Parágrafo Único – A Companhia constituirá comissão paritária, com a FUP e os Sindicatos, visando analisar a situação dos trabalhadores ou ex-empregados, eventualmente discriminados pelo exercício do Direito de Ação.

MOTORISTAS

CLÁUSULA 140 - A Companhia garantirá que seus motoristas profissionais ou condutores autorizados não serão obrigados a ressarcir os danos causados em qualquer tipo de viatura que dirigirem, ficando, apenas, sujeitos, como todos os empregados, às Normas de Relações no Trabalho.

IGUALDADE DE DIREITOS

8º CONFUP

CLÁUSULA 141 - A Companhia se compromete a praticar, para os empregados admitidos após 31.08.97, as mesmas condições vigentes para os empregados admitidos até a referida data.

TRABALHADORES DO SISTEMA

CLÁUSULA 142 - A Companhia, a FUP e os Sindicatos acordam que o conteúdo desse Acordo Coletivo será aplicado também aos trabalhadores das demais empresas integrantes do grupo econômico controlado pela Petróleo Brasileiro S.A.

REFAP S/A

CLÁUSULA 143 - Os trabalhadores que em 1º/01/2001 foram sucedidos para a Refap/SA, terão seus vínculos empregatícios reincorporados à Petrobrás. A Companhia se compromete ainda a mantê-los como cedidos a Refap/AS, enquanto esta não for reabsorvida.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA 144 - A companhia juntamente com a FUP, definira em um prazo de 60 dias, os critérios e condições necessários de forma a garantir a representação dos empregados no Conselho de Administração da Petrobrás, através de eleição direta.

TRANSPORTE

CLÁUSULA 145 - A Companhia concederá aos funcionários da região metropolitana da sede do órgão da empresa, a Indenização de Despesa com Transporte (IDT), norma E30/05, procedimento PG 30/05/2001 conforme tabela de valor IDT para a distância acima de 45 (quarenta e cinco) Km (quilometro).

Parágrafo Único - A Companhia estenderá o vale transporte aos funcionários residentes na região metropolitana em que está a sede dos órgãos da empresa.

CAPÍTULO XII: DA VIGÊNCIA

REGISTRO, REVISÃO E DENÚNCIA

CLÁUSULA 146 - O procedimento de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação total ou parcial do presente ficará subordinado às normas estabelecidas pelo artigo 615 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Parágrafo Único – A Companhia efetuará o depósito deste Acordo no Ministério do Trabalho, em conformidade com os prazos estabelecidos no artigo 614 da CLT.

VIGÊNCIA

CLÁUSULA 147 - Excetuando-se as disposições relativas às cláusulas econômicas 1, 2, 7, 10 e 27, as demais Cláusulas constantes do presente Acordo terão vigência de 1º de Setembro de 2003 até 31 de Agosto de 2005.